



REFLEXÕES SOBRE TEMAS DE RELIGIÕES, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADES

Organizadores:

Francisco de Paiva Lima Neto

Gabriel Batista Mota

 **Pedro & João**
editores

Reflexões sobre temas de religiões, educação e sexualidades



Pedro & João
editores

**Francisco de Paiva Lima Neto
Gabriel Batista Mota
(Organizadores)**

**Reflexões sobre temas de religiões,
educação e sexualidades**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Francisco de Paiva Lima Neto; Gabriel Batista Mota [Orgs.]

Reflexões sobre temas de religiões, educação e sexualidades. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 135p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-0294-5 [Impresso]

978-65-265-0295-2 [Digital]

1. Reflexões. 2. Religião. 3. Educação. 4. Sexualidade. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2023

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 07 |
| A AMBIGUIDADE ENTRE O DISCURSO OFICIAL E A PRÁTICA SOCIAL E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO DE PESSOAS HOMOAFETIVAS NAS IGREJAS DE CONFISSÃO PROTESTANTES NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE DOCUMENTOS OFICIAIS DA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DO BRASIL Francisco de Paiva Lima Neto | 11 |
| AS DIVERSIDADES SEXUAIS COMO DEBATE NA ESFERA CRISTÃ NACIONAL CONTEMPORÂNEA Gabriel Batista Mota | 29 |
| EDUCAÇÃO, PROTESTANTISMO E A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL Juliana Aparecida Pereira Costa Rayanny Zanetti Torquato de Lana Francisco de Paiva Lima Neto | 47 |
| SEXUALIDADE, RELIGIÃO E DIVERSIDADE: INTERSECÇÕES SOBRE OS TEMAS E COMO SE ESTABELECEM NO AMBIENTE ESCOLAR Laís Cristina Resende Duque | 67 |
| VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO ÂMBITO CRISTÃO PROTESTANTE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA Mariane Pizarro de Souza Paulo Rennes Marçal Ribeiro | 91 |

| | |
|---|------------|
| VAGINISMO E RELIGIÃO | 107 |
| Mariluce de Moraes Vagner Sérgio Custódio | |
| A INCLUSÃO NA PERSPECTIVA RELIGIOSA: AUTISMO E SEXUALIDADE | 119 |
| Shirlei Silva Moreira de Carvalho Josiane Cristina Bocchi | |
| AUTORES E AUTORAS | 131 |

APRESENTAÇÃO

As funções específicas das universidades consistem nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, diferente da postura do clero regular na Idade Média, contemplativa e distantes dos temas que envolviam a vida cotidiana, as Universidades não são “ilhas” desconexas da realidade, mas no exercício de suas funções, quer na docência, na pesquisa ou em projetos de extensão a sociedade é beneficiada direta ou indiretamente, com os conhecimentos produzidos e ensinados nos espaços acadêmicos. E, principalmente as universidades públicas, cujo financiamento é oriundo dos tributos que os cidadãos pagam, é imprescindível que sua produção acadêmica seja compartilhada oportunizando a democratização do acesso aos conhecimentos produzidos em suas pesquisas.

Quando falamos em produção de conhecimento somos tentados a reduzi-los aos que talvez sejam mais perceptíveis no cotidiano dos cidadãos, como aqueles produzidos pelas ciências exatas e biológicas, os quais são nitidamente visíveis por conta da aplicabilidade e notados de imediato pela população. No entanto, embora os conhecimentos das chamadas ciências humanas sejam menos observados e valorizados pela sociedade, tem importância ímpar. São os conhecimentos das ciências humanas que fornecem ferramentas teóricas para se compreender temas que, embora não perceptíveis de imediato, impactam diretamente na vida do cidadão, como por exemplo, na cultura, no combate aos preconceitos, nas decisões políticas, na desmistificação das ideologias, dentre outros.

Os estudos históricos e sociológicos das religiões em geral, e do cristianismo em particular, o qual marcou a cultura judaico-cristã da civilização ocidental, tem trazido para o meio acadêmico a compreensão das origens de mentalidades e práticas a serem

desmistificados e tratadas a luz do crivo científico não mais determinados pelos dogmas.

Dentre as nuances do pensamento religioso cristão que se materializam em doutrinas orientadoras da moralidade ocidental, perpassando pelas atitudes econômicas, sociais e políticas, nessas últimas décadas a academia trouxe à baila estudos referentes a sexualidade, os quais, embora não contemplados em disciplinas, são tratados no currículo escolar nos “temas transversais”. Esse fato mostra a preocupação dos pesquisadores educacionais no Brasil forçar os legisladores a considerar a sexualidade como conteúdo de formação humana.

No segundo semestre de 2021, a Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, em seu Programa de Pós-graduação em Educação Sexual (Mestrado Profissional) ofereceu a disciplina “Protestantismo, Educação e Sexualidade”. O desenvolvimento desse tema não se deu somente através de transmissão de conteúdos e textos, mas também ocorreram debates e seminários temáticos onde cada discente teve a oportunidade de realizar uma interface com o seu objeto de pesquisa. Essa prática resultou em trabalhos de conclusão de disciplina com padrão de excelência, os quais foram formatados em artigos dignos para publicação. E, coletivamente resolveu-se publicar esse livro com o propósito de democratizar os conhecimentos produzidos nos debates e pesquisas ocorridos na disciplina.

No primeiro artigo, o docente Francisco de Paiva Lima Neto discute, a partir de documentos oficiais da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, contextualizados através de informações teóricas e históricas, a ambiguidade entre o discurso oficial da religião e a prática social enfocando a inclusão e exclusão da prática de homoafetividade por parte de sua membresia.

No segundo texto, o discente Gabriel Batista Mota, também trabalhando com essa temática realizou uma pesquisa qualitativa que avalia os dados de um questionário semiestruturado, aplicado de maneira virtual entre cristãos de diferentes vertentes religiosas. Em sua conclusão o pesquisador deixa claro que, embora ainda

permaneça a prática de exclusão nas comunidades religiosas cristãs dos indivíduos homoafetivos, se torna urgente que as igrejas abram as suas portas e respeitem as diferenças e as pluralidades, deixando a interpretação literal dos escritos sagrados, pois, segundo ele, o acolhimento e o respeito aos semelhantes são imperativos do fundador do cristianismo, a saber: *'amar ao próximo como a ti mesmo'*.

As discentes Juliana Aparecida Pereira Costa e Rayanny Zanetti Torquatro de Lana, com a colaboração do docente Francisco de Paiva Lima Neto, propõem, no terceiro trabalho desta coletânea, reflexões sobre um tema que urge não somente estudos, mas sobretudo ações. Trata-se da violência sexual infanto-juvenil, a qual ocorre em diversos ambientes, como os lares, as escolas e no religioso. Nesse último ponto as prática de violência podem ocorrer de maneira velada e ocultada, motivo pelo qual deve ser problematizado sua omissão e/ou o silenciamento motivado por um olhar doutrinário que tratam tal tema de maneira superficial. Nesse artigo, as autoras advogam a correlação das responsabilidades para que se garanta os direitos básicos e a proteção das crianças e dos adolescentes.

Na sequência, a discente Laís Cristina Resende, após realizar um resgate histórico sobre o posicionamento ortodoxo do protestantismo sobre esse tema, inclusive enfatizando as críticas da psicologia sobre a terminologia "cura-gay" adotada no meio do protestantismo neopentecostal, propõem possibilidades de uma revisão dessa concepção, uma vez que, embora nas doutrinas oficiais hegemônicas protestantes não ocorra a aceitação dessa prática, há discursos dissonantes em relação ao posicionamento oficial, sinalizando que, no futuro é possível a revisão da ortodoxia religiosa em relação a esse tema.

No outro artigo, a discente Mariane Pizzaro de Souza e o docente e pesquisador em educação sexual Paulo Rennes Marçal Ribeiro fazem uma revisão bibliográfica sobre protestantismo e violência de gênero enfatizando os diversos tipos de violência (física, psicológica, moral e patrimonial) que as mulheres evangélicas são vítimas por conta da imposição de dogmas religiosos.

Na sequência um tema ainda pouco explorado pela academia foi discutido, pelos pesquisadores Mariluce de Moraes e o docente Vagner Sérgio Custódio, ao trazer uma importante contribuição refletindo sobre o vaginismo e suas possíveis causas psicológicas oriundas da repressão provocada por conceitos religiosos.

Por fim, o último artigo dessa coletânea de autoria da discente Shirlei Silva Moreira de Carvalho e a docente Josiane Cristina Bocchi, além de um resgate histórico da relação dos indivíduos portadores de necessidades especiais com o ambiente religioso, defende a inclusão de alunos com Transtorno do espectro do autismo (TEA) nesse espaço social, abarcando suas possibilidades e óbices.

Enfatizamos que esses artigos, quer sejam eles oriundos de pesquisas bibliográficas ou qualitativas trouxeram uma contribuição relevante para os estudos de sexualidade e a interface com a mentalidade religiosa. Agradecemos esses jovens pesquisadores que compartilharam diferentes olhares sobre esses temas e contribuíram para que se aprofunde essas reflexões, as quais certamente não se trata de conclusões intocáveis, mas provocações para que a sociedade tenha mais um material teórico como ponto de partida para novas reflexões.

Os organizadores

A AMBIGUIDADE ENTRE O DISCURSO OFICIAL E A PRÁTICA SOCIAL E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO DE PESSOAS HOMOAFETIVAS NAS IGREJAS DE CONFISSÃO PROTESTANTES NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE DOCUMENTOS OFICIAIS DA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DO BRASIL

Francisco de Paiva Lima Neto

Introdução

O homem é um ser social. O processo de socialização humana é uma construção histórica. A associação de pessoas ou grupos ocorre a partir de alianças pautadas em laços afetivos e/ou concordância de propósitos e metas. Na construção desse processo histórico, sociológico, que ocorre de maneira dialética, os indivíduos e grupos se aproximam ou se distanciam, construindo “muros e pontes”. Essa construção é determinada por diversos motivos, como ideológicos, econômicos, políticos e religiosos, dentre outros.

Quando utilizamos a palavra “muro”, embora estejamos lançando mão de uma abstração conceitual, essas abstrações se materializaram concretamente na história.

Para exemplificar a realidade social sobre que discorremos, podemos citar o Muro de Berlim, separando a parte Ocidental e Oriental e construído por motivos de delimitação de fronteira real e ideológica cujo critério foi a separação entre os habitantes da cidade sob a influência capitalista e socialista. Outro exemplo seria o “Muro de Trump”, construído com o propósito de dificultar o acesso aos EUA para as minorias étnicas. Também podemos exemplificar mencionando o Muro da Paz, o qual separou por décadas os irlandeses do Norte, por divergências de concepções religiosas entre eles.

Embora a história da Humanidade já tenha adentrado ao terceiro milênio da Era crista, o desafio da demolição de muros e construção de pontes ainda persiste. Principalmente em áreas que afetam de maneira nevrálgica o inconsciente coletivo de uma determinada sociedade e/ou grupos sociais, como dos religiosos, por exemplo.

Neste artigo, de cunho teórico, porém com uma análise de documentação que julgamos ser uma fonte histórica primária emblemática, lançaremos um desafio para a academia, para os cientistas da humanidade, e especificamente para os sociólogos da religião, nossos argumentos demonstrarão a existência contraditória da tentativa de construção de muros e pontes em uma deliberação oficial de uma denominação religiosa do protestantismo histórico, ao tratar do tema “cristianismo e homoafetividade”. Trata da “PASTORAL SOBRE IGREJA E SEXUALIDADE”, documento oficial orientador para os membros da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

Embora a análise desse tema tenha que trilhar “caminhos espinhosos”, pelo fato de tratar de temáticas que se tangenciam, e, ambas polêmicas, (PROTESTANTISMO E SEXUALIDADE), consideramos imprescindível a sua provocação, pois entendemos que não seja mais possível realizar análises sociológicas e compreender a totalidade dos fenômenos sociais simplesmente pela compreensão dos textos que tratam de deliberações legais e/ou oficiais, bem como pela manifestação de grupos hegemônicos. É preciso entender e reconhecer a existência de grupos minoritários de todos os matizes que deixam marcas, mesmo que sutis, e coexistem na sociedade.

Pesquisar, refletir e escrever artigos e teses na área das ciências humanas que envolvam o tema “Protestantismo” não é uma missão fácil. Da mesma maneira que não o é escrever sobre o tema “homoafetividade”. Porém, correlacionar essas temáticas em uma pesquisa torna-se um trabalho que exige coragem, visão científica e abordagens históricas e sociológicas sobre ambos os fenômenos que se tangenciaram em um dado momento histórico.

Entendemos que, dentre os fatores que marcaram a formação cultural do mundo Ocidental, duas visões de mundo se tornam antagônicas e conflitivas. Suas origens se pautaram concepções religiosas e filosóficas, que resultaram em conflito entre a permissividade e a repressão na “*psique*” do homem ocidental moderno – a saber, a cultura judaico-cristã e os ideais de liberdade propostos pelo iluminismo.

Embora a primeira seja milenar e a segunda tenha surgido há pouco mais de dois séculos, ambas travam e subsidiam uma disputa em uma “arena moral” que representa mudanças e permanências de práticas de moralidade, conflitando o “velho” e o “novo”, os desejos singulares, subjetivos e privados, e a resistência que prevalece no “inconsciente coletivo”, construído historicamente no mundo ocidental, e que tenta perpetuar as tradições das instituições religiosas.

Nestas considerações iniciais, o nosso propósito é lançar luzes, não somente ao tema que queremos discutir neste artigo, mas também apresentar os indícios desse fenômeno que, dentre outras ciências, envolve a sociologia da religião. Também desejamos discutir a sua complexidade, a partir da análise documental (fontes primárias) de um caso específico de uma denominação do protestantismo histórico no Brasil, já mencionado anteriormente.

Para isso iniciaremos com delimitações conceituais que nos subsidiem a compreensão das categorizações do termo “protestantismo”, sua tangência com a história da sexualidade, e sua construção de moralidade sobre a prática homoafetiva.

Categorizações históricas do protestantismo brasileiro

Não é fácil realizar uma categorização do protestantismo e especificamente o protestantismo brasileiro. Talvez a mais aceita pela academia seja a seguinte classificação: protestantes históricos, referindo-se ao grupo que se originou diretamente da Reforma do século XVI e o pentecostalismo. Em relação a este último, encontramos diferentes autores, realizando subcategorização para

compreender a dinâmica histórica e social desse fenômeno religioso, principalmente no Brasil. Mendonça (1986) por exemplo, os classifica como Pentecostais e Neopentecostais, diferenciando o pentecostalismo clássico marcado pelas Igrejas Cristãs no Brasil e Assembleia de Deus, do início do século XX, e as formas mais contemporâneas dessa vertente religiosa. Para melhor entender esse fenômeno sociológico e religioso, Mendonça e Velasques Filho (1990) recorrem a dois historiadores do protestantismo brasileiro: Jean-Pierre Bastian (1994) e Willian Read (1970) os quais entendem o fenômeno pentecostal como uma “religiosidade elástica” que possui elementos do protestantismo histórico, do pentecostalismo clássico e até das novas formas chamadas pela academia de neopentecostais.

Já Pierucci (2007), utilizando a mesma categorização de Freston (1994)¹ os compreende em três ondas históricas com características próprias, nomeando o pentecostalismo clássico de “primeira onda”, e duas ondas seguintes marcadas por novos ingredientes, como a introdução das novas mídias na comunicação e a teologia da prosperidade, dentre outros.

Em relação aos protestantes históricos, Mendonça (1986) observou dois tipos de inserção, a saber, os protestantes de imigração, formado pelo grupo de protestantes que se instalaram no Brasil, fruto de imigração de comunidades europeias (os alemães luteranos, os ingleses anglicanos, por exemplo), e o segundo, os protestantes de missão, que se refere aos ramos das denominações protestantes oriundas dos Estados Unidos (tanto do sul que é mais conservador, como a do norte que é mais progressista) que chegaram ao Brasil no século XIX, por meio de

¹ Optamos pelas considerações de Pierucci não desconhecendo o fato de que a classificação dos movimentos pentecostais no Brasil em 3 ondas distintas já havia sido elaborada por FRESTON in: FRESTON, Paul. “Breve história do pentecostalismo brasileiro”, In: ANTONIAZZI, Alberto (coordenador). Nem anjos nem demônios: Interpretações sociológicas do pentecostalismo, Petrópolis: Vozes, 1994, p. 67-162. No entanto, Pierucci (2007) em sua entrevista explica as três ondas, sem quaisquer referências bibliográficas.

um trabalho com finalidades missionárias, e que “furaram” os bloqueios” do catolicismo, que era beneficiado pelo sistema do padroado regulamentado na Constituição de 1824. Vale observar que esses autores salientaram a matriz puritana e proselitista desse tipo de protestantismo.

Gomes (2006) vai além dessa constatação, ao acrescentar outra vertente, ainda não pesquisada no Brasil e que se encontra de igual modo na gênese do protestantismo brasileiro, que denomina de “protestantismo de exílio”, referindo-se ao presbiteriano sulista norte-americano, vindo para Campinas, Santa Bárbara do Oeste e Americana após a Guerra da Secessão.

A Igreja Presbiteriana Independente do Brasil

Julgamos imprescindível contextualizar a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, a qual doravante neste artigo será mencionada como IPI do Brasil, que de maneira sintética, no grupo que classificamos como protestantismo histórico, uma vez que o documento a ser analisado foi produzido por essa denominação religiosa.

A IPI do Brasil é um ramo do presbiterianismo oriunda de uma cisão ocorrida no presbiterianismo brasileiro, em 1903, cuja causa não abordaremos aqui por não ser relevante na interpretação do conteúdo do documento a ser analisado. Segundo o site oficial dessa denominação religiosa:

[...] a IPIB – Igreja Presbiteriana Independente do Brasil é federação de igrejas locais espalhadas pelo Brasil com o objetivo de levar a todos os brasileiros e brasileiras o amor e a salvação que existem em Jesus Cristo. As suas raízes se encontram na Reforma Protestante do Século XVI, sendo uma igreja que valoriza a sua história, sem deixar de olhar para o presente a fim de oferecer respostas às dúvidas de uma sociedade em constante mudança. (Disponível no site <https://ipib.org/index.php/downloads/>. Acesso em 03 de janeiro de 2023).

Nesse mesmo site, encontramos a sua Constituição, cujo **Título I – Da Igreja, CAPÍTULO I – Das disposições preliminares**, a IPIB é definida no seu artigo primeiro dessa maneira: “*A Igreja Presbiteriana Independente do Brasil é um ramo do Cristianismo que se governa, sustenta e propaga por si mesmo*”. No artigo seguinte expõe os parâmetros que são referenciais para a interpretação de sua fé, a saber – “*A Igreja tem como regra única e infalível de fé e prática as Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamentos, adota a forma presbiteriana de governo e o sistema doutrinário da Confissão de Fé de Westminster, regendo-se por esta Constituição*”. (Disponível no site <https://ipib.org/index.php/downloads/> acesso em 03 de janeiro de 2023.

O documento, objeto de estudo deste artigo, fora produzido por uma comissão nomeada e aprovada pela Assembleia Geral dessa denominação, órgão deliberativo maior dessa instituição religiosa.

Protestantismo, sexualidade e homoafetividade

LIMA NETO, F. P; LEÃO, A. M. C; WHITAKER, D. C. A (2021) na obra “**Entre a fé e os desejos: o adolescente pós-moderno**”, realizando um resgate histórico e objetivando entender as origens da moralidade construída historicamente pelo cristianismo a qual disciplinou (regulamentou) o usufruto da sexualidade, como parâmetro para a sua prática moral observaram que, além da influência da cultura judaica, no primeiro século, o cristianismo recebeu marcas profundas da teologia paulina, desenvolvida no contexto em que se esperava a segunda vinda de Cristo e a implantação do reino de Deus na Terra, crença que estimulou a abstinência dos prazeres, bem como o abandono de bens, família, trabalhos e lazer.

Sinteticamente podemos resumir que esses autores salientaram que o pensamento paulino considerava o corpo, pelo fato de ser decaído pelo pecado original, moradia do Espírito Santo para os cristãos.

O pensamento da patrística e Agostinho foram fortemente influenciados por Paulo. Salientam que a sexualização do pecado e o controle da Igreja sobre o corpo terão como consequência a formação do clero regular que se opõe ao clero secular pelo isolamento das “coisas mundanas”, formando o movimento que ficou conhecido como os “pais do deserto”. Martinho Lutero e João Calvino, na Reforma Religiosa do século XVI, os quais interpretaram a sexualidade entre cristãos a partir da influência de Paulo e Agostinho.

Concepção de sexualidade segundo Foucault

Na obra “História da Sexualidade, Foucault (1984) faz importantes considerações que nos ajudam a compreender a importância da Era Vitoriana tornando-se uma linha divisória da moral sexual nas sociedades ocidentais cristã. Para esse autor, a moral imposta para o Império Britânico nesse período foi a marca da “burguesia Vitoriana despudorada”, enfatizando que nesta época, a sexualidade se cala, “entra para dentro de casa” e se limita ao “âmbito privado”, restringindo-se ao quarto dos pais, único lugar em que a sexualidade era admitida. Por interesses mercantis da burguesia era permitida também nos “rendevouz” (FOUCAULT, 1984, p.10).

Mais adiante, esse autor enfatiza a coincidência entre o início da repressão das práticas e conversas sobre a sexualidade com a ascensão da burguesia e do capitalismo, motivo pelo qual esse autor relaciona a causa da repressão sexual aos propósitos da ordem burguesa, que tinha interesse na exploração da força de trabalho, pautados na produtividade, no lucro e na exploração, os quais colidiam com a liberdade sexual, fato motivador da criação de mecanismos de repressão que ofuscavam o discurso da sexualidade. Esses mecanismos se utilizaram do discurso do cristianismo que enfatizava a associação histórica de sexo e pecado, colaborando com as estratégias de poder que a burguesia usou para se consolidar como classe emergente (FOUCAULT, 1984, p. 14).

Esse mesmo autor considera também a importância da confissão de pecados como forma de vigilância maior do sexo, o que já existia como tradição monástica, porém com o Concílio de Trento passou a ser um imperativo para todos (FOUCAULT, 1984, p.22).

FOUCAULT (1984) também explica que, no século XVII, além do âmbito moral, a estratégia de repressão do discurso sobre o sexo passa a fazer parte da racionalidade, pois segundo ele “o sexo não se julga, mas somente se administra” (FOUCAULT, 1984, p. 27). Essa racionalidade é enfatizada por esse autor, ao observar uma “economia do sexo”, expressada em postulados científicos sobre controle populacional e postulados de saúde pública, com índices mensuráveis, como taxa de natalidade e demanda de força de trabalho, dentre outras funções contábeis (FOUCAULT, 1984, p. 28). Assim, na visão cientificista, segundo esse autor, não se fala menos em sexo, mas se fala de outra maneira, de outro ponto de vista, além da racionalidade e do erotismo, os quais nos séculos XVIII e XIX produzirão novos discursos a partir também da medicina e da psiquiatria (FOUCAULT, 1984, p.30). Essa racionalidade, defendida na sociedade burguesa dos séculos XVIII ocorre um processo de patologização e medicalização da sexualidade. O domínio da sexualidade, que até então era exclusivo da pastoral cristã, passa para o campo da medicina. Além de pecado, o sexo se torna patologia física e psíquica.

Sintetizando, Foucault entende que o sexo, de uma questão leiga, passa a ser um negócio de Estado. Esse controle se dá em diversas áreas, quer seja através da pedagogia, como o controle da sexualidade das crianças, através da medicina, como a fisiologia sexual própria das mulheres, ou da economia, como a demografia e a regulação espontânea ou planejada.

Observamos que, desde os primórdios do cristianismo, prevaleceu um controle e regramento sobre a moral sexual, motivados tanto por resquícios da cultura judaica, como pela teologia paulina, agostiniana e dos “pais do deserto”, pouco mudada pelos reformadores, recomendando o distanciamento do prazer.

Nas análises foucaultiana das práticas do Império Britânico na Era Vitoriana observamos um elemento além – os interesses da burguesia se utilizando da cultura repressora sexual do cristianismo para atender os seus interesses de produtividade. Também deslocando a moral sexual do domínio eclesiástico (religioso) para o domínio da ciência – sexo, de pecado passa a ser entendido como problema de saúde pública.

Análise do documento oficial: fonte histórica primária

Ata da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil da reunião realizada em fevereiro de 2011 na cidade de Poços de Caldas. (Disponível no site <https://ipib.org/index.php/downloads/>. Acesso em 03 de janeiro de 2023).

Considerando que elegemos a análise em nosso estudo de caso, sobre o posicionamento oficial da IPI do Brasil, sobre o tema “cristianismo e homoafetividade”, selecionamos dois documentos oficiais dessa denominação do protestantismo histórico brasileiro, a saber, o documento intitulado “PASTORAL SOBRE IGREJA E SEXUALIDADE”, produzido a partir do estudo de uma comissão à qual essa denominação eclesiástica delegou a reflexão e o posicionamento sobre tal tema. Observamos que, de maneira sintética, o conteúdo discursivo nele contido expressa de maneira subliminar a tentativa de construção de “pontes”, no entanto deixa “muros” intransponíveis para o acesso à comunhão da Igreja aos membros dessa Igreja que vivem uma relação homoafetiva.

A tentativa da construção de pontes se dá ao enfatizar na conclusão do texto dessa “pastoral” o dever de se acolher a todos os “pecadores” amorosamente pela Igreja. Então vejamos na transcrição “*ipsis litteris*”:

Pois, ainda citando as Sagradas Escrituras, sabemos que “...todos pecaram e carecem da glória de Deus”, Rm 3.23. Portanto, todos carecemos da graça de Deus, pois temos a mesma origem e somos todos portadores da mesma natureza humana pecaminosa. Sendo assim, a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil entende que todos os membros de sua comunidade

de fé devem acolher e praticar a ordem de Jesus de fazer discípulos de todas as nações: raça, gênero, orientação sexual, classes socioeconômicas, culturas e religiões. Isto significa que todas as pessoas podem e devem ser “justificadas gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus” Rm 3.24, porém, isto ocorre quando todas as pessoas, indistintamente, são acolhidas pela comunidade de fé, pois a boa notícia do Evangelho diz: “Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Porquanto Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que julgasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele, João 3:16-17. Desse modo, compreendemos que a Igreja de Cristo – comunidade de fé – é espaço comum e público para se anunciar e respectivamente se ouvir a mensagem regeneradora de Cristo, pois que as Escrituras dizem: “Porque com o coração se crê para justiça e com a boca se confessa a respeito da salvação. Porquanto a Escritura diz: Todo aquele que nele crê não será confundido. Pois não há distinção entre judeu e grego, uma vez que ele é o Senhor de todos, rico para com todos os que o invocam. Porque: Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo.

Embora nessa parte do texto ocorra uma tentativa da construção de pontes, em suas considerações iniciais, sob o argumento de que a doutrina oficial da IPI do Brasil se sustenta segundo as Sagradas Escrituras, do Velho e do Novo Testamento, condena-se não somente a relação homoafetiva, considerando essa prática como “pecado”, e, portanto, “reprovável”. Então vejamos:

A Igreja Presbiteriana Independente do Brasil confirma que as Escrituras Sagradas do Antigo e Novo Testamentos são nossa única regra de fé e prática. E, portanto, são elas que dimensionam nossas práticas e vivências sociais, espirituais e éticas. Considerando o matrimônio uma dádiva de Deus, estabelecido desde as primeiras páginas sagradas da Bíblia e sedimentado por toda a tradição cristã, reiteramos o ensino bíblico conforme Gn 2,24: “Por isso, deixa o homem pai e mãe e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne”; cremos, portanto, que o casamento heterossexual entre um homem e uma mulher representa a perfeita expressão da união conjugal proposta por Deus ao seu povo eleito e santificado, assim como na figura de Cristo e sua Igreja, que diz: Maridos amai vossa mulher, como também Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela, Ef 5.25. Nesse sentido, a IPIB sustenta e reproduz este ensino bíblico como modelo para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável, plena, íntegra e responsável. Sendo assim, qualquer ato, decisão ou prática que fuja deste

modelo bíblico, será considerado estranho e reprovável para o perfeito desenvolvimento da fé e da maturidade espiritual. Entretanto, reconhecemos que a heterossexualidade vivida por um homem e por uma mulher no matrimônio cristão, não está imune à desvios éticos e morais e, portanto, reprováveis conforme proposto pelas Sagradas Escrituras. De acordo com várias citações bíblicas, é vedada qualquer prática da sexualidade fora do matrimônio, inclusive sob pena de disciplina, visando sempre a correção, em amor, para o bem da comunhão entre o povo de Deus. Diante disso, a prática da homossexualidade, masculina e feminina, bem como qualquer desvio do modelo bíblico para o desenvolvimento da vida cristã, configura comportamento passível de reprovação, assim como temos na primeira carta paulina aos Coríntios 6.9-11: Ou não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não vos enganeis: nem impuros, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem sodomitas, nem ladrões, nem avarentos, nem bêbados, nem maldizentes, nem roubadores herdarão o reino de Deus. (Disponível no site <https://ipib.org/index.php/downloads/> acesso em 03 de janeiro de 2023).

Nesse documento encontramos um conteúdo discursivo contraditório. Ao mesmo tempo se esboça a construção de “pontes” ao incentivar a sua membresia a acolher com amor os homoafetivos, se constroem muros, com “pinturas” e “decorações” mais agradáveis a esse público, uma vez que ao enfatizar a condição de pecadores, embora amados e acolhidos com respeito na Igreja, não poderão como tal, participar ativamente de sua membresia e dos direitos a ela concedidos, como comunhão na eucaristia, direito de votar e ser votado para cargos oficiais e direito a ordenação ao ministério pastoral.

Não temos dados concretos e mensuráveis para afirmar que tal posição não seja unânime e tranquila dentro dessa denominação religiosa, mas como pesquisadores das ciências sociais (humanas), buscamos, além de documentos oficiais, indícios que sinalizam o entendimento de que a realidade social interna dessa denominação não retrata o texto do documento acima citado.

Um desses índicos consiste no fato de que em **Reunião da Assembleia Geral da IPIB em julho de 2019**, o assunto veio novamente à baila através de uma consulta realizada pelo Presbitério de Sergipe, via Sínodo Rev. Jonan Joaquim da Cruz,,

alegando que: “o tema da homoafetividade tem ocupado lugar de destaque nas discussões da sociedade, trazendo dúvidas e questionamentos nas diferentes esferas sociais, como no núcleo familiar, nas escolas, na política e nas organizações eclesiais”, e enfatizando que a Igreja deva ter preocupações e também saiba a maneira de “abordá-lo de forma adequada”, considerando tanto os “princípios da Palavra de Deus” como também “às diretrizes legais impostas pelo ordenamento jurídico do nosso país”.

Em atenção à consulta realizada, a assembleia geral da IPI emite parecer cuja síntese do teor podemos assim afirmar: “mostrase relevante e pertinente, pois traduz inquietações que estão presentes em todas as nossas comunidades locais”.

Através de um longo texto discursivo, o parecer aprovado pela Assembleia Geral aponta novamente uma posição ambígua, considerando os seguintes pontos: a) o regime de separação Igreja-Estado vigora desde a edição do Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, tendo sido adotado em todas as constituições republicanas, até aqui, b) a evolução do entendimento jurídico para a construção de uma base legal que tende a proteger o denominado grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (LGBT), mencionando o “posicionamento do Supremo Tribunal Federal, que se deu na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26)”, e c) a postura da Teologia Cristã Reformada que incentiva o acolhimento a todas as pessoas sem distinção, enfatizando a violência na sociedade brasileira, especificamente entre as de orientação sexual de homoafetividade.

O parecer também emite uma posição entendendo que a Igreja está protegida pela legislação, manifestando posicionamento doutrinário contrário às práticas homoafetivas, desde que não fomente posicionamentos que instiguem, provoquem ou alimentem o discurso de discriminação tão prevalente na sociedade brasileira.

Considerações finais

Em nossa introdução enfatizamos o propósito de provocação deste artigo para que pesquisadores das várias áreas das ciências humanas vislumbassem a realidade social além do conteúdo discursivo de documentos oficiais. Um dos membros da Comissão nomeada para elaboração do parecer do documento intitulado “PASTORAL SOBRE IGREJA E SEXUALIDADE”, o ex-pastor da IPI, Dallmer Palmeira Rodrigues de Assis, em 2006, nove anos antes da elaboração desse documento oficial, defendeu sua dissertação de mestrado intitulada “A HOMOSSEXUALIDADE DESCONSTRUÍDA EM LEVÍTICO 18:22 e 20:13”, cujo conteúdo demonstra um parecer mais tolerante em relação a repressão dessa prática entre os cristãos. Entendemos que esse fato é relevante para a nossas considerações. Nessa dissertação defendida na Universidade Metodista de São Paulo, o autor propõe “[...] uma leitura desconstruída do conceito de homossexualidade, presumidamente, presente em Levítico 18:22 e 20,13”, argumentando que ao “[...] buscar por indícios históricos de relacionamentos homossexuais encontrou evidências claras desse tipo de prática em épocas como o século X a.C.” Também afirma que os versículos contidos no texto acima mencionado (Levítico 17-26), “[...] são parte de um código de leis chamado Código de Santidade”, cujo contexto histórico de sua produção está relacionado “[...] no evento do retorno dos exilados da Babilônia e vai até meados do exercício da influência grega, séculos seguintes”. De maneira sintética podemos dizer que o autor entende que o chamado “Código de Santidade”, foi elaborado para que a “comunidade em Judá não perdesse sua identidade existencial”. Na sua análise exegética entende que o autor do Livro de Levíticos não enfatiza o relacionamento unissexual, mas a proibição do sexo anal entre dois homens, que poderia misturar categorias de gêneros, violentar a autoridade masculina patriarcal e igualar a cultura e religião com outras culturas e povos vizinhos. Na conclusão de suas análises o autor afirma que conteúdo discursivo

dos textos de Levítico 18:22 e 20:13 silenciam sobre o conceito de homossexualidade em Judá praticada no contexto do período “pós exílico”, bem como não pode ser relacionado e entendido com o homossexual moderno. A partir desse entendimento, ressalta que não há nada na Bíblia Hebraica que justifique a repressão e a livre expressão da relação unissexual moderna, fato motivador para discussão no meio acadêmico e religioso.

Não é possível demonstrar por meio de dados estatísticos o percentual de pastores e membros da IPI do Brasil que pensam como o autor supracitado, ou de outra maneira que seja divergente da “PASTORAL SOBRE IGREJA E SEXUALIDADE”, mas podemos inferir uma conclusão primária - se tal temática foi motivo para nomear uma comissão para elaborar uma pastoral oficial para essa denominação do protestantismo histórico e, após aprovação do parecer conclusivo em 2015, quatro anos depois, em 2019 o assunto volta à baila através de consulta encaminhada pelo presbitério de Sergipe, evidentemente há um grupo minoritário que apresenta opinião divergente e, mesmo assim convive com a “deliberação oficial”.

Ademais, podemos também afirmar que, mesmo que se fizesse uma pesquisa através de um questionário semiestruturado, possivelmente os entrevistados não estariam tranquilos para exprimir a sua opinião, uma vez que poderiam se expor diante do pensamento hegemônico da Igreja. Assim podemos inferir a conclusão de que, mesmo havendo a predominância do pensamento hegemônico oficial reprimindo tal prática no seio da Igreja, há pensamentos divergentes, expressos de maneira evidente como na dissertação de mestrado mencionada, e os que permanecem no oculto e no silêncio.

LIMA NETO (2010) ao elaborar uma tese, fruto de uma pesquisa de um caso específico de visão de vencidos no interior do protestantismo brasileiro, afirma que:

A história oficial e mesmo outras correntes privilegiam os dominantes ou os grupos numericamente significativos. No entanto, estamos em vias de

compreender os excluídos da história. Nesse sentido, o protestantismo, apesar de ser hoje fortíssimo, graças à influência dos Estados Unidos como maior potência econômica da Terra, foi na história do Brasil vítima dos bloqueios decorrentes da monarquia, que não separava Religião e Estado. Precisamos hoje compreender como alguns personagens “furavam” ou tentavam furar esse bloqueio, deixando seus nomes gravados na história, através de documentação significativa.

Essa constatação reforça a necessidade de se pesquisar e compreender a história das minorias, que é engendrada na periferia dos grupos que mantem a hegemonia. Isso Significa estudar os “gritos do silêncio”, ou dos silenciados.

Embora tal afirmação não se refira especificamente aos homoafetivos como excluídos, podemos nos apropriar desse mesmo raciocínio para entender que grupos minoritários “coexistem” no mesmo campo religioso, mesmo oficialmente não sendo aceitos pela classe dominante.

Essa consideração não significa que este trabalho esteja concluído, nem tampouco que estabeleça juízo de valor sobre tal temática, e julgamento de pensamentos majoritários e minoritários, mas aponta para a academia, para os estudiosos das ciências humanas e especificamente para os sociólogos da religião que a compreensão de uma realidade histórica e sociológica não se dá tão somente em documentos e ideologias expressas nos discursos e documentos oficiais, mas também na percepção, através de detalhes e indícios, de que pensamentos minoritários e/ou divergentes dos hegemônicos transitam, de forma explícita ou sutil na “formação das alma” e na psique social, fato tão bem demonstrado por Carlo Ginsburg (2006), na sua obra “O queijo e os Vermes”.

Especificamente a tensão entre o “velho e o novo”, no que se refere a interpretação de “pecados” e “desvios” doutrinários religiosos, quer na área da sexualidade quer em quaisquer outras áreas da moralidade dependerá não somente das deliberações oficiais de organizações religiosas e/ou jurídicas, mas da dinâmica histórica e social que faz brotar novas maneiras de pensar e agir as quais determinarão e validarão o “certo e o errado”.

A despeito das instituições sociais, sejam religiosas ou jurídico-políticas construírem muros concretos e/ou abstratos que separam as pessoas entre “santos” e “pecadores”, “cidadãos de bem” e “criminosos”, os seres humanos continuarão a ter como característica “viver em sociedade”, cujas diversidades de pensamentos e emoções existirão de maneira manifesta ou oculta, relacionando-se com os outros ou excluídos em prisões e disciplinas eclesiásticas. Cabe ao cientista humano enxergar essa realidade social, de maneira fenomenológica ou subliminar.

Referências

ASSIS, D. P. R. de. A homossexualidade desconstruída em levítico 18:22 e 20:13. 2006. 151 f. **Dissertação** (Mestrado em 1. Ciências Sociais e Religião 2. Literatura e Religião no Mundo Bíblico 3. Práxis Religiosa e Socie) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/577?mode=full>. Acesso em: 03 de janeiro de 2023

BASTIAN, J. P. Protestantismos e modernidade latino-americana. **História de uma minoria religiosa activa em América Latina**. Tradução: José Esteban Caldéron. México: Editora Fundo de Cultura, 1994.

CONTITUICAO DA IPI DO BRASIL. Disponível em: <https://ipib.org/index.php/downloads/>. Acesso em 03 de janeiro de 2023.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 2: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRESTON, P. Breve história do pentecostalismo brasileiro, *In*: ANTONIAZZI, A. **Nem anjos nem demônios: Interpretações sociológicas do pentecostalismo**, Petrópolis: Vozes, 1994, p. 67-162.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES M. A., As Representações Sociais do Corpo e da Sexualidade no Protestantismo Brasileiro, **Revista de Estudos da Religião**, n. 1, 2006, p. 1-38. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv1_2006/p_gomes.pdf. Acesso em 03 de janeiro de 2023.

LIMA NETO, F. P; LEÃO, A. M. C; WHITAKER, D. C. A. **Entre a fé e os desejos: o adolescente pós-moderno**. São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2021.

LIMA NETO, F. P. Crer, Aprender e Sentir: O tripé estratégico para transmissão de visão de mundo do casal Kalley, na inserção do protestantismo no Brasil no século XIX. Francisco de Paiva Lima Neto – 2010 164. **Tese** (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, *Campus* de Araraquara.

MENDONÇA, A. G. **O Celeste Porvir: A inserção do Protestantismo Brasileiro**, São Paulo: Paulinas, 1986.

MENDONÇA A. G; VELASQUES, F. P. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.

PIERUCCI, A. F. A **terceira onda pentecostal**. Entrevista publicada pelo Jornal O Estado de São Paulo. 11 fev. de 2007, página J3.

PASTORAL SOBRE A IGREJA E A SEXUALIDADE. Disponível em: <https://ipib.org/index.php/downloads/>. Acesso em 03 de jan. de 2023.

WILLIAM R. R. **Fermento Religioso nas Massas do Brasil**. Campinas: Cristã Unida, 1967.

AS DIVERSIDADES SEXUAIS COMO DEBATE NA ESFERA CRISTÃ NACIONAL CONTEMPORÂNEA

Gabriel Batista Mota

Introdução

O presente trabalho é um esforço do autor em compreender como as diversidades sexuais são vistas por parte do ambiente cristão nacional contemporâneo e se esta visão institucionalizada influencia na opinião dos seguidores de tal denominação.

Para isso, além da bibliografia referente à temática, como recursos metodológicos foram selecionados a discussão qualitativa – mesmo com a presença de dados quantitativos – para que seja possível um debate mais aprofundado do assunto e que se possa observar o tema por uma perspectiva humanística e não apenas numérica, pois os dados numéricos e estatísticos apontados nas respostas dos questionários, embora não possam ser considerados como representações fiéis da realidade, apontam indícios que orientarão a análise qualitativa, interpretada também pelos apontamentos bibliográficos.

Estes dados foram adquiridos por meio do questionário anônimo *on-line* autoaplicável, com 17 perguntas, respondido por 79 cristãos encontrados nas redes sociais¹ destinadas especificamente a este público. Se fez uso desta ferramenta a

¹ Em virtude da pandemia e, para encontrar o maior número de pessoas possível, utilizou-se grupos do *Facebook* destinados especificamente a este público, assim como contatos por meio do *WhatsApp*. O *Facebook* é uma rede social norte-americana fundada por Mark Zuckerberg em 2004 e uma das mais populares do mundo, principalmente entre os jovens com mais de 30 anos, já o *WhatsApp* é um aplicativo de mensagens instantâneas, criado em 2009 por ex-funcionários do *Yahoo*, de fácil manuseio e acesso a toda e qualquer pessoa que possua um chip de telefonia móvel.

princípio pela praticidade do meio virtual em razão da pandemia de *Covid-19* e por poder ser configurada para que os participantes não precisassem se identificar e, assim, se sentissem mais livres para o exercício da sinceridade. Este tipo de coleta de dados – anônimo e *on-line* – tem sido cada vez mais utilizado por pesquisadores e institutos acadêmicos, principalmente após a disseminação da atual crise sanitária global.

A partir destes retornos esse texto disserta acerca da inserção da pauta das diversidades sexuais no âmbito cristão brasileiro da atualidade e, para tanto, inicia fazendo breves definições e/ou resgates históricos sobre a religiosidade e as sexualidades e, em seguida, o percurso do movimento LGBT² para, logo depois, analisar as respostas ao questionário que embasa tal discussão.

As religiões cristãs e as sexualidades: uma revisão bibliográfica

A religião foi estudada através dos séculos por diferentes vertentes das Ciências Humanas e Sociais e cada uma delas entende tal setor da sociedade de forma distinta e com funções também pouco similares.

O antropólogo Malinowski, por exemplo, compreendeu-a como uma forma pela qual os seres humanos encontraram de poder se ajudar e a aprenderem a lidar com as dificuldades da vida da melhor forma possível, mas seu colega Radcliffe-Brown entendia esse âmbito como parte da engrenagem cultural que ajudava a manter a sociedade em algum tipo de equilíbrio (BOWIE, 2006).

Já na Sociologia, Émile Durkheim discordava de Malinowski, pois acreditava que a religião não se embasava unicamente em ensinar a enfrentar as intempéries da existência humana, mas tinha a função coercitiva de empregar os valores considerados como mais elevados e, desta forma, o pai da sociologia moderna direcionava sua atenção para mais do que apenas a definição do

² Mesmo que existam muitas variações desta sigla, o autor optou por esta definição por ser mais antiga e, logo, mais conhecida.

verbetes ‘religião’ e chegava até aquilo que ela poderia fazer ou manipular socialmente (BARRETO; OLIVEIRA FILHO, 2012).

Como apontam Barreto e Oliveira Filho (2012), uma dessas interferências religiosas, especialmente cristãs, na ordem social foi em função das sexualidades e de sua execução por meio dos séculos.

Em uma concepção histórica pode-se datar tal visão controladora a partir do crescimento do Império Romano no período pré-Cristo. Na Grécia antiga (LOURO, 1999) e na Babilônia (BARRETO; OLIVEIRA FILHO, 2012), antes do advento do Cristianismo, tal cenário era bem diferente.

Na Grécia a afetividade era livre tanto para heterossexuais como casos homoeróticos³, era muito comum – e até encorajado – homens mais velhos se conectarem com rapazes não apenas para ensinar-lhes coisas sobre a vida, como também para introduzi-los na esfera sexual-romântica e, às vezes, tal aproximação resultava em relacionamentos mais duradouros e permanentes (LOURO, 1999).

Já na Babilônia esta realidade não era muito distinta, pois a aproximação homossexual⁴ também era socialmente aprovada, além de existirem práticas sexuais ligadas à religiosidade como, por exemplo, o culto à deusa grega do amor, Afrodite, que se consumava por meio das relações sexuais tanto entre pessoas do mesmo sexo quanto do oposto, pois esse tipo de ritual não era visto

³ A homossexualidade, masculina e feminina, é definida como as “[...] relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo” (FRY; MACRAE, 1985, p.07), assim como a bissexualidade pode se configurar como o sentimento de atração por todos os sexos e, a transexualidade, o não-identificação com o próprio gênero.

⁴ O verbete ‘homossexualidade’ foi usado pela primeira vez por Karoly Maria Benkert, um médico húngaro em 1869 (MOLINA, 2011), com a função de diferenciá-la da heterossexualidade por razões médicos-morais e após isso a palavra também foi empregada pelo alemão Kraft-Ebing para especificar as várias identidades sexuais (WEEKS, 1999). No Brasil, o termo teve seu primeiro uso em 1894 por Francisco José Viveiros de Castro, um professor de Criminologia da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e desembargador do Distrito Federal em seu livro ‘Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual’ (MOLINA, 2011).

como uma demonstração de degradação, mas sim de civilização e, portanto, motivo de orgulho (CATONNÉ, 2001).

Em Roma essa realidade de liberdade ao amor e à sexualidade, embora também experimentada, possuía limites mais restritivos que se catalisaram quando este império começou a dominar outras áreas e, por isso, passou a necessitar de mais contingente para suas cidades e exércitos e, para tal, começou a incentivar e priorizar as relações heterossexuais com fins de procriação e aumento populacional. Após seu surgimento, o Catolicismo romano se apropria deste pensamento romano e, a partir do século I d.C., passou a promover a superioridade heterossexista e, como resultado, estabeleceu um conflito com a homossexualidade marcando-a como impura e digna de reprovação (BARRETO; OLIVEIRA FILHO, 2012), o que condenou tais indivíduos à marginalidade da história até os dias atuais.

Tornando-se a religião oficial do Império Romano, a partir do século IV, o Cristianismo fez uso do poder militar romano para impor seu padrão moral sobre todos. Baseando-se principalmente nos ensinamentos do apóstolo Paulo, o Cristianismo desenvolveu uma concepção de sexualidade que restringia a prática sexual ao casamento monogâmico com finalidade única e exclusiva de procriação (BARRETO; OLIVEIRA FILHO, 2012, p. 119).

Assim, o Cristianismo – por meio, até então, apenas do Catolicismo romano – conseguiu modificar a ordem social, cultural, política, educacional, médica e jurídica vigentes à favor de seus preceitos unicamente pró-procriação impossibilitando a existência do desejo e das experimentações especialmente às mulheres e aos LGBTs e, no âmbito religioso, a prática sexual tornou-se aceita apenas na consumação do matrimônio heterossexual no que se objetivava o aumento da comunidade cristã e, por consequência, o aumento exponencial e gradativo do poder da Igreja Católica (BARRETO; OLIVEIRA FILHO, 2012).

O celibato e a abstinência, por sua vez, ocuparam o lugar dos cultos babilônicos à Afrodite e da libertada sexual grega culminando na categorização de ‘imoralidade’ dos desejos/prazeres, de ‘aberração’ da homossexualidade e na transformação

da sexualidade e do gênero em dispositivos de poder e de controle social (FOUCAULT, 1994).

Esta dominação se intensificou e perdurou por toda a Idade Média e, quando o Protestantismo rompeu com o Catolicismo romano, tal conduta discriminatória ainda prosseguiu nesta nova vertente do Cristianismo julgando, condenando e matando aqueles que descumprissem estas normas sexuais restritivas e, no caso dos homossexuais, tirando-os a vida por meio de enforcamentos ou queimas em praça pública, muitas vezes sem direito a julgamento ou defesa (NYE, 2004), mostrando, desta forma, que mesmo afirmando não concordar com as ações católicas, o protestantismo agiu com severa similaridade em muitos âmbitos de sua existência até a contemporaneidade.

As religiões, especialmente as cristãs, por se configurarem como ambientes de tradições milenares apresentam comportamentos tradicionalistas e que levam muito tempo para se modificarem, principalmente quando tais ações dizem respeito a pontos delicados dessas doutrinas. Como exemplos dessas mudanças vagarosas, pode-se observar que os contextos de perseguições e assassinatos orquestrados por essas denominações religiosas só foram reduzidos com o término da Idade Média e, durante a modernidade, com a secularização⁵ destas religiões e quando os Estados, como o Brasil, por exemplo, passaram a adotar políticas laicas resultando na perda da maior parte do poder político-militar do Cristianismo, assim como de sua capacidade de coação oficial e, teoricamente, de sua influência social afrouxando, assim, minimamente as restrições às práticas sexuais não-vaginais (BARRETO; OLIVEIRA FILHO, 2012).

Mesmo após perder poder, a influência não-oficial das religiões cristãs ainda permanece agindo sobre a vida das pessoas, principalmente em alguns países das Américas, África e Europa, entretanto, com o tempo os estudos e pesquisas passam a ganhar

⁵ Entende-se por 'secularização' a redução da influência e do poder das vertentes cristãs principalmente sobre as questões políticas, econômicas, médicas, educacionais e judiciais após o fim da Idade Média (BRUCE, 2010).

espaço no âmbito das sexualidades e o sexo deixa de ter a função única de procriação, mas ainda com forte inclinação à heterossexualidade (BARRETO; OLIVEIRA FILHO, 2012).

Esta realidade heterossexista vai sofrer pequenas alterações apenas na segunda metade do século XX com o avanço dos movimentos de mulheres e com o surgimento do movimento em prol dos direitos da comunidade homossexual que, nos Estados Unidos, difunde a ideia da luta pela liberdade sexual aos demais continentes do globo (BAYLE, 1955).

Breve percurso do Movimento LGBT: um resgate histórico

As demonstrações afetivas que não se enquadram na norma heterossexual definem-se como a atração emocional e/ou física por pessoas do mesmo gênero ou por mais de um (FRY; MACRAE, 1985; SILVA; MAGALHÃES, 2008).

Assim como todos os comportamentos tachados como minoritários, a não-heterossexualidade possui uma aversão fomentada por um conservadorismo originário do Cristianismo (PEASE; PEASE, 2000) que, como consequência dos fortes preconceitos e da necessidade do Cristianismo em pregar um ato sexual apenas com fins de procriação criou-se, com o tempo, uma separação entre a afetividade e o ato sexual que provocou estudos incipientes sobre esta tendência religiosa, herdada do Império Romano, em banalizar as diferenças (LOURO, 1999) e que ao iniciarem a difusão de um pensamento crítico fora dos dogmas tão intensamente apregoados, pelos denominados escolhidos por Deus (BRITZMAN, 1996; MOLINA, 2011).

O estudo de gênero e sua compreensão surgem pela forma como a cultura expressa as diferenças entre homens e mulheres e de que modo a caracterização das diferenças inerentes ou aprendidas entre os sexos pode servir como ponto auxiliar para compreensão da exclusão das pessoas que vivem a experiência homoerótica como entes capazes de direitos e obrigações (OLIVEIRA, 2009, p. 161).

Com o avanço destas pesquisas e com a Igreja percebendo o burburinho que estavam causando, estas instituições também começaram a se organizar e a contratar jornalistas, escritores e intelectuais da época para publicarem livros e obras reafirmando, com falsos fatos, a impureza do sexo fora do casamento e das relações homoafetivas, transformando essas temáticas em *tabus* e incitando a população à castidade ou à heterossexualidade forçada (BRITZMAN, 1996; MOLINA, 2011).

Um exemplo disto foram as estratégias sutis executadas pelo alto clero de frequentemente reeditar a Bíblia, alterando, principalmente, os trechos onde a homossexualidade ou a sodomia⁶, o adultério feminino e bigamia eram vistas como atos imperdoáveis aos olhos de Deus e que também foram adotadas, décadas depois, pelas correntes protestantistas (HELMINIAK, 1998).

Com o passar dos anos, os LGBTs começam a se organizar de forma incipiente para se proteger de atos violentos, mas é só no fim da década de 1960 que o chamando “movimento” se organiza de forma efetiva e se denomina com a abreviação GLBTT que significava Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (MOLINA, 2011), entretanto, após a morte da atriz Judy Garland em 22 de junho de 1969, famosa por interpretar a música “*Over the Rainbow*” que popularizou o arco-íris, os gays que eram muito fãs da cantora, foram às ruas para homenageá-la nos bares das ruas *Greenwich Village* e *Stonewall* (BEZERRA *et al.*, 2013) durante os dias seguintes, mas isso acabou resultando em várias ações policiais sem razões justificáveis e, como descontentamento, aproximadamente de

⁶ Esta palavra de conotação pejorativa foi, e ainda é, usada para se referir aos LGBTs, principalmente os masculinos, devido a história contida na Bíblia cristã, a partir do capítulo 19 do livro de Gênesis, sobre a condenação de Sodoma e Gomorra que teriam sido destruídas por suspeitas, linguísticas nas traduções mais recentes das bíblias, de relações homossexuais masculinas, mas que na verdade, segundo as transcrições originais em latim e hebraico e com traduções contextualizadas-críticas e não apenas literais, o ocorrido aconteceu não em razão da homossexualidade, existente e comum desde muito antes de Cristo, mas pela ausência de hospitalidade e generosidade, comportamentos importantes para o Messias cristão (HELMINIAK, 1998).

10 mil LGBTs de várias regiões dos Estados Unidos ocuparam as ruas e manifestaram em Nova Iorque por quatro noites seguidas datando o dia 28 de junho, a partir de 1969, como o Dia Internacional do Orgulho LGBT (REIS, 2007).

Ao mesmo tempo que os EUA começavam a lutar por igualdade e respeito às diferentes orientações sexuais, o Brasil enfrentava o cerco da Ditadura Militar que censurava qualquer tipo de discurso ou manifestação sexual que não estivesse enquadrada nas normas heterossexuais cristãs e, em conjunto com a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) que surge no início dos anos de 1980, os LGBTs passam a ser, ainda mais, estigmatizados não apenas como impuros, molestadores e pecadores, mas agora também como doentes e catalizadores de um vírus ainda pouco conhecido que, por descuido político e midiático, recebeu a alcunha de ‘câncer gay’ e, com isso, assumir-se LGBT deixou de ser um ato pessoal e privado e tornou-se uma ação pública e política contra a repressão e o preconceito crescente no país (MENDES, 2010).

Nos anos de 1980 o Movimento ainda nomeado como GLS ou GLBTT sofre uma grande queda de atuação e popularidade em função da AIDS majoritariamente atribuída a este público pelas sociedades globais conservadoras e é só na década seguinte, em 1990, que o grupo começa a se reerguer, volta a atuar com mais força política e midiática e adquire, também, apoiadores em outros setores sociais como na música, cinema, moda, educação, artes, etc. e, com isso, começa a contestar os padrões comportamentais heterossexistas impostos socialmente, esta atuação chega a tal ponto que, pela primeira vez na história do Brasil, o chefe do poder executivo, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita, em 2008, uma reunião de movimentos pró-diversidade (FACCHINI; FRANÇA, 2009).

Mesmo alguns direitos igualitários conquistados nas últimas décadas, ainda é preciso perceber que as causas que resultam na LGBTfobia ainda se mantém e, por isso, é necessário uma reflexão sobre este tema no cenário social para acabar com a violência direcionada aos não-heterossexuais (APÓSTOLO; MOSCHETA; SOUZA, 2017) em um contexto mundial no qual, mesmo com debates

e a luta por direitos, ser um LGBT ainda é crime em cerca de 70 países, além de um assunto pouco explorado em vários ambientes, como o escolar, por exemplo, em decorrência tanto do conservadorismo do setor, como ainda da forte influência do cristianismo no cotidiano e nas práticas pedagógicas contemporâneas brasileiras como veremos a partir das respostas ao questionário a seguir.

As diversidades sexuais no Cristianismo brasileiro: análise do questionário

Compreendendo as definições e breves percursos históricos das sexualidades nas religiões cristãs e do movimento LGBT global e brasileiro se faz necessário entender como este cenário se encontra na contemporaneidade e, para isso, foi realizado um questionário *on-line* autoaplicável e anônimo com 79 cristãos de diferentes perfis e localidades do Brasil por meio das redes sociais destinadas especificamente a estes públicos.

Como já explicado na Introdução, este recurso metodológico foi selecionado por se adequar ao período pandêmico no qual nos encontramos atualmente, além de incentivar a sinceridade pela fato de ser anônimo, isto é, não perguntar nenhum tipo de informação pessoal que possa ajudar a identificar a identidade dos respondentes.

Após esta seleção, foi necessário pensar em como atingir o público-alvo e, para isso, o *link* do questionário foi publicado em 10 grupos do *Facebook* focados no público cristão da mencionada rede social, assim como compartilhado via *WhatsApp*. Além disso, foi feito um breve texto explicativo de apenas 2 linhas para esclarecer sobre o que se tratava tal formulário e solicitar a participação dos membros. Juntos, estes grupos somavam quase 80 mil integrantes e, como obteve-se 79 respostas, isso representa 0,098%.

Embora o objetivo do presente estudo não fosse descobrir a identidade dos participantes, foi necessário estabelecer a primeira parte do formulário, com as 05 questões iniciais, para entender quem eram estes indivíduos com os quais estava-se trabalhando.

Sobre o gênero, 55,7% são homens cis e os outros 44,3% de mulheres cis. Mesmo com a opção 'Homem ou Mulher Trans', não houve respostas de pessoas trans neste questionário. No que se refere à orientação sexual destas pessoas 87,3% se declararam heterossexuais e 12,7% LGBTs.

Quanto à faixa etária – em anos completos – as respostas ficaram da seguinte forma: 26,6% (de 40 a 49 anos), 21,5% (de 20 a 29 anos), 17,7% (de 30 a 39 anos), 12,7% (de 50 a 59 anos), 12,7% (de 60 a 69 anos) e 8,9% (de 11 a 19 anos). O formulário não obteve respostas de outros intervalos de idade.

As duas últimas perguntas de perfil indagavam sobre a questão religiosa propriamente dita. Na primeira 50,6% afirmaram ser do catolicismo romano e 49,4% de alguma denominação protestante, já na segunda 64,6% disseram que toda ou a maior parte de sua família também faz parte da mesma vertente do cristianismo que ele e 35,4% responderam que não.

A segunda parte do documento continha 14 interrogações que tiveram como tema a posição da religião a qual participavam, e a deles também, sobre algum aspecto das diversidades sexuais. Este segmento do formulário se baseou em questões com apenas duas alternativas opostas para que os pontos de vista ficassem bem claros à interpretação.

Na primeira questão foi sobre a opinião de sua religião acerca do sexo e 88,6% afirmaram que este ato poderia apenas após o casamento, a outra parcela (11,4%) pensava o extremo, de que poderia, sim, praticar atos sexuais antes do matrimônio.

A segunda pergunta foi sobre a crença de suas vertentes religiosas sobre as orientações sexuais. 86,1% disseram que, para suas igrejas, isto era errado e de que o correto para Deus seria apenas a heterossexualidade, mas 13,9% discordaram ao pensar que tais manifestações identitárias são válidas.

A terceira indagação foi exatamente igual a anterior, o que mudou era que ao invés da concepção de sua fé, a sua opinião era a solicitada. Com isso 65,8% enxergam apenas a heteroafetividade

importante e os outros 34,2% avaliam todas as orientações sexuais como relevantes.

Esta opção de fazer perguntas idênticas apontando ora para a tese da igreja ora para a dos próprios voluntários se deu pela razão de que a ligação entre eles varia conforme a frequência com que se relacionam e, também, com base nas intersecções que fazem com outros contextos, como o trabalho, a escola, etc (NATIVIDADE *In: HEILBORN et al.*, 2005),

A quarta e a quinta dúvida do questionário foi acerca do casamento e adoção por casais do mesmo sexo. Na primeira 89,9% afirmam que suas religiões não concordam com tais atos, já na segunda a rejeição cai para 62% quando a convicção pedida deixou de ser a da igreja e passou a ser a dos participantes.

Esta diferença nas respostas decorre do fato de que, mesmo com a laicização do Estado e com a secularização do cristianismo, as vertentes protestantes ainda mantêm forte traço conservador (BARRETO; OLIVEIRA FILHO, 2012), mas já existem ativistas dentro dessas próprias igrejas lutando por uma fé mais inclusiva e igualitária (MOLLENKOTT, 1994).

As duas inquirições seguintes eram sobre os direitos e segurança dos LGBTs – no que se refere às agressões e ofensas na rua ou em casa – e as devolutivas foram, na primeira, de 59,5% que acham que seus grupos de fé não concordam com tais direitos humanos. Na segunda, que focava na opinião dos próprios respondentes, a discordância a este assunto se mantém acima da metade com 54,4%.

Essa resistência em aceitar que os diferentes possuem direitos iguais aos seus, decorre de resquícios comportamentais propagados desde o apogeu da religião durante a Idade Média, época em que os líderes destes cultos tinham o poder de julgar e até investigar a vida dos fiéis à procura de infrações que julgassem passíveis de punições (BOZON, 2004).

Na oitava questão foi-lhes perguntado se sabiam o significado da sigla 'LGBT' e 59,5% disseram que sim, mas 40,5% desconhecem tal termo.

Esse desconhecimento de algo altamente difundido na atualidade pode se justificar pelos mapas culturais nos quais estes sujeitos estão inseridos, isto é, nem todos têm acesso ou contato com temáticas e contextos fora da relação vida-religião (HEILBORN, 1999).

Nos itens de número 09 e 10 a indagação era se sua religião e se eles concordavam que esta temática – das diversidades sexuais – fosse debatida nas escolas. As comunidades religiosas de 82,3% não admitem tal assunto nas instituições de ensino e 60,8% pessoalmente também não aceitariam esse tipo de conteúdo em sala de aula.

Essa insistência em manter as diversidades sexuais afastadas, tanto da vida adulta quanto da infantil, tem por objetivo o distanciamento motivado pela censura de algo que possa provocar o medo, a rejeição ou até a vergonha se levados a seus círculos religiosos tradicionais (ELIAS, 1993).

Os dois últimos pontos sondaram se a doutrina destes 79 cristãos acolhe os LGBTs e se eles já presenciaram algum episódio de falas LGBTfóbicas de seus líderes religiosos. Nesta penúltima 46,8% alegaram que não; 34,2% esclareceram que acolhe, mas não toca no assunto e 19% disseram que sim e de forma igual a todos. Na última, 64,6% responderam negativamente.

Essa não-aceitação e este desconhecimento – ou fingimento de tal – sobre atos discriminatórios dos mestres de suas doutrinas apresenta resíduos de épocas do fundamentalismo religioso, em seu auge, que tratava as diversidades como uma ação demoníaca que deveria ser afastada de todos (MARIZ, 1999) e a pouca receptividade vista por meio das respostas decorrem de ações exaustivas de membros progressistas do cristianismo que trabalham arduamente para que as denominações desta religião ao menos respeitem as diferenças das quais eles não concordem e/ou não estão habituados a conviver (BERGER, 1985).

Considerações finais

As religiões, especialmente as cristãs, por se configurarem como ambientes de tradições milenares apresentam comportamentos tradicionalistas e que levam muito tempo para se modificarem, principalmente quando tais ações dizem respeito a pontos delicados dessas doutrinas.

Entre as temáticas caras a este cenário de crenças, as diversidades sexuais talvez sejam as mais complicadas de se alterarem ou até de se pautarem para debates, pois simbolizam uma das primeiras proibições cristãs e, como tal, uma das mais difundidas em todos os setores da maioria das sociedades globais. Para que esta realidade seja desfeita em favor das igualdades e do respeito às diferenças e a todas as formas de amor, é necessário atentar-se a alguns pontos.

Em primeiro lugar é vital notar que o número de respondentes foi muito pequeno em comparação à quantidade de integrante dos 10 grupos do *Facebook* no qual o questionário foi divulgado. Isso evidencia o desinteresse ou distanciamento deste contingente social ao assunto.

Uma segunda coisa que precisamos analisar é que essa discriminação às diversidades sexuais – especialmente aos LGBTs – já se propagava antes do catolicismo romano dar seus primeiros passos na história, mas foi esta fé a responsável por catalisar essa aversão à maioria dos povos. Dito isso, é preciso desmistificar essa questão e retirar dela o peso da demonização e da ligação à impureza.

O terceiro ponto a observarmos é a necessidade de religiões mais inclusivas e que manifestem respeito à todas as formas das identidades plurais presentes na sociedade.

Outra questão que precisamos nos atentar, a partir das respostas do questionário, é a forte intolerância do cristianismo com as diversidades, mesmo em pleno século XXI, além das similaridades das opiniões pessoais com as difundidas pelas crenças religiosas e, por isso, é indispensável fomentar o

pensamento crítico para que as pessoas saibam distanciar suas visões pessoais das religiosas.

Também é nítido que algumas assuntos ainda são considerados como intocáveis a estes cristãos, como os direitos humanos também aos LGBTs – no que se refere ao casamento, adoção, segurança e violência, por exemplo –, a inserção destes indivíduos no cenário da fé e o debate deste *tabu* na esfera escolar.

Por isso, a partir do questionário *on-line* aplicado aos 79 cristãos é possível perceber que os assuntos que envolvem as sexualidades e as diversidades ainda são *tabus* na esfera religiosa, que ainda existe um promoção da visão que relaciona essa temática com algo a ser evitado, distanciado e ignorado, além da concordância destes fiéis com as perspectivas conservadoras e restritivas do Cristianismo.

Embora cada confissão religiosa, cristã ou não, tenham seus princípios doutrinários, inclusive em relação à ética sexual, a sociedade é regida pelas leis do Estado. Assim, o respeito e a tolerância em relação a diversidade, inclusive na área da sexualidade é garantida por lei, sendo a homofobia considerada crime no Brasil desde 2019.

Mesmo em outros períodos históricos, já mencionados neste trabalho, em que não havia separação entre a religião e o Estado – como os estados teocêntricos, por exemplo –, seria inadmissível entre os cristãos deixar de acolher e respeitar seus semelhantes uma vez que os ensinamentos de seu Mestre estabelecem o imperativo de ‘amar ao próximo como a ti mesmo’

Desta maneira, havendo separação entre Igreja e Estado, é imprescindível estabelecer a distinção entre pecado e crime e enfatizar esses conceitos no processo de formação humana, como nas escolas, por exemplo, corroborando para a emersão de uma nova cultura, inclusiva e desprovida de preconceitos.

Portanto, é cada vez mais urgente a demanda de que, tanto as igrejas quanto seus seguidores, abram suas portas e mentes à inclusão e à igualdade como sinal de respeito às diferenças e às pluralidades e, de forma definitiva, exerçam o afeto, a gentileza e o

carinho que tanto pregam para ajudar os que necessitam, não julgar e propagar o bem-estar a todos os grupos e povos da Terra.

Referências

APÓSTOLO, M. V. do A.; MOSCHETA, M. dos S.; SOUZA, L. V. e. Discursos e posicionamentos em um encontro de diálogo sobre violência a LGBTs. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v28n2/1678-5177-pusp-28-02-00266.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2020.

BARRETO, M. C. R.; OLIVEIRA FILHO, J. E. de. A inclusão de homossexuais no protestantismo. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.4, n.8, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10505>. Acesso em: 13 dez. 2021.

BAYLE, D. S. *Homosexuality and the Western Christian Tradition*. London: Longmans, Green and Co., 1955.

BERGER, P. L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

BEZERRA, A. R.; PEREIRA; A. D.; MAIA, L. P.; MATIAS, L. A.; SILVA, L. B. (2013). Movimento LGBT: breve contexto histórico e o movimento na região do Cariri. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, Juazeiro do Norte, v.1, n.3, set. 2013. Disponível em: <https://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/29/pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BOWIE, F. *Anthropology of religion*. In: SEGAL, R. A. *The Blackwell companion to the study of religion*. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

BOZON, M. **Sociologia da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRITZMAN, D. O que é esta coisa chamada Amor: Identidade homossexual, educação e currículo. **Revista Educação e Realidade**, v. 21, p. 71- 96, jan/jun, 1996.

BRUCE, S. *Secularization*. In: TURNER, B. S. *The new Blackwell companion to the sociology of religion*. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2010.

CATONNÉ, J. P. **A sexualidade, ontem e hoje**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ELIAS, N. **O processo civilizador II: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 3, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2933/293322974004.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural/Editora Brasiliense, 1985.

HEILBORN, M. L. Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, M. L. (Org.). **Sexualidades: o olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HELMINIAK, D. A. **O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade**. Edições GLS: 1998.

LOURO, G. L. (Org.). **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis: Ed. Vozes. 1999.

MARIZ, C. L. A Teologia da Batalha Espiritual: uma revisão da bibliografia. **Revista Brasileira de Informação em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: BIB, 1999.

- MENDES, L. **A história do movimento homossexual brasileiro**, 2010. Disponível em: <https://lgbtt.blogspot.com/search?q=A+hist%C3%B3ria+do+movimento+homossexual+brasileiro>. Acesso em: 20 abri. 2020.
- MOLINA, L. P. P. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antíteses**, Londrina, v. 4, n. 8, jul./dez., 2011.
- MOLLENKOTT, V. R. *Overcoming heterosexism: to benefit everyone*. In: SIKER, J. S. **Homosexuality in the church: both sides of the debate**. Louisville: Westminster John Knox Press, 1994.
- NATIVIDADE, M. Homossexualidade masculina e experiência religiosa pentecostal. In: HEILBORN, M. L. *et al.* **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 247-272.
- NYE, R. A. *Sexuality*. In: MEADE, T. A.; WIESNER-HANKS, M. E. (Orgs.) **A companion to gender history**. 1ª ed. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2004.
- OLIVEIRA, R. M. R. Fronteiras Invisíveis: Gêneros, Questões identitárias e Relações entre movimento homossexual e Estado no Brasil. **Revista Bagoas**, n. 4, p. 160-172, 2009.
- PEASE, A.; PEASE, B. **Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?: Uma visão científica (e bem-humorada) de nossas diferenças**. 13. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- REIS, T. O movimento homossexual. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Homossexualidade e educação sexual: construindo o respeito à diversidade**. Londrina: EdUEL. 2007. p. 101-102.
- RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, F. F. da; MAGALHÃES; J. C.; QUADRADO, R. P. (Orgs.). **Educação e Sexualidade: Identidades, Famílias, Diversidade Sexual, Prazeres, Desejos, Preconceitos, Homofobia...**Rio Grande: FURG, 2008.
- WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

EDUCAÇÃO, PROTESTANTISMO E A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL

Juliana Ap. Pereira Costa
Rayanny Zanetti Torquato de Lana
Francisco de Paiva Lima Neto

Introdução

Esse artigo terá como premissa levantar reflexões acerca da violência sexual infantojuvenil que perpassa as diferentes esferas da sociedade, entre elas, a escola e a igreja evangélica protestante que, por sua vez, tendencia-se a ter um olhar baseado em doutrinas e regras estabelecidas culturalmente, e por vezes, um olhar superficial sobre a temática. Ademais, far-se-á uma correlação das responsabilidades para que se garanta os direitos básicos e a proteção das crianças e dos adolescentes. Salienta-se que devido ao contexto histórico, embora o estudo tenha como foco a igreja protestante, terá momentos, que o catolicismo será mencionado.

No decorrer da reflexão serão abordados assuntos e conteúdos relacionados às concepções de infância e adolescência, o protestantismo, a escola, a violência sexual, problematizando a omissão e ou o silenciamento dessas instituições frente a realidade dessas violências, em contrapartida evidenciando as potencialidades dessas mesmas, na prevenção e na proteção infantojuvenil.

Em seus estudos Weeks (2021, p.48), discorre sobre a importância que a sociedade deu ao corpo e à sexualidade ao longo dos séculos. Até o século XIX, a Igreja Católica ocupava um lugar de vigilância e responsabilidade, levando em conta uma “filosofia moral”. O que, posteriormente, passou a ser preocupação maior dos especialistas da medicina e de “profissionais e reformadores morais”. No entanto,

observa-se que esses preceitos foram absorvidos também pelo protestantismo e ainda hoje, são valorizados.

Durante muito tempo, acreditou-se que a sexualidade era algo biológico, se dando a partir de instintos, muitas vezes incontroláveis, como refere-se Louro (2021, p.49) “o sexo era visto como uma energia vulcânica, engolfando o corpo, pressionando de forma urgente e incessante nos seus conscientes”. Entretanto, nos estudos feministas, podemos perceber que essa energia incessante era a partir da visão masculina, e as mulheres, como seres reativos e passivos, estariam ali apenas para servi-los, “serem despertadas a vida” (LOURO, 2021, p. 50-51), por esses homens, considerados como ativos.

A partir dessa construção social de virilidade masculina, de poder e dominação, por um período não causavam estranhamento e nem questionamentos. Nesse sentido, seria possível que, esses homens acreditassem que as crianças/adolescente estariam disponíveis para satisfazê-los nesses desejos incessantes?

Debruçando-se na história da sexualidade, Figueiró (2014) compreende que essa, foi e tem sido reprimida e controlada, ao longo dos séculos, pelas diferentes instituições de poderes: igreja, medicina, estado, escola e pela família. Sendo apresentados valores negativos quanto à sexualidade, que acabam por impregnar-se na formação dos sujeitos. A Educação Sexual realizada dentro do ambiente escolar, segundo a mesma autora “é falsa e moralista, dessexualiza os educandos e constrói [...] uma imagem da sexualidade que suscita o desprezo e o desgosto para com a relação física” (FIGUEIRÓ, 2014, p. 22). Considera-se que esse mesmo esforço é posto nas igrejas protestantes, criando estigmas sobre a sexualidade.

Segundo Louro (2021, p. 20), a escola exerce uma Pedagogia da Sexualidade, que culmina no disciplinamento dos corpos, “tal pedagogia é muitas vezes sutil, discreta, contínua, mas, quase sempre, eficiente e duradoura”. Percebe-se que o protestantismo acaba por assumir também essa postura disciplinadora, e que molda os sujeitos ali presentes.

Apesar desse silenciamento quanto à Educação Sexual, e a sua colocação como algo não importante, acredita-se que essa educação se faz necessária e além disso, é um direito universal ter acesso às informações científicas sobre a sexualidade.

Nesse contexto, a educação sexual encontrou e ainda encontra diversos empecilhos para a sua efetivação não só na instituição escolar como também no protestantismo, embora o Brasil seja um país laico e plural, a Igreja Católica e Evangélica exerce influência nos outros poderes, inclusive na Educação.

A sociedade atual tende a reprimir assuntos relacionados à sexualidade, enquadrando-a em estruturas sociais, ofuscando sua representação e identidade, avigorando tabus e deixando de refletir sobre os inúmeros significados que envolvem o tema (SOUZA; MILANI; RIBEIRO, 2020, p. 98-99; *apud*, FIGUEIRÓ, 2004).

No ano de 1998 o Ministério da Educação e Cultura (Mec) lançou o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) com diferentes temáticas, dentre essas a de Orientação Sexual, que no período foi considerado um avanço, já que tinha o objetivo de introduzir o assunto de gênero nas políticas educacionais, efetivando uma ação problematizadora da sexualidade no ambiente escolar (LEÃO, RIBEIRO, 2012). Nesse contexto, a Educação Sexual “se torna um campo de conhecimento e aplicação, com planejamento de ações, tempo e objetivos limitados, elaboração de programas e intencionalidade” (MAIA, RIBEIRO, 2011, p.76-77).

No entanto as políticas educacionais não avançaram de forma substancial no que se refere à educação sexual pós PCN, pelo contrário, observa-se retrocessos principalmente, no atual governo e com o movimento da “bancada evangélica”, percebe-se certa proibição e o silenciamento das questões sexuais, que ao invés de informar e auxiliar na proteção de jovens e adolescentes, acabam reprimindo, e indo por caminhos que consideram como algo errado ou ainda, pecaminoso.

A partir desse silenciamento e pela falta de uma Educação Sexual que previna as violações de direitos, apresenta-se os dados

divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na qual recebeu 86,8 mil denúncias de violação dos direitos de crianças e adolescentes através do Disque Direitos Humanos- Disque 100, no ano de 2019. Dessas violações 17 mil ocorrências estavam relacionadas à violência sexual. Entre esses, 73% dos casos foram realizados na casa da vítima ou do suspeito e 40% dessas violações foram praticadas pelo pai ou pelo padrasto (BRASIL, 2020). Dados mais recentes apontam que em 2020 foram feitas 96,2 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes, sendo essas físicas, psicológicas e ou sexuais (BRASIL, 2021).

O conceito de violência, é um termo utilizado em diferentes situações, sua característica básica é a ameaça ao direito à vida e à saúde podendo ser de natureza física, psicológica, sexual, por negligência/abandono. Raramente uma violência ocorre desacompanhada de outra (BRASIL, 2010).

Conceitualmente, a violência sexual na infância e na adolescência é entendida como atos ou jogos sexuais em que é submetida por alguém que possui desenvolvimento psicossocial mais adiantado do que o seu, utilizando-se de uma relação de poder para satisfazer seus próprios desejos, sem considerar o bem estar da criança vitimizada (SPAZIANI; MAIA, 2015).

[...] a categoria é definida como interações sexuais com crianças. A ênfase é na assimetria de poder (pela diferença de idade, experiência, posição social etc) e/ou no dano psicológico. Pode ser por força, promessas, ameaça, coação, manipulação emocional, enganos, pressão etc. O que é fundamental na definição do “abuso” é que o consentimento sexual da criança não é considerado válido, de modo que ela é sempre vista como “objeto” de satisfação da lascívia alheia e nunca como “sujeito” em uma relação sexual com adultos ou, dependendo do caso, mesmo com uma outra criança ou adolescente mais velhos (LOWENKRON, 2010, p.16)

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a criança que sofre a violência sexual, possivelmente estará exposta a outras violências. É comum que a violência inicie de formas menos invasivas, progredindo para formas com o contato físico. Quando

a criança compreende sobre a violência, o agressor faz com que ela se sinta culpada. Utilizando-se de ameaças diversas para exigir o segredo da criança violentada (ABRAPIA, 2002).

Nota-se a complexidade em identificar a violência sexual infantojuvenil, considerando nossas heranças culturais, que por muito tempo defendeu que as situações familiares deveriam ser cuidadas e tratadas na esfera privada. Ainda hoje, temos diversos ditados populares que convergem dessa ideia, “briga entre marido e mulher não se mete a colher”, “roupa suja se lava em casa”, “cada macaco no seu galho”, “educação vem de berço”, entre outros, que reverberam que a família tem total liberdade de resolver seus conflitos de forma hegemônica.

É bem verdade, que a Igreja católica contribuiu na formação desses modelos, tabus e preconceitos que hoje perpetuam na sociedade, por outro lado, ainda que, por outros objetivos centrados na preocupação da falta de mão de obra, teve papel importante em relação à instituição familiar, trouxe transformações significativas no que concerne ao dever e o cuidado com os filhos, pela representatividade na sociedade contribuiu para desenvolver o sentimento de família, passou a investir no pensamento de cuidado e proteção das crianças, por meio da imagem de Jesus sendo cuidado por Maria, promovendo a afetividade, consequentemente surgindo a ideia de infância e de núcleo familiar (ARIÉS, 1981).

A infância foi ganhando espaço e a ideia de proteção e cuidado também foi se expandindo tendo ações cada vez mais efetivas, essas transformações foi alcançando proporções cada vez maiores, nesse sentido, um dos marcos importantes e significativos foi a aprovação da Declaração dos Direitos da Criança, pela ONU em 1959, documento mundialmente reconhecido que trata dos princípios básicos que garantem a proteção da criança.

Em termos de Brasil, em 1988 no artigo 227, a Constituição Federal (em vigência) reconheceu direitos, estabelecendo que a família, a sociedade e o Estado têm como dever prioritário oferecer proteção às crianças e adolescentes:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Nesse contexto de garantia de direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principal instrumento normativo do Brasil, completou 31 anos e tem como diretriz apresentar os direitos e deveres nessa faixa-etária, considerando sempre a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

Debruçando-se, ainda, no ECA em seu artigo 5º estabelece que *“nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”* (BRASIL, 1990).

O ECA compreende que a criança é a pessoa com até 12 anos incompletos e o adolescente entre 12 e 18 anos. A legislação brasileira e a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhecem a criança como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, que deve ser tratada como sujeito de direitos legítimos e indivisíveis e que demanda atenção prioritária por parte da sociedade, da família e do Estado.

Desta maneira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, traz que a criança necessita ter asseguradas todas as oportunidades e facilidades para o seu desenvolvimento integral, em condições de liberdade e dignidade, assim como é dever da família, da sociedade e do poder público assegurar seus direitos à vida, saúde, educação, dignidade e liberdade, não permitindo qualquer forma de negligência, discriminação e violência contra a criança e o adolescente (SPAZIANI, 2013). Caso não seja cumprido, cabe punição na forma da Lei por qualquer atentado, por ação ou omissão aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes (BRASIL, 2020, p.108).

Considerando que a criança e o adolescente a partir da Constituição Federal passa a ser responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma e traz um conjunto de normativas assumindo o olhar integral e integrado para essa parcela da população. Nesse sentido, é dever das diferentes esferas, ser corresponsáveis por esse cuidado e proteção, portanto a Escola e a Igreja sendo Instituições pertencentes a essa sociedade, não se isenta dessa responsabilidade. Responsabilidade essa, que está reafirmada no art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê punições para agentes da saúde e agentes educacionais, caso suspeite ou confirmem negligência e maus-tratos e não façam denúncias aos órgãos competentes. Ademais, a sociedade tem avançado quanto ao reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente, entretanto essas raízes culturais ainda são fortes, sendo necessário investir na reeducação da nossa sociedade.

Nesse sentido, é preciso problematizar, em meio a tantos documentos e leis voltados para a garantia de direitos e proteção à criança e ao adolescente, porque ainda existem inúmeras violências e desproteção ao público infantojuvenil? Em que aspectos as diferentes instituições se percebem como corresponsáveis no cuidado e na proteção das crianças? São questionamentos, que talvez, não se tenham respostas, mas olhar e desnaturalizar, é uma ação urgente! Portanto, trata-se de um convite, pensar parcerias para promover a prevenção à violência sexual infantojuvenil.

Nesse contexto,

a proteção contra a violência sexual é um direito das crianças que deve ser assegurado por toda a sociedade. Assim, o enfrentamento à violência faz parte de diversos órgãos, como os Conselhos de Direitos das Crianças e dos Adolescentes, os Conselhos Tutelares, Promotoria e Juizado da Infância e Adolescência. Da mesma maneira, diferentes instituições devem se articular a fim de prevenir e atuar em relação à violência sexual na infância. Algumas delas dizem respeito às áreas da Saúde, da Assistência Social e da Educação (SPAZIANI, 2017).

É importante salientar que, como resguardado pela legislação vigente, os direitos das crianças devem ser respeitados, e o seu não cumprimento deve ser punido perante a Lei brasileira. Para que providências sejam tomadas, as crianças sejam salvaguardadas e protegidas, alguns caminhos podem ser seguidos para que as denúncias sejam realizadas.

Caso identifique violações de direitos contra crianças e adolescentes, é dever e obrigação realizar a denúncia. Para tanto, pode-se entrar em contato com o **Disque 100** – Disque Direitos Humanos, a denúncia pode ser realizada de forma anônima. Pode-se procurar **delegacias** especializadas, como a DPCA, que investiga possíveis crimes contra crianças e adolescentes, mas caso não tenha essa delegacia em suas proximidades, a denúncia pode ser realizada em qualquer outra delegacia, podendo ser uma denúncia anônima também. Pode-se procurar os **Conselhos Tutelares** para averiguar a situação de violações de direitos e o **CREAS ou o CRAS**, que são equipamentos ligados à assistência social.

Sendo assim, o acolhimento e o manejo de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência são necessários, mais importante do que isso, é a atuação em formas de prevenção para que o número de violência contra crianças e adolescentes seja erradicado. Nesse contexto, a Escola já é citada como lugar estratégico para essa proteção, e a Igreja, embora não citada diretamente, é uma Instituição pertencente à sociedade, que tem papel significativo nas construções simbólicas e sociais.

Ademais, é importante ressaltar que o trabalho de prevenção à violência sexual de crianças e adolescentes perpassa pela Educação Sexual, temática considerada tabu nas diversas denominações religiosas, inclusive nas protestantes. Retomando o que foi levantado inicialmente, que esses assuntos são compreendidos superficialmente, sem base científicas, reproduzindo ideias descontextualizadas, que não correspondem à verdade e seriedade dos estudos em Educação Sexual.

É notório o quanto a Igreja influenciou e ainda influencia as condutas e as normas sociais, e mesmo que o protestantismo, na

sua essência, tenha surgido em oposição a condutas do catolicismo, não há como negar algumas heranças dogmáticas e de condutas, quando se trata de Educação Sexual.

Não é de hoje que a Igreja busca exercer controle de comportamentos e de conteúdo. Na década de 60 a Igreja Católica se portou como um freio poderosíssimo, com o objetivo de impedir a entrada da Educação Sexual formal na escola brasileira, sendo extremamente repressiva quanto às questões relacionada ao sexo (Inácio, 2018). Atualmente a Igreja Católica possivelmente mantém esse posicionamento, mas essa luta contra a Educação Sexual ganhou o protagonismo de grandes nomes do meio evangélico. Nesse contexto é possível destacar a relação conflituosa entre a sexualidade e religião, cheia de desencontros e carregada de uma visão negativa, pessimista, controladora e preconceituosa.

A ética cristã se constituiu fundamentalmente na busca pelo controle da sexualidade e do prazer, por meio da díade, sexualidade e procriação, ou seja, o ato sexual era permitido, apenas quando ligado diretamente à procriação. Qualquer outro ato sexual era considerado inferior devido a seu desligamento da possibilidade da criação de uma nova vida (FARRIS, 2006).

Segundo esse mesmo autor, os Reformadores, Martinho Lutero e João Calvino, não divergiram substancialmente da ética da Igreja Católica Romana. Os dois concordavam com a ligação entre a natureza pecaminosa do ser humano e o desejo sexual, mas debateram a importância da relação entre o casamento, a sexualidade e a espiritualidade. Eles afirmaram que a sexualidade humana era, como parte da criação de Deus, fundamentalmente boa, mas o desejo sexual era mau, porque interferia com as relações entre a pessoa e Deus. Lutero entendia o casamento como uma maneira de lidar com o desejo sexual, ou a luxúria de uma forma controlada e socialmente aceitável.

Calvino também entendia o casamento como maneira de evitar a luxúria, mas afirmou a importância fundamental da relação, ou da sociedade, entre o marido e a esposa, como parte do plano de Deus para o ser humano. Nesse contexto, nas Igrejas da

Reforma, a procriação não ocupava lugar central como na Igreja Católica, mas a ligação entre o pecado humano e o desejo sexual era fundamental. De qualquer forma, a sexualidade humana nas Igrejas da Reforma era vista como sendo limitada eticamente, às relações dentro do casamento, usando a Bíblia como fonte de autoridade quase absoluta.

Elementos inovadores só entraram nos séculos XIX e XX com a valorização do vínculo entre o amor, a sexualidade e as relações entre cônjuges, ainda nesse período, houve o surgimento de métodos artificiais confiáveis do controle de natalidade na década de 1960. Considerando que a instituição familiar é um dos pontos centrais do protestantismo, o controle artificial de nascimento trazia a preocupação de que tal tecnologia incentiva a "atividade sexual fora do casamento" e não o debate sobre o vínculo entre o ato sexual e a procriação.

Nesse contexto, observa-se que culturalmente valoriza-se a sexualidade, o prazer, a diversidade e o individualismo. Entretanto, o protestantismo segue tradições, valorizando a sexualidade e o prazer sexual quase exclusivamente entre casais heterossexuais, casados; trata a sexualidade como aspecto secundário, em comparação com a importância da espiritualidade ou da alma do ser humano, ou considera como fonte de pecado; desconfia, pelo menos indiretamente, do prazer corporal, ou só valoriza tal experiência dentro da instituição do casamento; tem dificuldades para analisar a sexualidade e as relações sexuais em termos de poder e gênero (FARRIS, 2006).

Retomando as reflexões acerca da violência sexual, é quase imperceptível, se não for, ações que favoreçam o debate no contexto religioso. Existe um posicionamento da Igreja, que a Educação Sexual deve ser tratada na esfera privada, entretanto a família, muitas vezes, desconhece como conversar sobre sexualidade, pois também não passou por esse processo.

Considera-se que a orientação e o esclarecimento sobre violência sexual à criança e ao adolescente será eficiente se houver diálogo aberto sobre as diversas temáticas em Educação Sexual

(MAIA, 2005). Nesse sentido a criança passa a compreender a sexualidade como natural, sem receio ou medo, sentindo-se segura, além de conhecer elementos que a façam compreender comportamentos de violência.

A sexualidade deve ser pensada a partir de três aspectos, sendo eles o biológico, psicológico e social (MAIA, RIBEIRO, 2011, p. 75). Sua forma de expressão é individual e diferente para cada indivíduo, decorrendo a partir de sua subjetividade e construção de sua identidade, influenciados pelos aspectos e padrões culturais, sendo estes, até mesmo religiosos.

Embora existam documentos, como os PCN que orientam e respaldam o trabalho em Educação Sexual nas escolas, esses conteúdos não são obrigatórios, sendo assim, a aprendizagem em torno da sexualidade, na maioria das vezes, acontece na e pela Educação Sexual informal, que por sua vez, acontece a partir do senso comum, sem a leitura científica e reflexiva da Educação Sexual formal, que é planejada e intencional. Portanto, muitas vezes, carregada de preconceitos, tabus e desinformação.

Considerando que 86,8% da população brasileira está vinculada à uma religião cristã (censo 2010) e devido à influência da Igreja na construção de valores e normas culturalmente compartilhadas, mesmo, a parte da população que não está vinculada a nenhuma dessas denominações, recebe essa influência, por ser um modelo difundido socialmente. Nesse contexto, grande parcela dos professores, influenciados por esse modelo, também contribuirá para disseminar crenças e valores do senso comum. Por não ter um preparo com embasamento científico, já que não é uma exigência na formação básica do professor.

O artigo 18º do ECA, traz que é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. A partir dessas constatações, observa-se que as crianças e adolescentes, mesmo com o respaldo da legislação, não corrobora na legitimação dessa proteção, pois os mesmos, continuam descobertos na proteção à violência, em especial a

violência sexual, estando em vulnerabilidade social, já que as diferentes instituições, familiar, escolar e religiosa pactuam no velamento da sexualidade.

Nesse contexto temos também as violências praticadas nas e pelas instituições religiosas, que em alguns casos tornaram-se públicas por meio da mídia, os que tiveram maiores repercussões foram casos que envolviam a igreja católica, nesse sentido é possível refletir e questionar algumas situações: Nas igrejas protestantes não ocorrem violência sexual contra crianças e adolescentes? Provavelmente deve ocorrer, no entanto essas violências podem acontecer de forma velada, em que as ocorrências são resolvidas internamente na instituição, não sendo tratada como uma violação de direito da criança, ou seja, não chega à esfera judicial.

A criança/adolescente que é vítima de violência sexual, sofre um conjunto de violências, pois dificilmente essa violência é isolada. Destaca-se a violência simbólica, entendido aqui, como algo dado pela sociedade, que se mantém e perpetua-se a partir da ideologia de uma cultura dominante, que é interiorizada pelos indivíduos. A partir daí, os indivíduos “não se opõem ao opressor, por considerar sua situação natural e inevitável”, “quando são dadas as condições sociais de imposição e incubação” (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p.22). Fato esse, pode contribuir para a vulnerabilidade da criança/adolescente à violência sexual. Considerando que a mesma fica submetida a uma educação familiar e religiosa que não contribui para uma educação preventiva e formativa em sexualidade.

Como mencionado anteriormente a violência sexual infantojuvenil ocorre principalmente no contexto íntimo e privado da família, sendo pessoas, que possuem vínculos, considerado uma figura de confiança e de livre acesso ao ambiente familiar da criança/adolescente. Nesse sentido membros da família, padres, pastores ou líderes de comunidades ficam respaldados nessa figura de confiança, o que pode favorecer as práticas de violência sexual infantojuvenil. Portanto, mais uma vez a criança/adolescente fica

submissa a essa violência simbólica. O silêncio prevalece e quando descoberto, muitas vezes, tem a sua fala e identidade anuladas.

O Brasil dispõe de leis que buscam resguardar os direitos constitucionais das crianças e dos adolescentes. Entretanto, percebe-se que apesar de existir uma punição, os crimes ainda acontecem. Dessa forma, deve-se buscar meios para que seja prevenido as diversas formas de violência.

A posteriori, foi criado o “Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil” (2000), que tem como objetivo ser referência no enfrentamento à violência sexual contra crianças, oferecendo uma síntese metodológica para a implementação de políticas, programas e serviços de proteção às crianças (SPAZIANI, 2017).

A prevenção de violências sexuais contra crianças e adolescentes devem ser compreendidas como uma estratégia de promoção à saúde, na medida em que previne e controla os agravos, por meio da criação de condições de proteção e defesa de indivíduos e grupos que se encontram em situações de riscos e de vulnerabilidades específicas. Ela atua no campo da identificação de doenças e agravos, do diagnóstico, tratamento e cuidados, sem prejuízo da assistência na readaptação e reabilitação (BRASIL, 2010). Considerando os riscos que esta grave questão suscita, é preciso pensar em fatores de prevenção. “Se a família expõe a criança à violência, cabe aos demais microssistemas da rede de atendimento social, como, a Educação, a Saúde, a Assistência Social atuarem de forma efetiva no cuidado à criança e ao adolescente” (SPAZIANI, 2013). Para tanto, nesse trabalho, incluíse as igrejas e as diversas religiões nessa rede de proteção efetiva.

Para que o trabalho de proteção as violências, em principal a violência sexual, uma premissa básica é a existência de uma Educação Sexual, intencional, planejada e organizada (MAIA, RIBEIRO, 2011, p. 77), visando

[...] proporcionar ao aluno uma formação que envolva conhecimento, reflexão e questionamento; mudança de atitudes, concepções e valores;

produção e desenvolvimento de uma cidadania ativa; e instrumentalização para o combate à homofobia e à discriminação de gênero (MAIA, RIBEIRO, 2011, p. 77).

A sexualidade deve ser pensada a partir de três aspectos, sendo eles o biológico, psicológico e social (MAIA, RIBEIRO, 2011, p. 75). Sua forma de expressão é individual e diferente para cada indivíduo, decorrendo a partir de sua subjetividade e construção de sua identidade, influenciados pelos aspectos e padrões culturais, sendo estes, até mesmo religiosos. A sexualidade é inerente ao ser humano, estando presente durante toda a vida.

A Educação Sexual pode ser dividida de duas formas, a educação formal e a educação informal, segundo a conceituação da Figueiró (2014, p.58), a Educação Sexual informal: são ideias, valores, comportamentos que vamos observando e ouvindo no dia a dia; e a Educação Sexual formal: é realizada a partir de um Ensino intencional, planejado, sobre a sexualidade, feito na escola, na igreja, no posto de saúde, ou até mesmo em casa.

Se a criança está exposta à violência, cabe aos microssistemas como, a Educação, a Saúde, a Assistência Social atuarem de forma efetiva no cuidado à criança e ao adolescente (SPAZIANI, 2013). Nesse contexto as igrejas, templos, nas suas diferentes denominações, também são microssistemas e, como tal, precisam atuar na prevenção à violência sexual infantojuvenil.

Considerações finais

Como apresentado ao longo do trabalho, a Educação Sexual não é obrigatória dentro do ambiente escolar, dessa forma, grande parte da aprendizagem referente à sexualidade se dá pela Educação Sexual informal, que pode vir em contextos de tabus, silenciamentos, repressões, preconceitos, e tantas outras formas que podem gerar sofrimento, por não sanar as dúvidas, reprimir sentimentos e construir uma identidade dos sujeitos de forma

marcante e contra o bem-estar, esperado por uma Educação Sexual sistematizada, planejada, feita por profissionais qualificados.

Grande parte da população brasileira se reconhece como parte de alguma religião, em principal, as religiões do Cristianismo. A religião tem um grande papel na construção de valores e normas culturais, padrões esses, que acabam por influenciar até mesmo aqueles que não estão vinculados às crenças religiosas. Dessa forma, deve-se pensar nos professores, envolvidos nesse contexto, e que podem acabar disseminando crenças e valores partindo do senso comum. A falta de preparação com bases científicas são um reflexo na dificuldade de educar sexualmente, visto que nas graduações a temática não se constitui como um fator importante e essencial.

Mesmo com respaldos provenientes da Legislação, a proteção eficiente da criança e do adolescente não é legitimada, os mesmos continuam descobertos dessa proteção contra todos os tipos de violências, em especial, a violência sexual, e estão em vulnerabilidade e risco social, visto que as diferentes instituições, familiar, escolar e religiosa, acabam por pactuar com o silenciamento sobre as violências e o velamento sobre a discussão da sexualidade.

Nesse contexto, crianças e adolescentes acabam por receber uma Educação Sexual informal, pela família e pelas instituições que ela faz parte. Essa educação pode abarcar diversos tabus e silenciamentos, como também informações erradas, e que colocam a sexualidade como algo negativo. Reafirma-se a importância de que exista uma Educação Sexual formal, planejada, sistematizada, realizada por profissionais capacitados, e que possam ajudar as crianças a se protegerem, ou até mesmo, passarem segurança para que as crianças consigam relatar os abusos que sofreram, ou vem sofrendo atualmente.

As crianças e os adolescentes vitimados sofrem um conjunto de violências sequenciais, quando vem à tona uma violência realizada por um líder religioso, causa espanto, já que essa figura é considerada uma santidade, quase se esquecendo que se trata de um ser humano. São pessoas, com grande credibilidade e que

transmitem confiança para a criança e para o adolescente, principalmente para a família, dificultando, dessa forma, que o pacto de silêncio seja quebrado e a denúncia seja realizada ou ainda, quando descoberto, essas instituições tentam solucionar sem o envolvimento da justiça.

Portanto, a partir desse ensaio, é defendido que a divisão Igreja versus Estado, precisa ser melhor compreendida, pois existe uma regulamentação legal que muitas vezes não está em consonância com a lei do “Estado Laico”, nesse sentido, representantes religiosos, principalmente os que compõem a “bancada evangélica” querem estender crenças e dogmas para além dos templos, em contrapartida assuntos que deveriam ter repercussão em todos os espaços, são silenciados. Quando se trata de violência sexual infantojuvenil, é preciso encontrar formas de romper as barreiras não só no protestantismo, como também em outras denominações religiosas, para que compreendam a educação sexual como constituinte do ser humano e como estratégia fundamental para o trabalho de proteção e prevenção à violência infantojuvenil.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. (2002). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**. 3.^a edição. Petrópolis, RJ: Editora Autores & Agentes & Associados. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Abuso_Sexual_mitos_realidade.pdf. Acesso em 01 de junho de 2021.

ARÍES, P. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. 4 ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 118p.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Painel de dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/paineldedadosdaondh/ONDH-2020SM01>.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contracrianças-e-adolescentes>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humano. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/cartilha-atualiza-dados-de-abuso-sexual-contracrianças-e-adolescentes-para-fortalecer-rede-de-protecao>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

FARRIS, J. **A família, o sexo e a sexualidade: perspectivas pastorais.** Revista Caminhando v. 11, n. 18, p. 151-164 jul–dez 2006.

FELIPE, J; GUIZZO, B. S. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. **Pro-Posições**, v.14, n. 3 (42). Set./dez. de 2003.

FIGUEIRÓ, M. N. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível.** 2ed. Londrina: Eduel, 2014.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Canais de denúncia.** Disponível em: <https://www.podeserabuso.org.br/canais-de-denuncia/>. Acesso: 20/09/21

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 4 ed. 3. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 09-42.

LOWENKRON, L. **Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia:** diferentes nomes, diferentes problemas?

Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana, v.1, n.5, p.9-29, 2010.

MAIA, A. C. B. **Abuso sexual infantil**. In: MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; MAIA, Ari Fernando (Orgs.). *Sexualidade e infância*. Bauru: FC/UNESP: CECEMCA, 2005, p.143-158.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual: princípio para ação**. *Doxa*, v.15, n. 1, p. 75-84, 2011.

NEVES, A. S., CASTRO, G. B. de, HAYECK, C. M., CURY, D. G. Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. **Temas em Psicologia** - 2010, Vol. 18, nº 1, p. 99 – 111.

RIBEIRO, P. R. M. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. In: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amélia de Souza (orgs.). **Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas**. 1 ed. – Petrópolis, RJ: De Petrus et. Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

RIBEIRO, P. R. M. Entrevista: Educação para a Sexualidade. **Revista Diversidade e Educação**. V. 5, n. 2, p. 07-15, 2017.

SOUZA, A. P. MILANI, D. R. da C. RIBEIRO, P. R. M. **A Educação sexual e o papel do educador**: reflexões a partir de um contexto social em transformação. *Dialogia*, São Paulo, n. 34, p. 95-106, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/Dialogia.N34.16635>>.

SPAZIANI, R. B. **Violência sexual infantil**: compreensão de professoras sobre conceito e prevenção. 2013. 133 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, 2013.

SPAZIANI R.B, Maia A.C.B. **Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância**: concepções de professoras. *Rev. Psicopedagogia* 2015;32(97):61-71

SPAZIANI, R. B. **Violência sexual contra crianças:** a inserção da perspectiva de gênero em pesquisas de pós-graduação da área da educação (1987-2015) 208 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, 2017.

SPAZIANI, R. B. MAIA, A. C. B. As causas da violência sexual contra as crianças segundo professores da educação infantil: implicações para a prevenção na escola. **IV SIES. Simpósio Internacional de Educação Sexual.** 2015

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 4 ed. 3. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 45-104.

SEXUALIDADE, RELIGIÃO E DIVERSIDADE: INTERSECÇÕES SOBRE OS TEMAS E COMO SE ESTABELECEM NO AMBIENTE ESCOLAR

Laís Cristina Resende Duque

Introdução

O presente artigo objetiva trazer um panorama histórico sobre as intersecções da sexualidade com a religião, tenta ainda especificar essas relações nos contextos do protestantismo e da diversidade na educação básica no Brasil. Sendo assim, apresenta uma cronologia em que a sexualidade é abordada dentro da religião cristã e a partir disso traz aprofundamentos no protestantismo e diversidade aplicados à educação.

É importante destacar que ao fazer o levantamento bibliográfico sobre os materiais que relacionam religião e sexualidade para compor esse trabalho sobre diversidade, foi obtido como resultado menções ao assunto fazendo referência ao sexo, a homossexualidade, principalmente se tratando dos homens, e por vezes utilizando o termo que traz a conotação de doença "homossexualismo"; questões relacionadas a outras identidades e expressões de gênero, assim como outras orientações sexuais são ignoradas ou comentadas muito rapidamente, da mesma forma que reflexões mais aprofundadas sobre a influência e complexidade da sexualidade na formação e construção integral dos indivíduos não é evidenciada, há apenas passagens que trazem a sexualidade como forma de poder e controle social e político pelas instituições influentes de cada época, incluindo a Igreja.

Nesse contexto, o ambiente escolar, enquanto um dos primeiros e principais espaços sociais dos indivíduos, é o lugar em

que as ideologias¹ e diversidades se encontram. Toda nossa cultura e sociedade ocidental foi historicamente estruturada a partir de pilares que envolviam as religiões, principalmente as cristãs, católicas e protestantes, que foram responsáveis não só por questões político-sociais durante a maior parte da história, como por estabelecer o ensino formal no Brasil.

Dessa maneira, não é aceitável que o espaço escolar seja, ainda hoje, um espaço de reprodução de ideologias em relação as diversidades.

Existem grupos que entendem as variações de gênero e orientações sexuais como comportamentos pecaminosos e pregam o uso arbitrário da psicologia como forma de conversão e “cura”.

A escola não pode ser lugar para essas práticas, ou mesmo para reprodução desses discursos, para isso temos documentos que garantem as liberdades religiosas e sexuais na educação e que visam proporcionar aos estudantes acolhimento, respeito e legitimação de suas especificidades.

Breve panorama histórico da religião cristã e a sexualidade

Ao iniciarmos o panorama histórico das religiões e da sexualidade, observamos que na Antiguidade, quando essa relação

¹ Embora saibamos que vários pensadores elaboraram diferentes conceitos de ideologia, utilizamos como instrumento de análise neste artigo, o conceito marxista materialista, o qual nos aponta que em tese a classe dominada assimila o discurso da classe dominante, ou seja, os opressores impõem a sua ideologia através de ideias discursivas assimiladas pelos oprimidos. Marilena Chauí (1980, p.3), inspirada no conceito marxista, define ideologia como [...] um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem fazer e como devem fazer”. Temos ciência também que essa autora enfatiza a visão de infraestrutura social, no entanto, podemos pensar também em “normas, valores e regras de conduta” em relação a moral sexual e não simplesmente em uma visão economicista. Desta maneira, as minorias que apresentam orientação sexual não correspondente à classe dominante se tornam “subversivos” em relação a ordem moral vigente.

era não só pacífica como era uma forma de cultuar as divindades, as relações sexuais entre pessoas, do mesmo gênero ou não, era organizada pelos próprios grupos religiosos em cerimônias de culto à Afrodite, por exemplo.

O corpo humano moldado e esculpido era entendido como o principal instrumento de construção das cidade-estado na Grécia, com isso, a naturalidade que se tratava a nudez e os corpos diversos, demonstrava o quanto a noção de pecado não existia naquele espaço, surge posteriormente com as noções judaico-cristãs e vai se construindo durante cerca de 4 séculos a partir de então (GOMES, 2006).

Dentro da teologia cristã o corpo é entendido como a forma de manifestação física de Deus, da mesma maneira que para o Apóstolo Paulo é uma representação paradoxal do pecado adâmico, assim como também é a materialização do Espírito Santo. Diante dessa dualidade, as doutrinas, protestantes ou não, foram se construindo, e a conotação de que a natureza carnal estaria associada aos pecados diretamente relacionados à sexualidade reforçou tabus e aprisionamentos nas ações e vivências dos discípulos e fiéis cristãos, assim como dominou também suas mentes e fez com que a religião sentisse necessidade de controlar não só os corpos físicos, mas também o que seus seguidores imaginam em âmbito mais particular.

Com o surgimento e ascensão do cristianismo, a sexualidade e, principalmente, a homossexualidade ficou marcada pelo conflito. Inicialmente as mulheres eram encorajadas a manter a virgindade, então até mesmo o matrimônio era um risco, pois havia a associação do sexo, e tudo relacionado à sexualidade significava perigo. Segundo Dantas (2010) no intervalo dos séculos IV a VI as literaturas direcionadas as mulheres destacavam os riscos da prática sexual, enquanto as destinadas aos monges ou demais homens solitários tratavam das paixões que os atormentavam e das tentações femininas.

Nesse período é possível perceber a construção das ideias conservadoras e que representavam o sexo como pecado, a

abstinência ou celibato era a indicação do ideal para que alguém pudesse se dedicar a Deus de maneira genuína, sem permitir que distrações no campo dos desejos “da carne”, isto é, as necessidades do corpo físico e não do corpo espiritual, os deixasse perder o foco ou desviar sua atenção à devoção e a doutrina religiosa.

O cristianismo, com o passar dos anos, percebe a necessidade de incentivar o matrimônio, até para que o número de fiéis, e da população se mantivesse, então usou do poder militar para impor seu padrão moral com a concepção de que a prática sexual só seria permitida dentro do casamento monogâmico e para procriação, sendo assim qualquer outra prática seria julgada como pecaminosa (BARRETO E OLIVEIRA, 2012).

A igreja católica assume então o celibato como forma de conter a sexualidade entre os seus, sendo os sacerdotes privados do matrimônio, e então da prática sexual. Quanto aos demais seguidores, estariam restritos ao sexo matrimonial e com o objetivo de gerar descendentes. A prática da confissão era usada como forma de garantir a doutrina cristã, e existiam manuais para que os sacerdotes conseguissem aconselhar e punir os fiéis quando um pecado sexual fosse cometido.

No século IX, segundo destacou Dantas (2010), o casamento sacramentado assegurou poder político à Igreja e a tornava cada vez mais uma instituição de poder e controle social, já que com isso atraía mais fiéis, visto que a abstinência era uma condição de grande dificuldade e resistência. Mais que uma permissão, o casamento tornou-se um aconselhamento divino, a fim de encorajar a geração de filhos. Colocava, ainda, homem e mulher, pois só essa era considerada uma configuração permitida, como devedores um do outro em relação ao sexo, isto é, a partir do casamento havia uma dívida sexual de um para com o outro, que poderia ser cobrada a qualquer momento, dessa forma era dever de ambos garantir a satisfação do parceiro.

As condições matrimoniais descritas, iniciaram uma ideia de igualdade entre homem e mulher dentro do casamento, porém, posteriormente, teólogos entenderam que seria “constrangedor”

para as esposas fazer algum tipo de solicitação sexual a seus esposos, então elas foram dispensadas desse papel, deixando que a requisição fosse “silenciosa” e que a chamada dívida fosse cobrada só por parte dos maridos.

O momento da história da religião relacionada ao ato sexual, ainda que dentro do casamento, reforça algumas violências que persistem até os dias atuais, como a responsabilização do prazer sexual de um indivíduo a seu cônjuge, e traz ainda ideias misóginas quando coloca a mulher como disponível e obrigada a atender as solicitações sexuais do marido, enquanto ele é liberado dessa função sob a alegação de que a mulher precisa manter um estereótipo pudico e não associado a uma concepção de promiscuidade ou mesmo refém dos prazeres carnavais, que estariam diretamente ligados ao pecado, distanciando-as da doutrina e de Deus.

Importante destacar que foi responsabilidade da religião cristã não só os conceitos do que era permitido ou não sobre o ato sexual, como também a construção das identidades de gênero, delimitando o que seria papel feminino e o que seria papel masculino, não permitindo que essas funções se confundissem e impactando nas ideias misóginas e machistas que reproduzimos até os dias atuais (FOUCAULT, 2014b).

Tais concepções permanecem e ficam ainda mais robustas até a Idade Média, a ideia do corpo e do sexo como forma de culto e devoção espiritual, que acontecia na antiguidade, é fortemente substituída pelo celibato cristão, da mesma maneira que as modalidades de sexo também eram restritas, incluindo os homossexuais a uma classificação de “aberrações” que deveriam ser severamente punidos (BARRETO E OLIVEIRA, 2012).

O domínio da vida conjugal pela Igreja seguiu, nos séculos XII e XIII, o sexo era considerado um ritual sagrado, então precisava ter limites bem estabelecidos para que os valores da congregação fossem mantidos mesmo nesses momentos. Sendo assim, segundo Dantas (2010), a prática sexual precisava ser recatada, sem grandes extravagâncias e com o objetivo de procriar, a satisfação dos desejos físicos acontecia como consequência, mas não era o foco. Os dias

em que a prática sexual era permitida eram restritos: dias de domingo, celebrações religiosas e momentos específicos do ciclo menstrual e gestacional das mulheres também era proibido.

Seguindo essa linha de raciocínio, a Igreja também delimitava posições aceitáveis no ato sexual, o homem deveria sempre estar sobre a mulher, para que cada um reproduzisse e reforçasse seus lugares na sociedade até mesmo durante a cópula. Por outro lado, as relações extraconjugais eram menos vigiadas, julgadas e punidas por parte da Igreja, a menos que tentassem contra o matrimônio, esse era o único ponto que tornava a punição dessas relações necessárias.

Da mesma maneira, a prática da masturbação e da sodomia² eram proibidas, nos séculos XIII e XIV, as consequências para essas ações eram absolutamente rígidas e violentas, incluindo até mesmo a castração. O termo "sodomia" tinha diversas interpretações sobre o seu significado, mas, de maneira geral, incluía o sexo anal e oral, o que era diretamente ligado às relações homossexuais, principalmente entre homens, e mais do que isso, estaria ligada a submissão do homem, o que definitivamente não era um valor aceitável pela Igreja católica.

² Os dicionários definem sodomia como: um substantivo feminino que designa o ato de manter relação sexual anal entre um homem e outro; sexo anal entre um homem e uma mulher. Etimologia. Essa palavra tem no nome de uma cidade bíblica que foi queimada e destruída por Deus por conta de muitos pecados, chamada Sodoma. Segundo a bíblia essa cidade permitia e incentivava tais práticas sexuais. Essa interpretação deriva das narrativas da Bíblia de Gêneses 19:1-11. De maneira sintética esse texto conta um episódio da História de Ló, quando visitado por anjos, foi constrangido pelos habitantes de Sodoma, tanto jovens como velhos a permitir que mantivessem relações sexuais com eles. A interpretação desse texto fez com que a Igreja historicamente associasse a palavra sodomia (práticas dos habitantes de Sodoma) a homossexualidade. Atualmente há outras interpretações como ausência de hospitalidade e estupro coletivo, dentre outros. Porém, debater a origem etimológica desse termo, bem como suas interpretações, causam discordância e visões diferentes, de acordo com os autores e seus interesses religiosos e ideológicos.

Os sistemas religiosos derivados do cristianismo, no caso, os Protestantes, ainda que desvinculados do catolicismo mantinham alguns desses valores.

Segundo discorreu Barreto e Oliveira (2012):

[...] o controle sobre a sexualidade não arrefeceu. Por toda a Europa os Protestantes prenderam, julgaram e condenaram a quem eles consideravam adúlteros, prostitutas e fornicadores, queimando vivos os “sodomitas”. Todas as formas de sexo não vaginal, sem a finalidade de procriação foram condenadas, especialmente o intercuro anal.

Nessa passagem fica evidente a postura das religiões cristãs, protestantes e católicas, em julgar e condenar as práticas relacionadas às liberdades sexuais, indo especificamente contra as práticas homossexuais. Quando condena qualquer forma de sexo “não vaginal”, o julgamento é direcionado aos homens que se relacionam com outros homens, desconsiderando os direitos deles e resumindo-os ao título de pecadores, sendo então merecedores de punições violentas que poderiam incluir até a morte.

A Reforma Religiosa que deu origem aos Protestantes, ocorreu no século XVI com Martinho Lutero e João Calvino. Sobre as questões da sexualidade, Lutero entendia o corpo como templo do Espírito Santo, sendo então corpo e espírito partes indivisíveis da mesma realidade e obra de Cristo. Ele tira a culpa sobre a relação sexual conjugal assim como afirma que não há limitações dentro dessas relações se os parceiros estão se satisfazendo mutuamente e de maneira consentida. Calvino, por sua vez, prega a concepção de predestinação, então o homem predestinado seria livre para fazer a vontade de Deus. Portanto calvinistas ficam presos ao eterno questionamento de atender as vontades do corpo ou preservar o corpo que é morada de Deus (GOMES, 2006).

Enquanto uma nação católica, a Inglaterra deveria estar alinhada com o que o clero romano e, conseqüentemente, o papa indicavam, nesse contexto o Rei Henrique VIII adota o protestantismo, decretando em um “Ato de supremacia” que ele próprio fosse o líder da Igreja Anglicana que acabara de criar, para

tentar solucionar os problemas políticos que atravessava, dando então poder e liberdade para ele governar da maneira que julgava ser adequada (RAMOS NETO, 2012).

A partir disso, é então legitimado o divórcio, que era de particular interesse do Rei já que isso indicava a possibilidade de ter um herdeiro ao trono divorciando-se de Catarina de Aragão e casando-se com Ana Bolena, mas também liberou diversas ações sexuais duvidosas que ele praticava contra as mulheres que tinha contato. Com isso surge então um movimento escocês derivado dos Calvinistas, chamado Puritanismo, que tenta converter os pecadores a Jesus. Dessa forma, incentivavam o trabalho a exaustão para que outros pensamentos não invadissem a mente dos homens e os desviassem dos propósitos de Deus, surge então uma das formas de missões modernas.

O surgimento e construção do protestantismo preocupa-se em deixar mais brandos os julgamentos pecaminosos dentro do matrimônio, visto que esse era entendido como uma relação unicamente heterossexual e monogâmica, então excluiu qualquer menção às relações homoafetivas e mantendo severas as punições e classificações pejorativas e discriminatórias que sempre foram atribuídas a essa parcela da população, estando essas pessoas associadas a alguma religião ou não.

Nos conventos e mosteiros durante o séc. XVII e XVIII, o isolamento tentava manter as freiras distantes dos "pecados da carne", mas nesses lugares eram também mantidas mulheres com comportamento discrepante do esperado, então muitas delas que eram classificadas como vulgares, ousadas, sedutoras acabavam vivendo no mesmo espaço e em contato com as freiras, como explicou Dantas (2010).

Nesse ambiente era comum alguma transgressão para que a figura masculina se fizesse presente, seja na forma de cartas ou até mesmo na visita efetiva deles ou saída das internas. Lembrando que para os cristãos, principalmente os não-Luteranos, a figura feminina não poderia demonstrar seus desejos sexuais, nem mesmo ser receptiva aos prazeres caso estes não vissem de seu

marido, dentro do casamento especificamente. A convivência entre mulheres castas e servas de Deus e da religião com as que foram classificadas como vulgares, aflorou as fantasias eróticas, que transpunham facilmente os muros dos mosteiros e afligiam as mulheres enclausuradas a ponto delas se mutilarem.

Enquanto tudo isso acontecia na Europa, no Brasil, onde a sociedade era rural, escravagista e poligâmica, tais regras não se sustentaram por muito tempo, então a gravidade dos pecados sexuais foi abrandada, o pecado foi banalizado, visto que todos o cometiam de alguma forma. Aqui as relações de poder sobrepunham, ainda, os mandamentos da Igreja, então era conveniente que os julgamentos não interferissem nas vontades dos senhores locais. Nos séculos XVIII, XIX e XX os discursos sexuais se proliferam, era necessário falar sobre sexualidade no ambiente religioso, na confissão, e doméstico, para que os jovens estivessem sob vigia dos pais, por outro lado, no ambiente público as pessoas eram pudicas e recatadas. Porém era preciso externar a sexualidade de alguma forma e os burgueses o fizeram nas clínicas médicas, como discorreu Foucault (2014a).

Foi então nesse período, com essa necessidade de extravasar os discursos e discussões sobre a sexualidade que houve um avanço nas pesquisas e produções científicas sobre o tema, levando então esse assunto a ser uma temática de conversas, conferências, consultas, aulas, arte, processos penais, etc.

A partir desse contexto surgem as pesquisas sobre as “perversões e desvios sexuais”, que incluía o prazer e a sexualidade das mulheres, das crianças e dos homossexuais. Isso ocorre no período vitoriano séc. XIX e XX em que o prazer da mulher é entendido como aberração e degradação moral, reforçando as ideias primitivas do cristianismo em recorrer ao termo “aberração” para se referir a qualquer que seja a demonstração de desejo e prazer que não a heterossexual, monogâmica, que objetiva a procriação, mantém o recato e teria que acontecer dentro do casamento. Qualquer manifestação de liberdade sexual ou de

exploração da sexualidade que não fosse feita por um homem heterossexual era entendida como aberração.

É também nesse momento que aparece o termo “homossexualismo”, classificação dada como uma patologia com graves riscos à saúde. Segundo Binkowski (2019), a homossexualidade ainda foi nomeada como “transtorno de personalidade sociopata” em um manual de transtornos mentais, posteriormente, em uma atualização desse material, apareceu como “desvios sexuais”. Em discussões sobre esse assunto Robert Spitzer classificou como “distúrbio de orientação sexual”. Essas passagens demonstram o quanto a ciência ratificava a discriminação perpetuada pelo cristianismo aos homossexuais, apesar de ser uma época em que se pretendia desfazer as relações político-sociais com a Igreja, os estudos médico-científicos se aproximam dos julgamentos que deixavam essa população à margem da sociedade.

Freud e os estudos psicanalíticos dão mais atenção a essas questões e tentam investigar mais sobre a sexualidade presente nos sujeitos, chegando à conclusão de que o objeto de desejo de cada um não é um problema ou pode ser considerado uma doença, mas que isso pode acarretar em sofrimento e inibição social deste, por estar inserido em uma sociedade que culturalmente construiu valores que julgam tal desejo sexual como errado ou não natural. Ainda acrescentou que o tratamento psicanalítico poderia ou não mudar esse quadro, visto que não se tratava de uma patologia (BINKOWSKI, 2019).

Em uma de suas obras, Freud (2020) analisa que o sofrimento ou os entraves a felicidade humana acontece em três âmbitos: o da natureza, que é incontrollável e que nos surpreende, à fragilidade do nosso corpo, que não podemos evitar o padecimento, e ao social, que trata dos vínculos que temos com o Estado, família e sociedade. A esse terceiro aspecto, ele atribui muitos dos problemas dos sujeitos à cultura em que este está inserido, sendo que a cultura também foi criada pelos sujeitos. As religiões aparecem como uma das instituições sociais que fazem parte da cultura dos sujeitos e os

trazem sofrimentos diversos, ainda que está também tenha sido construída pelos homens.

Com essas várias críticas, análises e posicionamentos frutos dos estudos psicanalíticos, gera-se um movimento de insatisfação nos clérigos, médicos e pedagogos que contrapõem disseminando o medo e associando doenças graves como a sífilis ao sexo. Ainda assim, os estudos de Freud reforçam a ideia dos saberes vindos da ciência como possibilidade de livrar a sociedade dos pensamentos religiosos que reforçavam mistérios e tragédias quando o assunto era a sexualidade.

A apologia da continência feita por esses grupos argumentava que a sífilis seria um “castigo” do século XIX resultado da promiscuidade sexual e só dessa forma a doença acabaria.

Nesse momento há também o processo de secularização³ em curso na Europa, fazendo com que o poder religioso ficasse menor e perdesse influência política e econômica.

Segundo Magalhães (2010) é importante diferenciarmos secularização e secularismo, sendo que o segundo termo se trata de uma ideologia que visa eliminar a religião da esfera pública.

A secularização foi grandemente encorajada pelos protestantes, incluindo os calvinistas e puritanos, pois dessa forma o catolicismo perderia espaço e deixaria mais ampla a ação das missões protestantes. Eles então tomam força e vão se estabelecendo, os Estados Unidos surgem como nação protestante, por outro lado, a América Latina segue com grande domínio cristão-católico (BARRETO E OLIVEIRA, 2012).

A psicanálise, em paralelo, segue suas produções e trouxe grandes avanços à sexualidade nesse período da primeira metade do

³ Podemos afirmar que a palavra secularização significa o abandono da mentalidade tradicional baseada nos dogmas controlados pela Igreja e uma reestruturação do pensamento e da sociedade a partir de conceitos leigos. Para Weber, nesse processo há um “desencantamento do mundo”, pelo fato da vida social reduzir-se a racionalidade. Esse desencantamento ocorre na Idade Moderna, período em que os conflitos ideológicos da razão resultam do abandono de costumes e crenças oriunda das religiões e da magia.

século XX, tirando o peso dos desejos sexuais das mulheres e dos homossexuais do valor moralista dado pela sociedade e o tratando como “objeto de desejo” do sujeito, não atribuindo a esse objeto a conotação de pecado, juízo de valor, perversão ou qualquer outro termo médico que remeta a alguma patologia (BINLOWSKI, 2019).

Durante o século XX ocorre então a liberação sexual, lutas políticas e sociais fortaleceram movimentos feministas e homossexuais, o surgimento da pílula, o desenvolvimento de outros métodos contraceptivos, a cura de doenças sexualmente transmissíveis foi descoberta, mas também ocorreu o aparecimento da AIDS (DANTAS, 2010).

Apesar do contexto social parecer favorável à naturalização da sexualidade e então permitir que as discussões e exploração do tema fosse ampliada, o sexo foi utilizado como negócio, permitindo o crescimento do mercado pornográfico, da erotização da vida sexual, tudo isso baseado no prazer masculino e transpondo isso ao prazer feminino. Dessa maneira o controle sobre a vida sexual passou da igreja para os hedonistas que valorizavam apenas o corpo masculino. Mais uma vez os avanços do tempo e da cultura se reinventam, mas mantém os papéis do homem, da mulher e da heteronormatividade inabaláveis, reproduzindo estereótipos de gêneros, erotizando corpos femininos e garantindo a superioridade do prazer masculino.

O surgimento da AIDS fez com que reações resistentes a liberação sexual ganhassem espaço, nos Estados Unidos os protestantes disseminam ideias que encorajam a abstinência como forma de prevenção ao vírus HIV, assim como os pentecostais fatalmente atribuíram tal epidemia à homossexualidade, e reforçavam que essa doença seria um castigo divino (DANTAS, 2010).

Em mais um momento na história a religião se faz presente no controle dos comportamentos sexuais dos indivíduos, demonizando práticas anais, orais ou de masturbação, assim como na marginalização dos homossexuais em si, associando sua existência a alguma doença, e condenando comportamentos sexualmente livres como promíscuos e perigosos.

A “cura” da homossexualidade e o protestantismo

Em um contexto de secularização, os protestantes veem uma oportunidade de se expandir através dos homossexuais, que, para os católicos, não eram considerados, visto que o sexo só era permitido dentro do casamento e para procriar então o celibato resolveria essa questão, sendo assim os missionários tentam acolher essas pessoas (NATIVIDADE, 2006)

O acolhimento é feito a partir do reconhecimento dessas pessoas como pecadoras, pois sim, qualquer tipo de sexo que não o sexo-vaginal seria considerado pecado, mas eles não só dão lugar para essas pessoas como propõe a “cura” para esse comportamento pecaminoso. Quando o termo “cura” é utilizado, fica, novamente, evidente a patologização da homossexualidade, tratando os indivíduos que se diferenciam da heterossexualidade e dos padrões de gênero, como seres doentes e que precisam de tratamento e cura.

Os protestantes que propõem a cura, segundo Natividade (2006), argumentam que da mesma forma que os comportamentos de gênero são aprendidos, o comportamento homossexual também o é, então há formas de mudar essa maneira de agir e retornar a “natureza heterossexual” do indivíduo. Eles ainda explicam que a origem desse comportamento vem de famílias desestruturadas, aproximando-se de discursos que são veiculados ainda hoje, inclusive por nosso vice-presidente Hamilton Mourão, sobre as famílias chefiadas por mulheres, com os papéis masculinos e femininos distorcidos ou ainda que derivam de abusos durante a infância.

Em alguns dos livros utilizados no processo de “cura”, é sempre atribuída à homossexualidade o sofrimento e alguma ligação como o maligno, por vezes é colocado como intervenção de algum ser demoníaco e que este seria transmitido pelo ato sexual. O sofrimento, segundo Freud (2014) é fruto, entre outros aspectos, da não concordância com o social, ou seja, se o objeto de desejo do sujeito não está alinhado com os valores e moral em que ele está

inserido culturalmente, este irá padecer de inquietações e sofrimentos diversos.

O tratamento dessas dores, desse sofrimento, feito, também, mas não somente, pela psicanálise, busca amenizar a culpa e as expectativas em atender ao social, dessa maneira não tem como objetivo mudar ou moldar o indivíduo, tampouco alterar seus objetos de desejo, apenas trabalha a forma de entender e lidar com o que o sociocultural se relaciona com o individual.

Devido aos tratamentos e práticas da psicologia terem mostrado bons resultados, no campo do que diz respeito à diminuição do sofrimento dos indivíduos, há uma deturpação dessas práticas em prol de demandas sociais de grupos religiosos que apresentam grande influência na política, na educação e diversos outros espaços públicos, defendendo o uso desta para corroborar a cura da homossexualidade e das demais formas de identidade sexual que fujam do padrão cristão aceito (BINKOWSKI, 2019).

Ao analisar diversos documentos e produções que versam sobre o entendimento de homossexualidade pela comunidade evangélica e os procedimentos adotados para o processo de conversão, Natividade (2006), delimitou três afirmações recorrentes: este é um comportamento aprendido, é um problema espiritual e é antinatural.

Segundo essas análises, fica evidente a relação que os evangélicos fazem da homossexualidade com a promiscuidade e com a não naturalidade, sendo o sexo visto apenas como forma de satisfação dos prazeres carnis, já que não permite a procriação e construção do que esse grupo entende por família. Assim como, propaga intolerância religiosa ao definir como “problema espiritual”, quando relaciona a homoafetividade, a demônios que teriam surgido na Umbanda (NATIVIDADE, 2006).

O processo de conversão, segundo os estudos de Natividade (2006), seria então composto por três categorias: cura, eliminando memórias que o grupo religioso entende como pecaminosa e que influencia a prática homoafetiva; libertação, encenando através de

algum ritual a expulsão de alguma forma maligna do corpo do sujeito; e restauração sexual, que busca a adequação do indivíduo ao seu gênero condizente aos ideais de homem masculino e mulher feminina.

Existem igrejas protestantes que aceitam homossexuais sem a exigência da conversão, também chamada de “cura”, essas instituições podem ser chamadas de igrejas inclusivas⁴, que tiveram origem em 1968 com a criação da Community Metropolitan Church na Califórnia a partir de um reverendo que foi expulso da Igreja batista e resolveu fundar um novo tipo de igreja que seria aberta a todos independente da orientação sexual, objetivando acolher quem era então marginalizado. No Brasil, em 1992, a primeira igreja inclusiva a se estabelecer é a Igreja Presbiteriana Bethesda, no Rio de Janeiro (BARROS, 2020).

Essas instituições entendem que a orientação sexual é parte da formação do indivíduo e, sendo esse indivíduo criado por Deus, sua orientação sexual também é produto de ação divina, então não pode ser deslegitimada ou reprimida de qualquer forma. As igrejas que seguem essa linha de pensamento e ação, defendem a plena aceitação dos homossexuais tanto na orientação como na prática, sem precisar tolher qualquer desejo ou manifestação do comportamento das pessoas (BARRETO e OLIVEIRA, 2012).

Em 1999 foi expedida a resolução nº 1/99 do Conselho Federal de Psicologia, que proibia o oferecimento de tratamento ou mesmo cura para a homossexualidade por parte dos profissionais da área, ainda assim, dez anos depois a Frente Parlamentar Evangélica traz a discussão do tema a esfera federal novamente, buscando revogar tal resolução e tentando reestabelecer tal procedimento. Isso demonstra o quanto o assunto ainda é delicado e o quanto as conquistas LGBTQ+ ainda são ameaças por discursos e ideologias homofóbicas (GAMA, 2019).

⁴ Em sua dissertação de mestrado, Guimarães (2017) fez um levantamento e apresenta uma lista com os nomes/exemplos dessas igrejas denominadas inclusivas.

Esse viés preconceituoso diante da sexualidade não é homogêneo dentro dos protestantes, há divergências entre eles quando o assunto é a aceitação à homossexualidade, e até mesmo em relação ao aborto assim como afirmou Gama (2019). Existem instituições que acolhem os homossexuais e propõe uma reinterpretação da Bíblia, isso é dizer que há o discurso oficial e há também discordâncias entre grupos que propõem então uma reinterpretação da Bíblia de maneira não convencional, reconhecendo que os padrões de gênero e práticas sexuais foram impostos pela doutrina cristã de forma opressora e coercitiva, assim como entendem que a homoafetividade é mais uma das características do sujeito e, portanto, não precisa ser moldada ou redesenhada, mas sim ser mais uma forma de compartilhamento de valores, de interação, socialização, afeto e aproximação das pessoas.

As divergências entre os protestantes podem ser explicada, em partes, por sua origem histórica no Brasil, já que, de acordo com as definições apresentadas no trabalho de Lima Neto (2021), há o protestantismo histórico, que deriva diretamente da reforma Luterana e que chega aqui pelo protestantismo de imigração através dos povos europeus que aqui se estabeleceram e que tinham abordagens mais tradicionais sobre os ensinamentos bíblicos; e os pentecostais que surgem do protestantismo de missão com origem Norte-americana, que por sua vez têm como objetivo proliferar a religião, então acaba reinterpretando muitas passagens da Bíblia e por consequência se adequa às modernidades da sociedade e como ela passa a entender a moral e os valores de seu tempo.

A sexualidade e a educação

A educação formal no Brasil se inicia por ação de religiosos cristãos católicos, os Jesuítas, com o passar do tempo e a migração dos missionários protestantes para o país, novas formas de educação foram se desenvolvendo nesse território, incluindo escolas confessionais, direcionadas às elites brasileiras, e as escolas paroquiais, direcionadas as classes populares.

Para além das instituições cristãs, hoje temos escolas em diversas vertentes religiosas, mas a escola pública tem como obrigação não só a tolerância pelas diversidades, sejam elas quais forem, como também precisa ser um ambiente laico, desvinculado de tendências de uma ou outra doutrina religiosa. Ainda assim, é fruto de um processo histórico com grande influência da Igreja, então os assuntos relacionados à sexualidade acabam sendo impactados por concepções conservadoras sobre a sexualidade na educação básica.

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) indica que a sexualidade é um dos temas a serem desenvolvidos na educação básica e deve envolver desde o conhecimento ao próprio organismo como dos demais, o reconhecimento de cada indivíduo dentro de suas especificidades e a construção da identidade social e cultural, a afetividade e a compreensão dos aspectos culturais envolvidos na sexualidade humana (BRASIL, 2021, p. 35).

A compreensão dos assuntos relacionados à sexualidade envolve ainda questões de higiene e saúde, que podem garantir uma vida mais longa e saudável às pessoas. Sendo assim, consta ainda em Brasil (2021) a necessidade de os estudantes conhecerem as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e como preveni-las, consta também a importância de que eles possam reconhecer as mudanças ligadas ao amadurecimento sexual humano e todas as implicações disso, relacionando à: menstruação, ejaculação, gravidez e a avaliação dos métodos contraceptivos mais adequados a cada situação.

No documento produzido pela prefeitura de São Paulo e intitulado Currículo da Cidade (2019), há não só a exigência que o tema sexualidade seja trabalhado desde os anos iniciais até os anos finais (quando esse se apresenta de forma mais detalhada no que tange a biologia do ser humano), como também conhecimentos sobre identidade de gênero, diversidade, comportamento social e autocuidado estão presentes em todos os anos. O ensino deste, e todos os conteúdos propostos no currículo de Ciências, é direcionado para que aconteça de forma investigativa, buscando

desenvolver não só o próprio conteúdo, como também a habilidade de pesquisar de forma autônoma e ainda desperta curiosidade do estudante (SÃO PAULO, 2019).

Esse panorama nos indica que a educação sexual e o que envolve a sexualidade é tema fundamental para os estudantes, assim como, já faz parte do currículo seguido no Brasil. Por outro lado, está incluído também na educação básica o currículo de ensino religioso, no qual discutir como filosofias de vida, tradições e instituições religiosas podem influenciar diferentes campos da esfera pública (política, saúde, educação, economia) (BRASIL, 2021, p. 35).

No que se refere às religiões dentro do ambiente escolar, é importante destacar que as escolas públicas brasileiras devem seguir os princípios da laicidade, conceituado como:

O Estado laico é aquele que tem sua legitimidade radicada na soberania popular. Ele não só dispensa a legitimidade conferida pelas instituições religiosas como é imparcial em matéria de religião. O Estado laico respeita todas as crenças, religiosas e antirreligiosas, desde que não atentem contra a ordem pública. Ele não apoia nem dificulta a difusão das ideias religiosas nem das ideias que consideram a religião fruto da alienação individual e/ou social. Respeita, igualmente, os direitos individuais de liberdade de consciência e de crença, de expressão e de culto (CUNHA, 2013).

Fica claro que a construção do ser humano enquanto ser social se dá coletivamente, nos agrupamentos culturais, nas hierarquias estabelecidas e nas ideias em comum que esses indivíduos passam a simbolizar, objetivar e realizar sobre as coisas sociais. Em seu trabalho, Setton (2008) indica que os indivíduos aprenderam a idealizar na vida coletiva, a religião entra, então, como uma forma de atender a esse poder inato do ser humano de imaginar e acreditar, que inclusive é condicional para nossa existência, conceito também destrinchado por Harari (2014).

Nesse caminho, as performances esperadas e construídas culturalmente sobre cada gênero, pode ser um ponto de concordância sobre a possível influência dos ensinamentos teológicos sobre as pessoas, incluindo os estudantes que, desde cedo, no

ambiente escolar, já percebem demandas sobre o comportamento construído, aceito e recomendável a ser desempenhado. Para Dinis e Santos (2015), ao tratarem a masculinidade na adolescência, é indicado que sua construção se baseia em estruturas sociais e religiosas, deixando evidente a correlação entre os temas da sexualidade e religião dentro do ambiente escolar.

As religião e as ideologias religiosas se mostram não só muito atuante até os dias de hoje, como impactam diretamente na vida em sociedade no Brasil, visto que a esfera política traz como argumentos para candidaturas os preceitos e valores religiosos, da mesma forma que elege candidatos que os defendem em suas gestões e impactam na forma como a sociedade se organiza atualmente. Nesse sentido, Paiva, Antunes e Sanchez (2020) avaliaram que, segundo os discursos do atual presidente Jair Bolsonaro e a bancada religiosa que o acompanha em suas ideias conservadoras, a abordagem da sexualidade no ambiente escolar atual tende a se parecer com à “educação moral e cívica” aplicada nas escolas durante os anos 80⁵, ao final e pós ditadura, respeitando então o que se entendia por “moral e bons costumes” e deixando às famílias a função de tratar assuntos relacionados à sexualidade, ainda que esse seja um tema social e que deve ser discutido coletivamente em diferentes espaços.

Considerações finais

As intersecções entre os temas da religião e sexualidade ficam evidentes quando fazemos uma retomada da história e origem do cristianismo, católico e protestante. As religiões, enquanto

⁵ Baseado em Gramsci, Lima Neto (2010) em sua tese de doutorado, refletindo especificamente o conceito a relação entre religião e ideologia afirma que: “Gramsci define que a realidade objetiva é “aquela realidade que é verificada por todos os homens, que é independente de todo ponto de vista que seja puramente particular ou de grupo”. Sobre a religião que não é verificada de maneira única por todos os homens, mas “é uma concepção particular do mundo”, afirma, portanto, ser ideologia”. (LIMA NETO, 2010, p.52).

instituições sociais, reproduzem valores morais e tem como uma das funções práticas reproduzir estereótipos criados por ela mesma e que reforçam as relações de poder aceitos no contexto em que se insere.

As doutrinas limitadoras que reprimem e julgam indivíduos em nome de um ser divino, usa a sexualidade como uma de suas várias ferramentas de vigília e controle social. Impondo regras dentro e fora dos agrupamentos religiosos, que por muito tempo teve funções políticas de Estado, aplicando punições e até sentenciando a morte dos que se desviassem dos padrões de gênero e orientação sexual permitidos.

Com o passar dos anos e a secularização, esses poderes e limitações passam a ser reestruturados, já que a Igreja perde poder político, mas suas doutrinas e valores já fazem parte da construção da cultura e da sociedade conhecida, dessa maneira reproduções de discursos e ações opressoras e discriminatórias no campo da sexualidade seguem acontecendo.

Os estudos da psicologia tentam abrandar os julgamentos diante dos objetos de desejos dos sujeitos, mas a homoafetividade é entendida como patologia por bastante tempo, e, inclusive, associada a outras doenças que seriam castigos frutos da liberdade sexual. Essa ciência ainda é utilizada pelos protestantes como forma de moldar os indivíduos, argumentando que através de tratamentos psicológicos a conversão e "cura" seriam possíveis.

Todos esses aspectos que estruturam nossa cultura, se encontram em um só ambiente, o escolar. Então é de extrema necessidade garantirmos não só o acesso as diversas ideologias e filosofias religiosas, como também corroborar para que este seja um ambiente livre e saudável para que os estudantes possam explorar sua sexualidade sem ter espaço para julgamento, discriminação e violência. Há garantias a esse respeito nos documentos relacionados à educação básica no Brasil, mas, sendo ela consequência da ação cristã católica e protestante, ainda existem barreiras a serem transpostas para que as diversidades sejam respeitadas, atendidas, legitimadas e encorajadas no ambiente escolar.

Referências

BARRETO, M. C. R., & Oliveira Filho, J. E. de. (2012). A inclusão de homossexuais no protestantismo. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais**, 4(8). Recuperado de <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10505>>

BARROS, Andréa K.; Igrejas “inclusivas” como espaços para a luta LGBT. **Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas**, n.17. maio. 2020

BINKOWSKI, Gabriel. Fósseis do Campo Psi: sobre Conversão de Orientação Sexual e Gênero. **Psicologia e Profissão**. v. 39, n. Spe3, 2019. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003228542>> Acessado em 09 dez. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação/SEF, 2021. p35.

CHAUÍ, Marilena.; **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CUNHA, Luiz A. O Sistema Nacional de Educação e o ensino religioso nas escolas públicas. **Educação & sociedade**., Capinas, v. 34, n. 124, p. 925-941, jul.-set. 2013 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Sexualidade, cristianismo e poder. **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 700-728, dez. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 dez. 2021.

DINIS, W. B.; SANTOS, N. F. A pesquisa em educação, as tecnologias digitais e metodologias: reflexões sobre como acessar discursos de estudantes adolescentes. **Série Diálogos. Perspectivas, práticas e reflexões educacionais**. São Paulo, p. 279- 302, 2016. Disponível em: <<https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/serie-dialogos-n4.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 11ª edição. São Paulo, Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 1ª edição. São Paulo, Paz e Terra, 2014a

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. 1ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2014b.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização: 1930**. São Paulo: Cienbook, 2020.

GAMA, Maria C. B.; Cura Gay? Debates parlamentares sobre a (des)patologização da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, abril. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.31.02>.

GOMES, A.M.A, As Representações Sociais do Corpo e da Sexualidade no Protestantismo Brasileiro, **Revista de Estudos da Religião** No 1 / 2006 / pp. 1- 38, ISSN 1677-1222, extraído do site: http://www.pucsp.br/rever/rv1_2006/p_gomes.pdf. Acesso em: 15/07/2014.

GUIMARÃES, JAYANE S.; **IGREJA INCLUSIVA: diversidade sexual e experiências religiosas**. 2017. Dissertação (mestrado) - Curso de pós-graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara.

HARARI, N. Yuval. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM Editores S. A., 2018.

LIMA NETO, Francisco P.; LEÃO, Andreza M. C., WHITAKER, Dulce C. A.; **Entre a fé e os desejos: o adolescente pós-moderno**. São Paulo, Cultura Acadêmica Digital, 2021.

MAGALHÃES, Glauco Barreira. **O imaginário protestante e o estado de direito**. 2010. 254f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2010. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1219>.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade, gênero e *cura* em perspectivas pastorais evangélicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 61, jul. 2006

PAIVA, Vera.; ANTUNES, M. C.; SANCHEZ, M. N. O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 24, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/SbJ4wW39xzdCHT5gnDnwxCg/?lang=pt#>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

RAMOS NETO, João O. Henrique VIII e a Reforma Anglicana. **Revista tempo de conquista**. v.8, 2012. SETTON, M. da G. J. As religiões como agentes da socialização. **Cadernos CERU**, v. 19, n. 2, p. 15-25, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11855>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

SÃO PAULO. **Ensino Fundamental: Ciências Naturais**. 2. ed. São Paulo: SME/COPED, 2019. Disponível em: <<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/cc-ef-ciencias-naturais.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO ÂMBITO CRISTÃO PROTESTANTE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Mariane Pizarro de Souza
Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Introdução

A violência contra as mulheres é um fenômeno que pode atingir todas as figuras femininas do Brasil, de todas as classes sociais, idades, credos e regiões. Em vista disso, este trabalho pretende, por meio de uma revisão bibliográfica, compreender como a violência doméstica atua no âmbito cristão evangélico¹.

Para balizar a análise da bibliografia, será utilizada a categoria gênero, a qual, compreende que os atributos considerados femininos e masculinos são construções sociais feitas a partir do sexo biológico dos sujeitos. Desse modo, características vistas como femininas, como maternidade, a delicadeza e fragilidade, bem como aquelas sacralizadas enquanto masculinas, como inteligência, frieza e força, não podem ser consideradas naturais ou inatas aos seres humanos, e sim são constructos histórico- culturais constituídos no bojo das relações de poder. (SCOTT, 1995).

As mulheres no protestantismo e suas variadas denominações

Pesquisar e levantar dados sobre o protestantismo brasileiro gera alguns desafios para o pesquisador, o primeiro, dentre eles, é compreender que é uma tarefa hercúlea e quase impraticável tentar

¹ A palavra “evangélico/a” não é uma denominação muito precisa, tanto o IBGE quanto a academia utilizam outras terminologias, todavia esse termo é muito utilizado pela mídia e pelo senso comum para designar indivíduos identificados como pertencentes ao protestantismo e as suas variadas denominações.

contabilizar o número de denominações religiosas existentes no Brasil, que se identificam como protestantes, uma vez que, segundo os dados do IBGE de 2010, estimasse que 14 mil igrejas evangélicas são abertas por ano no país. Ademais, Alves, Cavenaghi, Barros e Carvalho (2017) apontam que até 2032 o número de fiéis protestantes deve ultrapassar o de católicos no Brasil.

Outra questão que precisa ser levada em consideração em pesquisas sobre o protestantismo brasileiro é que as denominações evangélicas, além de serem diversas, possuem doutrinas que se diferem e se sobrepõem umas as outras. Por conta dessa diversidade, é uma tarefa complexa tentar classificar os grupos cristãos não católicos no país, entretanto uma das classificações aceitas na academia foi proposta por Mendonça e Filho (1990), que defendem que o protestantismo nacional pode ser dividido a partir de três grupos principais: 1) protestantes reformados ou históricos; 2) pentecostais clássicos e 3) pentecostais “novos” ou neopentecostais.

1) Protestantes reformados ou histórico: têm sua origem no século XVI, durante a reforma protestante engendrada por Lutero, Calvino e Zuínglio, e atualmente são os grupos que seguem com mais diligência os preceitos e doutrinas propostas pelos reformadores, como a crença na inerrância bíblica e o batismo infantil por aspersão, porexemplo. As denominações que compõem esse grupo são: presbiterianas, batistas “tradicionais”, luteranos, anglicanos, congregacionistas e metodistas. A primeira igreja luterana foi fundada no Brasil no início do século XIX, com a vinda de imigrantes europeus, que foram incentivados a aportarem em terras brasílicas, durante uma política empreendida por D. Pedro I para substituir, aos poucos, a mão-de-obra negra. Entretanto, esta não tinha um caráter missionário, somente os próprios imigrantes a frequentavam. O esforço proselitista foi empreendido no Brasil, de fato, em 1864, com a vinda do missionário norte-americano

Ashbel Green Simonton², que fundou, no Rio de Janeiro, a primeira Igreja Presbiteriana brasileira. (MENDENÇO; FILHO, 1990).

2) Pentecostais clássicos: esse grupo se estabeleceu em dois momentos no Brasil. Primeiramente, em 1910, o italiano Louis Francescon, em missão proselitista, funda a Congregação Cristã, em Santo Antônio da Platina, Paraná e no bairro do Brás em São Paulo. Já em 1911, no Pará, a Assembleia de Deus foi aberta pelos missionários suecos Gunnar Vigren e Daniel Berg. No segundo momento, depois da metade do século XX, os missionários Herold Edwin Williams, estadunidense, e Jesus Hermirio Vasquez Ramos, peruano, fundam, em São João da Boa Vista, São Paulo, no ano de 1951, a Igreja do Evangelho Quadrangular. Em São Paulo, em 1962, é inaugurada a Igreja Pentecostal “Deus é Amor”, pelo brasileiro David Martins de Miranda. A doutrina dessa corrente tem como pilar a crença nos dons espirituais, essencialmente na glossolalia, a qual é o dom de falar “línguas espirituais”, visto como uma marca do “batismo com o Espírito Santo”. Diferente dos protestantes históricos, os pentecostais clássicos demandam que os comportamentos e costumes considerados “mundanos” sejam abolidas, como por exemplo, exigindo que os fiéis não façam tatuagens ou usem adornos corporais, e em especial, requerem que as mulheres usem saias longas, que não demarquem seus corpos, e lhes é vetado cortar o cabelo e pintá-lo, bem como se depilar e usar maquiagem. Ademais, a maioria pratica o batismo por imersão em rios, aos moldes da premissa bíblica. (MENDONÇA; FILHO, 1990).

3) Neopentecostais: os princípios do neopentecostalismo estão embasados na chamada “Teologia da prosperidade”, a qual foi desenvolvida pelo pastor estadunidense Keneth Hagin (1917-2003), no período da “grande depressão”, nos Estados Unidos. Essa doutrina postula que o sacrifício e morte de Cristo, não somente

² Entretanto, é preciso salientar que os autores Lima Neto, Leão e Whiataker (2021) apontam que, antes do esforço proselitista de Ashbel Green Simonton, o casal de missionários escocês, Robert e Sarah Kalley, vieram ao Rio de Janeiro, no século XIX, e fundaram uma igreja evangélica, sem ligação específica com alguma denominação religiosa.

provocou a salvação dos pecados da humanidade, como lhe promoveu saúde física e emocional, e bens materiais em abundância. Os neopentecostais acreditam que, através da fé, da oração e do pagamento do dízimo, podem conseguir curar doenças e prosperar materialmente. Com isso, doenças, principalmente as de natureza mental, assim como perdas materiais, podem ser compreendidas como “falta de fé” ou uma “fé fraca”. Ademais, possuem a crença de que há uma “batalha” em curso entre o Bem (Deus) e o Mal (forças do demônio) no plano espiritual, a qual pode influenciar na vida na Terra. Em decorrência dessa percepção, os fiéis creem que os demônios podem se manifestar na vida profissional, familiar e sexual de um pecador ou alguém de “fé fraca”, por meio de desemprego, violência, aborto, divórcio e homossexualidade, ou outras formas de sexualidade consideradas “pecadoras”. No Brasil, a primeira Igreja neopentecostal foi fundada pelos pastores Edir Macêdo e Romildo Soares, no Rio de Janeiro, em 1979, denominada de Igreja Universal do Reino de Deus. Após o rompimento de Romildo com Edir Macêdo, o primeiro cria, em 1980, no Rio de Janeiro, a Igreja Internacional da Graça de Deus. Outras igrejas que compõem o neopentecostalismo no Brasil são: Comunidade Cristã Paz e Vida, Igreja Renascer em Cristo, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra e a Igreja Mundial do Poder de Deus. (MENDONÇA; FILHO, 1990)³.

Observando o panorama exposto por Mendonça e Filho (1990) é perceptível que, existe no Brasil, uma diversidade de igrejas que se denominam como protestantes, como postulado anteriormente. Entretanto, é pertinente questionar se há uma diversidade também no estabelecimento dos papéis desempenhados pelas mulheres nestas religiões cristãs.

Segundo Scavone (2002), com advento e crescimento dos movimentos feministas no mundo ocidental, desde a década de

³ Entretanto, há avanços nas pesquisas e compreensões sobre o pentecostalismo e neopentecostalismo, no Brasil, nos estudos de Freston (1994), Soares (2007) e Pieurrucci (2007).

1960, as igrejas não ficaram completamente imune às demandas femininas por igualdade de gênero, e em algumas denominações religiosas foram estabelecidos espaços exclusivos para a atuação feminina e outros elas compartilham com os homens.

Fonseca e Farias (2010) comentam que existe na Igreja Luterana a LSLB – Liga das Senhoras Luteranas do Brasil -, a qual é liderada e composta por figuras femininas, e possui como objetivo incentivar o sentimento proselitista nas fiéis, além de angariar fundos para projetos missionário e beneficentes. Na Assembleia de Deus, desde 1929, havia discussões sobre a possível abertura de um ministério feminino, tais debates se acirraram ainda mais a partir da década de 1970 entre pastores, suas esposas, missionárias e outras lideranças da igreja. Entretanto, houve uma grande manifestação direta contra as ideias feministas, com o lançamento da revista *A Seara*, em 1979, que se pronunciava contra o movimento, alegando que as mulheres poderiam ser missionárias, porém não deveriam assumir cargos de liderança ou pastorais, pois seus papéis estavam relacionados a dar suporte a sua família, e permanecer na retaguarda de seus maridos, sendo boas esposas-donas-de-casa-mães. Atualmente, ainda as mulheres da Assembleia não podem ser pastoras.

Sobre as figuras femininas na Congregação Cristã, as autoras supracitadas argumentam que as mulheres podem atender a reuniões de jovens, e estarem apenas na liderança do ministério da Piedade, o qual tem o único objetivo de promover ações de caridade. Entretanto, os outros ministérios têm na liderança figuras masculinas, e as decisões sobre a igreja são projetadas pelos homens unicamente, ademais, as mulheres não podem ser pastoras.

Em algumas igrejas neopentecostais há ministérios liderados por mulheres, e lhes é permitido ser pastoras, apesar da maioria dos pastores ainda serem homens, como aponta Galbatz (2016). Ademais,

Observa-se que, atualmente, as mulheres continuam mais numerosas que os homens nas religiões evangélicas pentecostais, as quais oferecem aos fiéis soluções mais imediatas a seus problemas materiais, ao estilo do pragmatismo protestante, que como uma ética, alimentaria a prosperidade

capitalista [...]. Portanto, as religiões pentecostais (protestantes) se instalaram nas periferias das grandes cidades do país e ofereceram aos seus fiéis (em troca de dízimo) práticas religiosas e de sociabilidade grupais, que buscavam fortalecer o indivíduo e sua relação com a coletividade, em resposta às urgências sociais, especialmente materiais. (SCAVONE, 2008, p.05).

Embora esse cenário pareça ser mais promissor para as figuras femininas, Machado (2005) argumenta que os valores propagados para as fiéis giram em torno da dedicação completa a família, ao cuidado da casa, ao esposo e aos filhos, incentivando-as a serem dóceis e tolerantes. Neste caso, há apenas uma apropriação de parte das pautas feministas, pois não existe uma preocupação em questionar o patriarcado, e ainda caberia ao homem ser o chefe da família e a mulher servi-lo. Esse fenômeno pode ser compreendido à luz da história do cristianismo, uma vez que as interpretações hegemônicas dos escritos bíblicos foram, durante séculos, realizadas a partir das lentes do universo masculino unicamente.

Na tradição cristã a imagem de Deus é como Pai. A figura masculina aparece como Ser Supremo. Isso pode trazer consequências graves para as mulheres, pois podem chegar à conclusão de que os homens são naturalmente e divinamente superiores a elas. Podem crer que devem ser obedientes e submissas, pois sendo Deus do sexo masculino, os homens recebem diretamente de Deus esta autoridade sobre elas. (KROB, 2014, p. 3631).

Em linhas gerais, atualmente, é perceptível que as mulheres têm ocupado mais espaços em algumas denominações religiosas das vertentes evangélicas, entretanto, ainda é visível que não há uma tentativa de romper com os papéis tradicionais de gênero, e nem com o patriarcado, o qual estabelece e naturaliza os homens como figuras centrais de poder, nos âmbitos políticos, ideológicos, culturais e sociais, e relega as mulheres a papéis secundários e subalternos na sociedade.

A violência contra as mulheres evangélica

A partir do cenário exposto acima, nesse tópico será discutido a violência contra as mulheres que se identificam como protestantes ou evangélicas, por meio de uma revisão bibliográfica realizada em três pesquisas sobre o assunto, as quais foram produzidas por Vilhena (2010), Lage (2016) e Souza e Oshiro (2018). Todavia, antes de adentrar no estudo desses trabalhos, previamente, é necessário identificar quais atos se enquadram como violência contra a mulher segundo os pressupostos da Lei nº 11.340/2006, ou Lei Maria de Penha, a qual versa especificamente sobre isso. De acordo com esta Lei, há 5 tipos de formas de violência contra a mulher: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial.

A violência física consiste em um ato que atente contra a integridade física e corpórea da vítima, como espancamento, ferimentos com armas de fogo, com objetos cortantes ou que podem causar queimaduras, e atitudes como sacudir a mulher, atirar objetos sobre ela, estrangulá-la, sufocá-la ou torturá-la. (BRASIL, 2006)

A violência psicológica é perpetuação de comportamentos que causem danos emocionais e na autoestima da vítima, bem como controlem suas ações e crenças, impossibilitando que a mulher tenha um pleno desenvolvimento psíquico. Atos que se enquadram como violência psicológica são: humilhação, ameaças, isolamento, vigilância exacerbada, constrangimento, perseguição, insultos, chantagem, ridicularização e *gaslighting*. (BRASIL, 2006).

A violência moral é caracterizada por condutas que caluniem, difamem ou injuriem a vítima, como desvalorizá-la a partir de seu modo de vestir e agir, acusá-la injustamente de traição, expor inverdades sobre ela ou divulgar sua vida íntima. Enquanto a violência sexual consiste em coagir a mulher a participar de atos sexuais não consentidos, como estupro, forçar uma gravidez, um matrimônio, um aborto, ou proibir o uso de contraceptivos durante a relação sexual. (BRASIL, 2006).

Enquanto a violência patrimonial é classificada como comportamentos que alienem ou destruam objetos da vítima, podendo ser documentos, instrumentos de trabalho, produtos de higiene, valores monetários ou quaisquer tipos de bens. É configurado como violência patrimonial o controle do dinheiro da mulher, estelionato, retenção de seus documentos, não pagamento da pensão, dano ou privação de seus objetos pessoais. (BRASIL, 2006).

A violência contra a mulher abrange, portanto, todo o ato que fira seu corpo, seu psicológico ou suas posses, e é fenômeno enraizado na sociedade patriarcal, e pode atingir todas as mulheres. Em relação a violência contra as figuras femininas que se denominam evangélicas, Vilhena (2010) aponta que, ao realizar uma pesquisa na Casa Sofia, um local de atendimento a mulheres em situação de violência, na cidade de São Paulo, 40% das vítimas de violência domésticas, que foram ali acolhidas, se identificavam como protestantes. Já Lage (2016) traz um compilado de dados alarmantes sobre o assunto:

De acordo com a pesquisa “Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher” feita pelo Senado Federal em 2013, 32,1% das mulheres evangélicas no Brasil acham que a mulher não é tratada com respeito, e 38% delas alegaram que o maior desrespeito acontece no seio familiar. O mais alarmante, é que 83,3% das mulheres evangélicas apontam, de acordo com a pesquisa, que conhecem alguém que enfrenta/enfrentou situação de violência física. Dentre os principais motivos estão o ciúme e o uso de bebidas alcoólicas; 57,3% alegam que sofreram violência física e 65,3% apontam seus maridos/companheiros como agressores. Essas mulheres procuraram ajuda, porém 20% recorreram ao auxílio familiar, 17% preferiram a ajuda da igreja e apenas 13% recorreram ao sistema público de segurança (neste caso, a Delegacia de Atendimento à Mulher). Aponta-se que 30% não denuncia por medo e insegurança e 10% por dependerem financeiramente do companheiro. A mesma pesquisa apontada acima, revela que 20,9% das mulheres que já sofreram algum tipo de violência provocada por um homem são da religião evangélica, seguidas de 14,9% da religião católica (LARGE, 2016, p. 76).

Lage (2016) realizou uma fração de sua pesquisa, entre 2016 e 2017, no Centro Especializado de Atendimento à Mulher de

Itaboraí, no Rio de Janeiro. E ao entrevistar uma das assistentes sociais que trabalhava no local, ela lhe informou que 80% das mulheres atendidas no Centro são evangélicas, e que estas, dentre todas as vítimas acolhidas, são as que mais aparentam estar amedrontadas ao denunciarem seus parceiros. Ademais, elas apontam que a demora para realizar a queixa é em razão de se sentirem envergonhadas pelo que seus familiares e a comunidade religiosa pensariam a respeito delas.

Souza e Oshiro (2018) realizaram a pesquisa em 2016, com dois grupos focais de mulheres evangélicas, vítimas de violência doméstica, e um grupo de homens, também evangélicos, que eram agressores de mulheres. As autoras explanam:

Um dos grupos focais aconteceu [...], no Centro de Referência da Mulher “Marcia Dangremon”, em São Bernardo do Campo-SP, contando com a participação de seis mulheres; e o segundo [...], no Centro de Referência da Mulher “Vem Maria”, em Santo André-SP, com a participação de três mulheres. Além disso, foram realizadas [...] no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em São Bernardo do Campo- SP, entrevistas semiabertas com quatro homens autores de violência doméstica contra mulheres. Das mulheres participantes da pesquisa, oito se declaram participantes da Assembleia de Deus e uma da Igreja Pentecostal Deus é Amor. Dentre os homens, um se declarou assembleiano e os demais apenas se identificaram como evangélicos. (SOUZA; OSHIRO, 2018, p. 204-205).

Ao entrevistarem os homens, as autoras ouviram frases como: “ser homem é ser a estrutura da casa, ser homem é ter voz ativa, é uma coisa que assim, quando eu falo não é não.” (SOUZA; OSHIRO, 2018, p. 206); e [...] “as mulheres estão perdendo a noção da situação. Hoje em dia, vocês estão na posição que chegaram e vocês estão abusando” (SOUZA; OSHIRO, 2018, p. 206). Tais falas evidenciam que os autores dos crimes se entendem como os chefes da família, e que as mulheres devem ser submissas a eles e obedecê-los, não se conformando caso elas questionem seus mandos e desmandos.

Segundo as pesquisadoras, é perceptível nas entrevistas com as mulheres vítimas da violência, que as agressões aumentavam e

se tornavam mais graves quando elas ousavam questionar seus companheiros. Uma das entrevistadas somente conseguiu forças para sair do seu relacionamento quando seu ex-marido começou a estuprá-la. Souza e Oshiro (2018) reforçam que, nesse caso, o trabalho do Centro de Atendimento foi essencial para esta mulher descobrir que existe estupro marital, uma vez que, no senso comum entende-se que o homem quando casa, tem o direito sobre o corpo feminino, e que o sexo, mesmo quando não é da vontade da esposa, é um de seus “deveres conjugais”.

Lage (2016) entrevistou dois pastores neopentecostais, um apontou que compreende que a questão da violência doméstica possui um fator cultural, e aconselha suas fiéis a orarem e a buscarem ajuda profissional. Todavia, o outro argumentou que a violência contra as mulheres ocorre quando a mulher se recusa manter relações sexuais com seu parceiro, e aconselha as suas fiéis a cuidarem melhor do marido. Neste último caso, o pastor, além de culpar a vítima pela violência sofrida, reforça o discurso que alicerça e justifica o estupro marital, estabelecendo o corpo da mulher como uma propriedade do marido, e esta é posta como um sujeito que vive para servir as vontades de outrem.

Sobre a culpabilização das vítimas de violência doméstica, tanto Vilhena (2010) quanto Lage (2016) realizaram entrevistas com mulheres evangélicas, que sofreram com essa violência, e encontraram discursos semelhantes em suas falas. No caso de Lage (2016), uma das figuras femininas respondeu que seu marido a agride psicológica e fisicamente, e para resolver essa situação, ela ora, e se sente culpada por achar que não está cumprindo suas obrigações como esposa. Uma entrevistada de Vilhena (2010) respondeu que acredita ser errado o homem agredir sua companheira, todavia, ela crê que, para ter sido agredida, a mulher deve ter cometido algum ato errôneo.

As mulheres se encontram pressionadas pela cultura patriarcal a acreditarem que são, de alguma forma, culpadas pelas agressões, uma vez que as vontades de seus companheiros devem ser respeitadas, pois eles possuem um laço sagrado com elas - o

matrimônio - e são vistos como os provedores da família, a qual, aos olhos cristãos, não deve ser desfeita ou ameaçada. Como o papel da mulher, no cristianismo, é balizado pela figura da abnegada, dócil e devota Maria, seu dever é ser o “coração” da família, ou seja, ser aquela que aglutina e mantém a família unida a qualquer custo, e, devido a isso, sua responsabilidade com a maternidade e o cuidado da casa é considerada sua prioridade. Assim, quando estas figuras femininas sofrem alguma forma de violência, podem se culpabilizar por acreditarem não estar cumprindo com suas “obrigações” com a casa, com os filhos e o marido. Sobre os cuidados dos filhos ser exclusivo da mulher Villhena (2010) comenta:

A exploração dos aspectos do cuidado, proteção, serviço recairão da devotada Maria para todas as mães humanas a ponto de poderem até sentir-se culpadas se dedicarem tempo exclusivo para seu próprio cuidado. É uma maternidade idealizada e tornada padrão social e fortalecida pela tradição cristã católica e absorvida também pelos evangélicos. Das mães serão cobradas a partir de tal padrão, e o mesmo não será exigido à paternidade. Não se dita divisão desigualitária de responsabilidade e cuidado sobre a prole. É instaurada, através da maternidade poder/dominação, decisão sobre o que o outro deve ou não fazer, uma hegemonia baseada em uma representação religiosa ‘sagrada’, portanto, indiscutível, passando de geração a geração. (VILHENA, 2010).

Outro ponto em que as entrevistas e análises de Vilhena (2010) e Lage (2016) convergem, é que algumas mulheres colocam a culpa pela agressão em um mal externo. Nestes casos, elas buscam aconselhamento com seus pastores e solicitam que eles orem para seus companheiros, os quais as estariam agredindo, pois, forças do demônio estariam agindo através dele para dismantelar sua família. Diante disso, a solução é a oração e a conversão do parceiro a religião evangélica em questão, ou seja, as mulheres não compreendem que a questão da violência doméstica possui um alicerce social e cultural. Entretanto, também houve entrevistas em que os agressores eram pastores ou tinham um cargo importante na igreja que o casal frequentava, como é o caso da senhora M, que

respondeu para Lage (2016) que não sabe o porquê de as violências acontecerem, uma vez que seu marido é um religioso.

Por meio dos relatos e análises feitas pelas autoras citadas neste tópico, é possível compreender que a violência contra as mulheres evangélicas está também relacionada com o ambiente religioso que estão inseridas. Esse fenômeno ocorre porque a maioria das doutrinas religiosas cristãs possui uma interpretação patriarcal dos escritos bíblicos, e nela a mulher é vista como uma posse do marido, ou seja, um ser subserviente a ele, que deve obedecê-lo, e que cuide exclusivamente dos filhos e seja uma mão-de-obra doméstica não remunerada. Portanto, essas mulheres são empurradas a terem suas vidas resumidas exclusivamente ao seu núcleo familiar, mesmo que este faça com que elas convivam, por vezes, com o seu agressor. Como a subjetividade dessas figuras está tão comprometida pelos seus preceitos religiosos, elas não conseguem perceber que sua própria religião pode estar alicerçando a violência. Ademais, para manter a família unida, diante das situações de violência, elas acreditam que com orações e com o auto sacrifício, Deus irá se apiedar de sua família, e a violência cessará. Lage (2016) complementa:

Essa percepção de subalternidade, peculiar da religião evangélica, implica numa dimensão maior de relação de forças dentro do seio familiar. Como a mulher observa e trata seu marido como um ser superior a ela, logo, o mesmo se põe nesse lugar. O mesmo se sente dono dela e de seus sentimentos, emoções, atitudes, inclusive do corpo e dos bens materiais. Por isso, um afastamento, um distanciamento se torna penoso para a mulher em situação de violência doméstica, diante da perspectiva de que ao colocar o homem em posição favorável, ela se diminui enquanto mulher, esposa, mãe, trabalhadora, feminista. Isso vai implicar numa cadeia de fatores como o fatalismo, a dominação e o desânimo, por exemplo. A mulher então entra numa fase de auto sacrifício, na qual ela toma para si as dores, as frustrações e os problemas enfrentados, entendendo que dessa maneira, ela irá conseguir dar continuidade à sua vida, sem criar obstáculos na vida de outras pessoas. Então, o auto sacrifício para a mulher é a maneira de combater o “mau” que assola a sua família. (LAGE, 2016, p. 56-57).

Outro ponto a ser debatido é sobre a razão dos homens não serem culpabilizados pela violência que cometem, em vista que, nos casos estudados pelas autoras, a força de algum mal externo é evocada para justificar seu ato ou a própria mulher é posta como culpada. Esta situação advém do fato do homem deter a autoridade no patriarcado, e acusá-lo de ser responsável por um problema estrutural e sistêmico, é colocar a hegemonia de seu poder social, cultural, político e econômico em xeque.

Considerações finais

A teoria de gênero compreende que a masculinidade e a feminilidade não são dados inatos ou biológicas, e sim construções sociocultural, e a partir desta categoria analítica, foi possível compreender a histórica opressão contra as mulheres, bem como a violência que sofrem rotineiramente.

Em relação a violência contra as figuras femininas evangélicas, ao longo da pesquisa, foi possível estabelecer um panorama que aponta que várias igrejas cristãs são alicerçadas pelo patriarcalismo, o qual atribui poder social aos homens, ao mesmo tempo que estabelece as figuras femininas como seres subservientes, sujeitas as vontades do marido.

Tal discurso tem justificado a violência doméstica contra as mulheres evangélicas, e várias delas se culpabilizam ou culpam forças do “mal” pelas agressões que sofrem, e isso tem acarretado figuras femininas abnegadas e que, em vários casos, não tem forças para denunciar o parceiro. Entretanto, é importante frisar que a violência contra as mulheres não é exclusiva do ambiente religioso, uma vez que é um problema estrutural, que pode atingir as mulheres de todo o país, independentemente de sua classe social, credo ou região que moram.

Referências

ALVES, J. E; CAVENAGHI, S; BARROS, L. F; CARVALHO, A. A. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.29, n. 2. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/112180/130985>.

Acesso em 17 out. 2021 FRESTON, P. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, A. (Org.). **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis:Vozes, 1994. p.67-162.

FONSECA, A. D; FARIAS, M. N. Relações de gênero e cultura religiosa: um estudo comparado sobre a atuação feminina na igreja evangélica Luterana do Brasil e Assembléia de Deus. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 6- 42, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/84>>. Acesso em 17 out. 2021.

GABATZ, C. As mulheres nas igrejas neopentecostais: a busca pelo protagonismo em meio a tradições hegemônicas. **Soc. e Cult.**, Goiás, v. 19, n. 2, p. 95-103, 2016. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/48673>>. Acesso em 17 out. 2021.

KROB, D. B. Teologia Feminista Latino-Americana, Teologia Feminista Negra e Teologia Ecofeminista: partes de um todo. **18º Redor**, Universidade Federal do Recife, 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/view/535/862>>. Acesso em 17 out. 2021.

LAGE, C. relação entre a religião protestante (e suas variadas denominações) e as violências contra a mulher. **Monografia** (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal Fluminense. Campus Rio das Ostras. Rio de Janeiro, p. 76, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/4643>>. Acesso em 17 out. 2021.

LIMA NETO, F. P; LEÃO, A. M. C; WHITAKER, D. C. A. **Entre a fé e os desejos: o adolescente pós-moderno**. São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2021.

MACHADO, M. D. C. Representações e relações de gênero nos grupos neopentecostais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, nº. 13, v. 2, p. 387-396, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200500020013/7839>. Acesso em 17 out. 2021.

MENDONÇA, A.G. & FILHO, P. V. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

PIEURRUCCI, A. F. Entrevista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 fev. 2007. p.J3.

SCAVONE, L. Religiões, Gênero e Feminismo. **Revista de Estudos da Religião**. (PUCSP). v. 8. p. 1-8. 2008. . Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_scafone.pdf. Acesso em 17 out. 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórico. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 20, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em 17out. 2021.

SOARES, M. A. V. Religião e integração social: o pentecostalismo protestante e camadas populares no discurso da Igreja Universal do Reino de Deus em Bauru. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.

SOUZA, S. D; OSHIRO, C. P. Mulheres evangélicas e violência doméstica: o que o poder público têm a ver com isso?. **Caminhos**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 203-219, 2018. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/6730>. Acesso em 17 out. 2021.

VILHENA, C. V. Resultados de uma pesquisa: uma análise da violência doméstica entre as mulheres protestantes. **Fazendo Gênero 9**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010. Disponível em: http://www.fg2010.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1280156603_ARQUIVO_ValeriaCristinaVilhena.pdf . Acesso em 17 out. 2021.

VAGINISMO E RELIGIÃO

Mariluce de Moraes
Vagner Sérgio Custódio

Introdução

Para a mulher, a sexualidade e relações sexuais são manifestações palpáveis do desejo. As informações recebidas pelo corpo dão origem a uma conduta, a qual é modificada pela nossa imaginação, pela nossa representação mental, pela cultura e pelo meio social que explica o comportamento sexual.

Para muitos, a compreensão do seu corpo está vinculada às questões sociais construídas de acordo com o gênero. Entretanto, quando exploramos o sentido maior do toque em suas várias formas e em outras partes do corpo, deparamo-nos com agravos advindos da discriminação em relação ao toque que não seja no órgão sexual.

Ao expandir a sexualidade, nossos antepassados associavam-na com a reprodução e o prazer de coabitação sexual genital, a consequência mais importante é que a expansão do prazer sexual transcende a procriação.

O sexo é um dos impulsos humanos básicos. As relações de sexo são fisicamente intensas e muitas vezes mais completas e complexas que qualquer outro relacionamento. Mas o modo como o sexo é definido por sua vez tem influências de estruturas econômicas, religiosas e sociais.

Segundo Ceccarelli (2010, p.15-24) ao “pesquisar sobre a sexualidade ao longo da história cultural de diversos povos, percebe-se que a regulamentação do sexo sempre foi um assunto das elites dominantes e da religião”.

Na atualidade os assuntos relacionados à sexualidade são tratados de forma menos preconceituosa e mais frequente do que

há algumas décadas atrás. A existência deste excesso de discurso sobre a sexualidade humana já deveria fazer dela um tema provocativo de reflexão, devido à forma como ela está sendo apresentada e estruturada em nossa sociedade, mesmo assim percebe-se que isto ainda não é uma realidade.

Isto parte porque quando falamos da sexualidade, muitos ouvintes tendem a pensar exclusivamente em sexo, ou seja, no ato sexual propriamente dito, desprezando que a sexualidade não é apenas a relação sexual o assunto envolve outras variáveis bem mais complexas (LOURO, 2010, p.11).

Sob esta palavra estão postas questões sobre a formação da identidade sexual humana. Partindo destas questões, podemos ampliar a discussão para pontos tidos ainda como tabus por muitos membros de nossa sociedade.

A disfunção sexual na mulher pode influenciar sua saúde física e mental resultando em dificuldades pessoais e interpessoais, levando à diminuição da qualidade de vida. Dentre os transtornos sexuais femininos, não é raro a queixa de vaginismo (dor durante a relação sexual). O tema é uma reflexão interdisciplinar, motivo pelo qual exige o trabalho em parceria de vários profissionais, dentre elas as terapias holísticas vêm ganhando destaque por se tratar de uma terapia alternativa, mesmo não tendo comprovações científicas de sua eficácia as mulheres estão optando e apostando nesta prática.

De acordo com o Manual de Medicina Sexual,

Vaginismo (“quando causa dor”): dor a entrada da vagina provocada por espasmos involuntários da musculatura do terço exterior da vagina que impede qualquer tentativa de penetração. A mulher não tem consciência das contrações musculares e não se apercebe da dor, mas percebe-se da extrema dificuldade de penetração. Na sua etiologia estão implicadas exclusivamente causas psicogênicas (BARROS; FIGUEIREDO, pp.243-244).

O vaginismo é uma contração recorrente ou persistente quando se tenta a penetração vaginal com o pênis, dedo, tampão ou espelho, o mesmo espasmo pode ocorrer perante a antecipação da introdução vaginal. A contração ocorre nos músculos perineais

e elevador do ânus e sua intensidade pode variar de ligeira, tolerando algum tipo de penetração, a grave impossibilitando-a. Pode levar a repercussões de contrações dos músculos do assoalho pélvico e adutores da coxa, impedindo a relação sexual. (AVEIRO; GARCIA; DRIUSSO, 2009)

São consideradas causas para o vaginismo à ansiedade fóbica antes da penetração vaginal, os fatores psicossociais estão geralmente ligados à educação sexual castradora, punitiva e ou religiosa e traumas sexuais, anormalidade do hímen, anormalidades congênitas, atrofia vaginal, endometriose, infecções, lesões vaginais, entre outras. As dores e contrações musculares na maioria das vezes são causadas por traumas. (DSM 5, p.437-438)

Os tratamentos para o vaginismo incluem uso de dilatadores, terapia sexual, terapia cognitiva, farmacoterapia, hipnoterapia, exercícios para o assoalho pélvico, dessensibilização dentre outros vários.

Essa condição clínica atinge cerca de 1 a 7% das mulheres em todo o mundo. Porém, tais dados não são considerados fidedignos, uma vez que este tema é visto como delicado e constrangedor para a maioria das mulheres, o que explica sua subnotificação. A taxa de incidência do transtorno da dor sexual feminina/vaginismo varia de 11,7% a 42% entre mulheres que apresentam disfunção sexual (PEREIRA, BEZERRA, FEITOSA, BELCHIOR; 2018, P.916).

Vaginismo ocorre em mulheres de qualquer religião quando as causas de dor na relação sexual são orgânicas do tipo lacerações, vagina infantil, câncer de vulva ou vagina, vaginites por cândida, carcinomas vulvares, hérnias de vagina tipo retrocele, infecções pélvicas, câncer de colo de útero, e outras causas orgânicas, provocam dor à relação sexual e muitas vezes a mulher não sabe que é portadora destas doenças.

Afastada as causas orgânicas poderá ser fruto de causas psicológicas das mais variadas: trauma, fantasias, religiosas ou outras crenças ou vivências.

Para as causas psicológicas e sexuais há diversos tratamentos que, dependendo do caso, são utilizados creme vaginal com

estrógeno, toxina botulínica para combater o espasmo, antidepressivos e até mesmo a cirurgia de ventribulectomia no intróito vaginal. A reeducação sexual, reflexologia genital, massagens, hipnoterapia, exercícios de fisioterapias e predominantemente psicológico são utilizados como tratamento.

No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, (DSM 5, p.437-438)

Transtorno dor gênito-pélvica/penetração refere-se a quatro dimensões de sintomas comórbidos comuns: 1) dificuldade para ter relações sexuais; 2) dor gênito-pélvica; 3) medo de dor ou de penetração vaginal; e 4) tensão dos músculos do assoalho pélvico (Critério A). Considerando que uma dificuldade relevante em qualquer uma dessas dimensões de sintomas costuma ser suficiente para provocar sofrimento clinicamente significativo, é possível estabelecer um diagnóstico com base em uma dificuldade acentuada em apenas uma dimensão de sintomas. No entanto, todas as quatro dimensões devem ser avaliadas, mesmo que seja possível obter um diagnóstico com respaldo em apenas uma delas. Dificuldade marcante para ter relações/penetrações vaginais (Critério A1) pode variar desde incapacidade total para experimentar penetração vaginal em qualquer situação (p. ex., relação sexual, exames ginecológicos, inserção de absorvente interno) até a capacidade para experimentar facilmente a penetração em uma situação, porém não em outra. Embora a situação clínica mais comum seja aquela em que a mulher é incapaz de experimentar relação sexual ou penetração com um parceiro, pode também estar presente à dificuldade para fazer exames ginecológicos necessários. Dor vulvovaginal ou pélvica intensa durante a relação sexual ou nas tentativas de penetração sexual.

Um estudo realizado entre dezembro de 2016 e março 2017 publicado em 2020 pela Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH), sobre Vaginismo realizado com 51 mulheres frequentadoras de um grupo de apoio a mulheres com vaginismo. A pesquisa se utiliza de dados quantitativos e interessa ao nosso campo de pesquisa, mas a análise se dará pela metodologia quantitativa, uma vez que esses dados se tratam de um recorte da realidade, e não de sua totalidade. Observou-se o seguinte resultado.

| | |
|--|-----------|
| Idade | |
| 18 a 28 anos | 23 (45,1) |
| 29 a 39 anos | 26 (51) |
| 40 a 50 anos | 1 (2) |
| 51 e mais | 1 (2) |
| Região | |
| Centro-Oeste | 4 (7,8) |
| Nordeste | 4 (7,8) |
| Norte | 4 (7,8) |
| Sul | 17 (33,3) |
| Sudeste | 22 (43,1) |
| Religião | |
| Católica | 11 (21,6) |
| Evangélica | 15 (29,4) |
| Protestante | 4 (7,8) |
| Testemunho de Jeová | 2 (3,9) |
| Espírita | 4 (7,8) |
| Religião não específica e/ou outras opções | 15 (29,4) |
| Escolaridade | |
| Ensino Médio Completo | 11 (21,6) |
| Ensino Superior Incompleto | 13 (25,5) |
| Superior Completo | 18 (35,3) |
| Pós-Graduação | 9 (17,6) |
| Estado Civil | |
| Solteira | 22 (43,1) |

Fonte: SBRASH – Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana, 2020.

Na abordagem da Disfunção Sexual Feminina (DSF), é fundamental conhecer aspectos da sexualidade para melhor compreender as implicações dos sintomas na QV da paciente. No estudo, boa parte das participantes

relatou estar na fase de tratamento do vaginismo, seguida da fase de diagnóstico. Apresentavam parceiros fixos nos últimos 6 meses, como também tiveram penetração total no mesmo período (Tabela 2).

Tabela 2 – Aspectos da sexualidade

| Fases do vaginismo | N (%) |
|---|-----------|
| Diagnóstico | 18 (35,3) |
| Tratamento | 19 (37,3) |
| Parceiros fixos nos últimos 6 meses | |
| Sim | 44 (86,3) |
| Não | 7 (13,7) |
| Penetração total nos últimos 6 meses | |
| Sim, parcialmente | 16 (31,4) |
| Sim, totalmente | 20 (39,2) |
| Não | 15 (29,4) |

A maioria buscou, respectivamente, a abordagem profissional de ginecologistas e fisioterapeutas pélvicos, como ilustrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Abordagem profissional

| | N (%) |
|------------------------------|-----------|
| Psicóloga | 21 (41,2) |
| Sexóloga | 6 (11,8) |
| Psicóloga/Sexóloga | 3 (5,9) |
| Ginecologista | 35 (68,6) |
| Fisioterapeuta | 29 (56,9) |
| Outros (dança, yoga etc....) | 8 (15,7) |

Fonte: SBRASH – Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana, 2020.

Partindo da premissa religiosa o número de mulheres evangélicas que procuraram pelo atendimento é superior ao número de católicas e um número considerável de mulheres era protestante. Nota-se que existe uma procura grande entre as mulheres evangélicas para tratamento de transtorno de vaginismo, isso devido à cultura, educação punitiva ou castradora de onde está inserida.

Ao observar que as mulheres evangélicas são a maioria na busca pelo tratamento para o vaginismo, podemos deduzir que talvez elas se sintam mais livres dentro dos dogmas religiosos para buscar ajuda.

Segundo a compreensão dos cristãos sobre os textos bíblicos e no blog "UROBECKEN", Diário do meu vaginismo Israelí uma mulher cristã relata seu depoimento sobre este assunto que será transcrito na íntegra.

Tudo é pecado? A resposta correta é não!

"Precisei ressignificar algumas coisas que carreguei durante toda uma vida até iniciar minha vida sexual e me deparar com o vaginismo.

Percebi que nem tudo é pecado, como a religiosidade prega.

Entendi que se eu e meu marido concordamos em algo no âmbito sexual, está tudo bem.

Buscamos orientações com uma terapeuta de casal e assistimos muitos ensinamentos com profissionais qualificados que falassem no mesmo sentido da nossa fé.

Levamos algum tempo para aprender a quebrar construções erradas que fizemos em torno da sexualidade no nosso casamento.

Foi difícil? Foi e está sendo, mas tudo é válido, tudo é aprendizado.

Para mulheres que são cristãs este assunto é bem tenso! Precisei abrir minha caixinha do conhecimento e ver que a sexualidade entre um casal cristão depende do que eles querem, do que os "dois" se sentem bem.

Deus criou o relacionamento sexual para ser uma bênção dentro do casamento. O sexo traz uma união especial, física e espiritual entre o marido e a esposa. Os dois se tornam "uma só carne". Não existe sexo casual. Todo relacionamento sexual tem efeitos muito grandes. Fora do compromisso do casamento, o sexo tem muitas consequências negativas e pode destruir muitas vidas. Por isso, é muito importante aprender a se controlar e procurar um bom casamento que crie um ambiente saudável para o relacionamento sexual.

A pergunta que eu mais recebo: como tu e teu marido namoram por causa do vaginismo?

Ah amiga, são tantas opções (rs). E não é pecado explorar teu corpo, deixar que teu marido te toque, mostrar para ele o que te dá prazer ou não, mas você precisa FALAR ou vai ser infeliz nesta área para sempre. Para chegar neste ponto, nós fizemos terapia de casal (como falei acima) e terapia individual também. Ainda não está tudo resolvido, estamos com bastantes dificuldades em alguns pontos ainda.

O sexo é bom. O sexo foi parte da criação de Deus (Gênesis 1:31). O sexo foi criado para proporcionar prazer e satisfação (Cantares 4:10). Tanto os homens quanto as mulheres recebem a dádiva de serem capazes de sentir prazer e deleite no casamento. Isto enriquece e aprofunda o relacionamento de amor entre o casal. Contudo, em algumas culturas, não se espera que as mulheres tenham prazer no sexo.

No vaginismo, vale muito mais a empatia do teu parceiro do que o amor dele por ti." Desta vida, o que fica é o bem que fazemos um ao outro e eu e meu marido, estamos dia-a-dia plantando coisas lindas em nosso casamento, tendo paciência e amor, com faíscas? Sim! Pois não somos perfeitos mas sabemos do propósito que temos um com o outro e digo de coração aberto, que o vaginismo, algo que afeta nossa vida íntima, consolidou e afirmou nosso amor mais ainda um pelo outro. E que venha minha cura, nossa cura, pois somos um.

O sexo foi criado para o casamento. O propósito de Deus para os seres humanos é que os homens e as mulheres vivam um relacionamento vitalício, fiel, permanente e responsável. Estas condições são satisfeitas dentro do contexto do casamento. É nele que Deus abençoa e aprova esta união. Em Gênesis 1:28, o mandamento "multipliquem-se, encham a terra" é obedecido através do relacionamento sexual.

Nasci e cresci em igreja evangélica. Cresci ouvindo que sexo é pecado, vi jovens sendo abolidos por fazerem sexo antes do casamento e afins. Internalizei o conceito do sexo como algo errado. Quando me casei, parece que meu cérebro não entendeu que após aquele momento, seria permitido. Não consegui ter as primeiras relações e acabei me forçando achando que a dor era normal - a narrativa é a de que dói, mas depois passa. Eu fiquei esperando melhorar, mas nunca acontecia. Nisso, minha autoestima acabou e uma sensação horrível de "incompetência" tomou conta de mim. Conversando com uma pessoa próxima da família, o que ouvi foi o seguinte: É assim mesmo, dói mesmo. Se você não se esforçar, seu marido procura outra". Enfim, fui ao médico e ele me diagnosticou com vaginismo - para você ter noção, ele não conseguiu nem fazer o exame ginecológico. Ele me indicou a terapia, que faço há 3 anos. Melhorou bastante. No ano

passado, comecei a fazer a fisioterapia pélvica, tem me ajudado muito (SUJEITO 1. 2021).

A vontade de Deus é que vocês sejam santificados: abstenham-se da imoralidade sexual. Cada um saiba controlar o seu próprio corpo de maneira santa e honrosa, não dominado pela paixão de desejos desenfreados, como os pagãos que desconhecem a Deus.1 Tessalonicenses 4:3-5.

Mas, se não conseguem controlar-se, devem casar-se, pois é melhor casar-se do que ficar ardendo de desejo. 1 Coríntios 7:9.

Tive um relacionamento com uma mulher com vaginismo, foi um período muito difícil e complicado, apesar de haver a troca de carícias para mim a relação não estava completa pois faltava algo “a penetração”, li muito sobre o assunto, tentei ajudá-la, incentivei-a a ir ao médico e buscar algum tratamento mas foi em vão...ela se recusava, nunca soube qual a causa do problema e creio que ela menos ainda...mas enfim tudo terminou por falta de informações (SUJEITO 2. 2021).

Fujam da imoralidade sexual. Todos os outros pecados que alguém comete, fora do corpo os comete; mas quem peca sexualmente, peca contra o seu próprio corpo. Acaso não sabem que o corpo de vocês é santuário do Espírito Santo que habita em vocês, que lhes foi dado por Deus, e que vocês não são de vocês mesmos? Vocês foram comprados por alto preço. Portanto, glorifiquem a Deus com o seu próprio corpo 1 Coríntios 6:18-20.

Para as mulheres falar sobre vaginismo ou dores durante a penetração ainda é um tabu muito grande, a falta de informações, de conhecimento e a vergonha de ser julgada pelo parceiro ou pela sociedade como uma mulher fria, complicada ou cheia de pieguices ainda abala muito o emocional feminino.

De acordo com Moreira, muitas mulheres relatam ser tratadas como neuróticas ou difíceis e acusadas de não colaborarem com o exame médico. Às vezes, referem que o exame ginecológico é como um estupro, já que a questão básica dessa disfunção sexual é a incapacidade em permitir a penetração vaginal, seja através do ato

sexual, do exame ginecológico ou em alguma outra situação. (MOREIRA, 2013).

Dentro da cultura religiosa não foi encontrado nenhum embasamento teórico que justifique o transtorno de vaginismo em mulheres, mas a castração da mulher se dá pelas crenças e culturas onde ela está inserida.

Num momento histórico em que o mundo se apresenta para muitos como uma cisão absoluta entre um Ocidente cristão e um Oriente islâmico, 'A sexualidade no Islã' relativiza um dos principais pontos de oposição entre os povos ao fazer uma leitura minuciosa e reveladora das escrituras sagradas e da literatura teológica muçulmana. Tendo como ponto de partida o Alcorão, o autor apresenta uma instigante relação entre as escrituras tradicionais e os valores que delas derivaram para a composição do imaginário sexual dos seguidores de Alá. Enquanto o Ocidente criou uma imagem do islamismo como uma religião assentada na repressão absoluta da sexualidade, o Alcorão não elege o prazer carnal como origem do pecado, tal qual o cristianismo. Ao contrário, os gozos do corpo são uma espécie de fonte e de prova da existência do poder divino de Alá (BOUHDIBA, 2007).

Existem poucos estudos e bibliografias referentes ao vaginismo e principalmente sobre vaginismo e religião. O que se percebe é que este desconhecimento sobre o assunto está inserido dentro da área de saúde onde o tema não é abordado com clareza por não ser um assunto de grande relevância na mídia. Há uma resistência das mulheres em expor este assunto por achar que a dor é normal e os estigmas que irá sofrer. Hoje o vaginismo não se aplica somente a mulheres do sexo feminino, está crescendo também dentre as mulheres transexuais. Precisamos de um novo olhar sobre o corpo e a sexualidade da mulher, não se pode naturalizar a dor durante a relação sexual, isso não é normal. Vaginismo ocorre em mulheres de qualquer religião e a busca pelo tratamento independe dos dogmas religiosos.

Referências

AVEIRO, M. C; GARCIA, A. P. U; DRIUSSO, P. **Efetividade de intervenções fisioterapêuticas para o vaginismo**: uma revisão da literatura. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ftp/a/DQJ5tsD3KZWpWtj3kBWztfj/?lang=pt>. Acesso em 16 set 2009.

BARROS, Fortunato; FIGUEIREDO, Rute. **Manual de Medicina Sexual Visão Multidisciplinar**. Disponível em <https://nutrifisio.com.br/site/wp-content/uploads-manual-de-medicina-sexual-Visao-Multidisciplinar.pdf>. Acesso em 01 set 2020.

BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. Ed. rev. atual. Tradução de João Ferreira Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1978.

CECCARELLI, Paulo R., COSTA, S., Ana C. (2010), **A invenção da sexualidade**. In: Reverso, Revista do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, ano XXXII, n.60, 2010.

BOUHDIBA, A. **A sexualidade no Islã**. São Paulo: Globo, 2007. p. 384.

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, Porto Alegre, Artmed, 2014

MOREIRA R. L. B. D. **Vaginismo**. Revista Médica de Minas Gerais. v. 23, n. 3, p. 336-342, 2013. Disponível em: <http://rmmg.org/artigo/detalhes/218>

PEREIRA, M. M. C.; Bezerra, K. K. S.; Feitosa, A. N. A.; Belchior; A. C. S., **Prevalência de mulheres com queixas de vaginismo em UBS**, Revista Interdisciplinar em Saúde, Cajazeiras, 5 (4): 916-929, jul./set. 2018,

Sujeito 1. Depoimento [set.2021]. Entrevistador. Mariluce de Moraes. Porto Alegre; UNESP. 2021. 1 arquivo eletrônico. Entrevista concedida para a pesquisa de Vaginismo e Religião.

Sujeito 2. Depoimento [set.2021]. Entrevistador. Mariluce de Moraes. Porto Alegre; UNESP. 2021. 1 arquivo eletrônico. Entrevista concedida para a pesquisa de Vaginismo e Religião.

UROBECKEN, **Sou cristã e tenho vaginismo**. E agora? Diário do meu vaginismo. Disponível em <https://urobecken.com.br/sou-crista-e-tenho-vaginismo-e-agora-diario-do-meu-vaginismo/>.

A INCLUSÃO NA PERSPECTIVA RELIGIOSA: AUTISMO E SEXUALIDADE

Shirlei Silva Moreira de Carvalho

Josiane Cristina Bocchi

Introdução

Ao longo da história, emergiram várias idealizações a respeito da pessoa com deficiência, desde os primórdios da humanidade até os dias atuais. Ao analisar a época dos primatas, mesmo sem ter registros de seres com deficiência, os fatores ambientais implicados no contexto geográfico não eram favoráveis para sua sobrevivência, pois para se ter acesso as necessidades básicas eram exigidas esforço físico. No Egito Antigo, com a preservação dos registros, pode-se identificar que as pessoas com deficiência eram integradas nas suas diferentes e hierarquizadas em classes sociais e exerciam suas atividades cotidianas. Na Grécia, com as escrituras dos livros *República* de Platão e *A Política* de Aristóteles, que tratavam do planejamento das cidades gregas, era indicado que as pessoas nascidas disformes para a eliminação, e esta ocorria por exposição, abandono ou atiradas de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos. Os gregos valorizavam o corpo saudável e os exercícios físicos. Em Roma, assim como na Grécia, não se reconhecia a vitalidade de bebês nascidos precocemente ou com características defeituosas. Aos pais era permitido matar as crianças com deformidade física, pela prática do afogamento ou deixa-las nas margens dos rios ou locais sagrados, em que eventualmente pudessem ser acolhidas por famílias da plebe, que eram escravos ou pessoas empobrecidas (GUGEL, 2007).

Ainda em Roma, percebe-se uma diferenciação marcante antes do cristianismo e depois dele. Com a chegada do cristianismo, que se tratava de uma doutrina voltada para a caridade e para o amor

entre pessoas e, que em sua prática, combateu a eliminação dos filhos nascidos com deficiência, mesmo sofrendo perseguições, conseguiu-se alterar as concepções romanas a partir do século IV. Neste período, surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiência. Com isso, ao longo dos séculos, surgiu a noção de que a pessoa com deficiência era um presente de Deus e deveria ter-se para com ela um olhar de caridade e benevolência (GARCIA,2010)

Ao pensar em como as pessoas com deficiência eram compreendidas ao longo da história, teríamos inúmeros apontamentos a fazer; porém, neste trabalho, pretende-se trazer a imagem que perpetua até a atualidade. Ela está ligada ao senso comum que traz a pessoa com deficiência como presente de Deus, anjo, vontade de Deus Entende-se que ao identificar a pessoa com deficiência dessa forma, proporciona certo alívio aos pais, pois eles carregam a frustração de terem idealizados seus filhos perfeitos. Esse jeito de interpretar a pessoa com deficiência também nos remete às primeiras comunidades cristãs em que conviver com sujeitos com deficiência era sinônimo de tolerância e caridade (BUSCAGLIA,1993).

Isaias Pessotti (1984), em seu relato, apontou que a homem com deficiência, a partir do nascimento do cristianismo, deixou de ser objeto para tornar-se uma criatura possuidora de alma, e desta forma se beneficia da redenção de Cristo. Então, as instituições de caridade e as igrejas passam gradativamente acolher esses sujeitos em troca de pequenos serviços. Ao estipular o estigma presente de Deus para a pessoa com deficiência, temos dois pontos para destacar: o primeiro é que ser um presente significa que tem que ser acolhido pela comunidade, ser cuidado e mantido com dignidade. Segundo, esta concepção pode os definir como incapazes e que serão dependentes da benevolência das pessoas que convivem com eles. E ainda permite significá-las como pessoas à parte da realidade humana comum. Quando compreendido desta maneira, surgem bloqueios para práticas inclusivas. Uma vez que a pessoa com deficiência é interpretada como um presente, uma

concessão que o divino fez para certos escolhidos, eles são aproximados da ideia de uma natureza inata e intocável, e deverão ser tratados como tal. Observa-se que esta visão se torna dialética, pois ao mesmo se sinaliza para inclusão o signo da excepcionalidade e da incapacidade.

Outro ponto a ser considerado é o pressuposto de que a pessoa com deficiência é possuidora de incapacidade ou limitações, que as tornam dependente de uma ação e não que é sujeito de direitos que precisa de acessibilidade ao mundo em que vive. É importante salientar que quando se trata de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM-5 (2014), é caracterizada como um distúrbio multifatorial e crônico, e ter uma variabilidade em relação aos sintomas e graus de comprometimento não permite uma generalização dessas pessoas. Para essa população, conviver nos setores sociais passa a ser um verdadeiro desafio, pois afeta o bem-estar de suas famílias (GOMES, 2015).

A religiosidade e a espiritualidade vêm a ser fatores protetivos para a qualidade de vida das pessoas com TEA, caracterizando-se como dimensões importantes para o desenvolvimento humano e também constam no desenvolvimento integral da criança (ECA,1999). Para suas famílias, se configura como agentes de enfrentamento para todas as demandas pertinentes ao transtorno. Percebe-se que o contexto religioso despertou para oferecer às pessoas com TEA e suas famílias, o direito às práticas religiosas e atividades da espiritualidade, mas existem barreiras que vão contra a inclusão, como a persistência do preconceito e a falta de informação. Compreende-se que para as instituições religiosas terem êxitos com a inclusão, necessita-se de planejamento, operacionalização e implementação com base em parâmetros técnicos e científicos (UCHIMURA; EGG; JUNIOR PAULA,2021).

Alguns autores diferenciam espiritualidade¹ e religiosidade, neste texto optou-se pela definição de Murakami e Campos (2012), que identificam a espiritualidade como uma busca existencial, não como uma crença em algo maior (como Deus), enquanto a religiosidade é entendida como um conjunto de crenças e práticas ligadas a um preceito compartilhado por um grupo e que está envolto a noção de Fé.

Apesar da espiritualidade e religiosidade serem significativas para a formação humana, e estarem prevista na legislação, as pessoas com TEA continuam a sofrer discriminações e isto dificulta o seu desenvolvimento pleno. Considerando este cenário, as famílias podem sofrer de prejuízos a saúde mental, pois sentem-se sobrecarregadas, e necessitando de acolhimento e apoio. Cogita-se que a função social das instituições religiosas será de suma importância se estas tiverem um preparo e estruturação para acolher essas famílias. Para tais instituições são muitos desafios a serem percorridos em um longo caminho, pois as pessoas com TEA têm suas adaptações variadas (BANKS, 2019).

Não se pode negar que desde a antiguidade com o Cristianismo assumiu-se uma abordagem mais humanista, contudo sua atitude não deixou de ser ambivalente. Se por um lado, as comunidades cristãs proibiram a morte de crianças deficientes e formaram instituições assistenciais como: orfanatos, asilos e hospitais. Por outro lado, relacionaram as etiologias das anormalidades psicofísicas a desordens de sexualidade². Padres

¹ Etimologicamente, podemos afirmar que a palavra “espiritualidade” (espiritual + i + dade) tem sua origem no latim “spiritus”, que, por sua vez, é a tradução do grego Πνευμα (pneuma) – sopro, respiração, vento. Essa terminologia vem sendo utilizada ao longo da história tanto pela filosofia e teologia, como também por diversas ciências humanas, como a psicologia, por exemplo, adquirindo assim diversos sentidos. Tendo conhecimento dessa diversidade interpretativa, para fins deste artigo, optamos pela definição de Murakami e Campos (2012).

² É prudente salientarmos que a expressão “desordens da sexualidade” utilizadas neste artigo, relacionando- as às etiologias das anormalidades psicofísicas, são interpretações teológicas dos padres mencionados por Banks (2018), e não

proíbiam os maridos de terem relações sexuais com suas esposas, se elas estivessem em período menstrual, eles acreditavam que desta forma evitariam que os corpos das mulheres fossem afetados e conseqüentemente suas futuras gestações. A ideologia destes padres não era exceção ao pensamento da época, pois o mundo judaico e o helênico atribuíam as anomalias físicas ou mentais a desvios no ato sexual como: o homem estar embriagado, manter relações sexuais em períodos menstruais e a posição dos parceiros (BANKS, 2018).

No Brasil em 1549, os jesuítas ocuparam-se da catequização dos indígenas e da construção das igrejas e escolas que possuíam a função de propagar a cultura e religião de Portugal. Neste período, as doenças eram consideradas castigos divinos e a atitude era a exclusão da colônia, prática compartilhada por outros países colonizadores. A exclusão dessas pessoas as obrigavam a mendigar para sobreviver. Desse modo, a igreja assumiu o assistencialismo dessa população. Nos dias atuais, a igreja é vista como um local de evangelismo, acolhimento e inclusão.

Contudo, vive-se em uma sociedade em que o preconceito é uma realidade presente, isto se propaga nas instituições como um todo. O preconceito pode estar vinculado diferentes razões, mas acredita-se que esteja iminentemente relacionado à falta de conhecimento, escassez de informação, ausência de interesse pelo outro e pelo convívio social, dificuldades de lidar com o diferente, cujas conseqüências são a exclusão e não aceitação das limitações do próximo. Acredita-se que para se alcançar um modo de vida contemporâneo que corresponda a uma sociedade mais inclusiva, é necessário um esforço integrativo de diferentes setores de reprodução da vida material e social, dentre os quais a religiosidade de um povo, com suas as crenças, práticas culturais e ritos de passagem, seja um núcleo de fundamental importância para a área da Educação e, particularmente, para o campo dos

afirmações consensuais que na atualidade poderiam ser classificadas como preconceituosas no meio acadêmico.

estudos e práticas interventivas em Educação Sexual. Para isso, é primordial ocorrer mudanças estruturais não apenas no âmbito das trocas físicas e intersubjetivas, mas também no que diz respeito à construção da mentalidade das pessoas. Do ponto de vista da história do cristianismo, para ficarmos só neste exemplo, a inclusão pode ser definida em amar a pessoa com deficiência sem distinção ou discriminação. Todavia, as comunidades religiosas precisam viabilizar a participação desses sujeitos de forma irrestrita, com isso a espiritualidade e a religiosidade sejam fonte promotora de inclusão de pessoas³ com TEA (MARTINS, 2015). A partir do exposto, neste artigo, apresentar-se-á ideias acerca da inclusão no contexto religioso, propondo-se uma articulação do tema com a sexualidade.

Transtorno do Espectro Autista e os desafios da inclusão

Acredita-se que todas as pessoas com ou sem deficiência devem ter a possibilidade de acesso às escrituras sagradas e garantida suas possibilidades de participação ativa em uma igreja local, pois isto torna-se fator protetivo para toda a família e a comunidade (SILVA, 2015). As pessoas com TEA passam por diversas dificuldades, dentre elas: a aceitação da família, inclusão social, crises nervosas, rigidez do pensamento coletivo, preconceito, barulho, falta de conhecimento a respeito do transtorno e aceitação. Além desses pontos, quando eles iniciam a adolescência ou vida adulta se deparam com as questões sexuais e, em sua maioria, não encontram orientações. Muitas famílias acreditam (ou preferem sustentar) que

³ Não encontramos um trabalho acadêmico que aponte ações de igrejas protestantes históricas ou mesmo pentecostais específicas ao deficiente. No entanto, sabemos que na Primeira Igreja Batista de Araraquara, uma especialista em libras realiza a tradução simultânea dos cultos, nessa linguagem. Pelo fato dessa informação ser veiculada de maneira testemunhal, demandaria um trabalho de pesquisa acadêmica para averiguar se tal fato se trata de uma política eclesialística nacional dessa denominação religiosa, ou simplesmente um ato voluntário de uma adepta da Igreja mencionada.

seus filhos são seres assexuados. E quando eles começam a emitir comportamentos de caráter sexual, são punidos pelos pais ou ainda estes os levam a instituições de saúde para que os profissionais os ajudem a extinguir tais comportamentos. Avalia-se que as instituições precisam estar preparadas para receber esta demanda e que possam lidar com a Educação Sexual de seus pacientes ou usuários e não contribuir para a coibir de forma repressora tais comportamentos. Essas famílias e seus filhos precisam de orientações, com o intuito de desmistificar a ideia que seus filhos tenham algum desequilíbrio interno, por trazerem à tona sua sexualidade (COUTINHO, 2005).

Cogita-se que a igreja pode exercer um importante papel nesta questão, por meio do aconselhamento e conscientização dos pais e responsáveis pela criança ou jovem, pois se somos todos iguais perante Deus, porque as pessoas com TEA teriam sua sexualidade negada e com isso aniquila-se a possibilidade de constituírem família, se assim o desejarem, e tornarem-se sujeitos de suas vidas ou mesmo serem independentes de seus pais. Contudo, o mais frequente socialmente são discursos de reprovação e atitudes condenatórias em relação à procura por parceria amorosa ou sexual por parte das pessoas com diagnóstico de autismo, como se elas não tivessem nem o direito de escolher como se relacionar afetivamente. Os autistas passam a não serem vistos em sua totalidade e com isso não se tem identidade sexual e seus desejos não são reconhecidos (UCHIMURA; EGG; JUNIOR PAULA, 2021).

Devido à relevância do tema para a vida de milhares de pessoas que se encontram dentro do espectro do autismo e a necessária reflexão sobre modos de inclusão deste grupo, sustenta-se que a inclusão é multifatorial, complexa e problemática, pois requer diferentes adequações e, como todo processo social e educativo de inclusão, deve ser efetivado com um necessário planejamento. Nesse sentido, cabe uma reflexão sobre os desafios e possibilidades para se conceber um programa de inclusão no contexto religioso de pessoas com TEA (UCHIMURA; EGG; JUNIOR PAULA, 2021).

A participação de pessoas com TEA em cultos religiosos tende a ser pensada como uma impossibilidade diante dos sons altos emitidos pelos participantes. Contudo, existem meios de amenizar este problema, criando-se programações para atender a este público específico. Incluindo a essa programação o recurso do contar histórias, mostrar imagens e os versículos da Bíblia de forma adaptada, além de poder englobar dinâmicas. Considerando-se as necessidades diferentes e organização do ambiente a fim de promover a integração. Uma maior atenção na disseminação da informação pode proporcionar uma aceitação, bem como a clarificação dos obstáculos enfrentados pelas pessoas com TEA e, dessa forma, estas poderem ter o exercício de sua cidadania (SILVA, 2015).

Método

Para realização deste trabalho, procedeu-se à busca de trabalhos nacionais por meio de consulta às bases de dados LILACS (Literatura latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde), Scielo (*Scientific Eletronic Library Online*) e PePsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia). Os descritores utilizados foram: autismo, inclusão, religiosidade e espiritualidade. Definiu-se como critérios de inclusão para este estudo artigos científicos de periódicos indexados, com texto integral e livros, restritos ao idioma português.

Discussão

Os sujeitos com TEA têm desafios específicos e intensos, e por isso necessitam de apoio. Para que a igreja possa estar apta é importante ter uma formação de equipes de trabalho, e que estas estejam preparadas para o exercício do voluntariado, ter visitas de grupos de apoio comunitário, o convite a palestrantes a fim de abordar diversos temas, participação de palestras voltadas a Ministérios de necessidade especiais, elaboração de eventos e treinamentos a comunidade (UCHIMURA; EGG; JUNIOR PAULA, 2021).

Segundo Martins (2015), não se pode confundir condições de possibilidades com meios para as operacionalizações de fato. O fato de existirem prejuízos físicos, cognitivos ou mentais na nossa evolução como espécie, não significa que estes têm como base a intenção divina. Em outra expressão talvez não haja uma correlação entre sofrimento e redenção, pois o sofrimento em si pode redimir, ou destruir uma pessoa. Da mesma forma, existem vivências prazerosas e lúdicas.

A palavra autismo vem do grego “auto”, que significa “si mesmo”, ou seja, alguém que está retraído em si mesmo, pois isto é uma condição e não quer dizer que os sujeitos com TEA sejam aversivos às interações. Este estado é mais comum na infância, mas se com o passar do tempo este indivíduo tenha participado das atividades habituais, sendo incluído, tendo seus direitos médicos e de cidadãos garantidos os estados aflitivos reativos ao contato social tornam-se menos relevantes. É importante também identificar que a sexualidade corresponde, dentre outros fatores, a uma função fisiológica, que existe em todos os indivíduos. Então, não deve ser destituída das pessoas com TEA (GOMES, 2015).

Considerações finais

Por meio da pesquisa realizada, entende-se que existem possibilidades de uma inclusão das pessoas com TEA no contexto religioso e que esta faz-se necessária para um desenvolvimento saudável dos sujeitos e da relação com suas famílias. Compreende-se que as igrejas precisam de uma reestruturação para receber essas pessoas e com isso promover uma inclusão efetiva. A sexualidade, por sua vez, como um grande núcleo afetivo da vida humana, relaciona-se com vários aspectos, desde biológicos, sociais, históricos, éticos, culturais e políticos. É imprescindível elucidar a importância das intervenções em Educação Sexual na vida desses indivíduos para que eles tenham mais conhecimento acerca do tema e, com isso, recebam apoio e estímulos para buscarem uma vida sexual saudável e proveitosa, pois indivíduos com TEA

apresentam libido e desejo sexual como qualquer ser humano. Ressalta-se, por fim, que o presente trabalho teve, tão somente, um caráter informativo afim de gerar novos debates e pesquisas no campo da inclusão religiosa e, quem sabe, beneficiar famílias e pessoas com TEA, sobretudo expandir a concepção de todos aqueles que se reportam à sexualidade como tabu ou vinculando-a a uma noção abstrata, universal e normalizadora de comportamento sexual.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5- Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. Trad. Raquel Mendes. Rio de Janeiro: Record, 1993.

BANKS, Helen Cristian. Transtorno do espectro autista: um desafio ministerial. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v.44, n.02, p.111-138, dez/2018.

COUTINHO, Diana. Compreendo a deficiência: as relações sociais e familiares.2005. Dissertação (Mestrado de Terapia Familiar Sistêmica) - Eirene do Brasil, Curitiba, 2005.

GARCIA, Gaspar Vinicius. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho - histórico e contexto contemporâneo**. 2010. 205 f Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

GOMES, Marise Miranda. **O orientador educacional o mediador escolar e a inclusão**: um caminho em construção. Rio de Janeiro: Wak editora, 2014.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

MARTINS, Marcelo. **Autismo**-Ajudando famílias. São Leopoldo: Sinodal, 2015.

MURAKAMI, Rose; CAMPOS, Gomes José Claudinei. Religião e saúde mental: desafio de integrar a religiosidade ao cuidado com o paciente. **Revista Brasileira de Enfermagem**, São Paulo, v.65, n.2, p.361-370, jul./2015.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1984

SILVA, Emilio Figueira. **Teologia da Inclusão**: a trajetória das pessoas com deficiência na história do Cristianismo. São Paulo: Figueira Digital. 2015.

UCHIMURA, Hikari Mayana; EGG, Gonçalves Marinho Fernanda; JUNIOR PAULA, Pereira Eugenio. Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto religioso. **The specialist PUCSP**, São Paulo, v.42, n.1, p. 1-23, mai./2021.

AUTORES E AUTORAS

Francisco de Paiva Lima Neto - Atualmente é professor de História em Araraquara - SP, na Rede Municipal de Educação, e aposentado da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular. Professor colaborador no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual na FCLAR/Unesp.

Gabriel Batista Mota - Professor de Ciências Humanas e Linguagens nas Diretorias de Ensino das Regiões de Mirante do Paranapanema (SP) e de Presidente Prudente (SP). Graduado em Jornalismo (Unoeste/2016) e pós-graduado em Docência e Gestão na Educação Superior (Unoeste/2018). Possui experiência em Jornalismo com ênfase em Educomunicação. Atualmente é graduando em Geografia (Unesp de Presidente Prudente), graduando em História (UniBTA), pós-graduando em Sexualidade (AVM Educacional), pós-graduando em Ensino de História e Geografia (UniBF), mestrando em Educação (Unesp de Marília) e integrante dos grupos de pesquisa “Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca ‘Florestan Fernandes’” (CEMOSi/Unesp de Presidente Prudente), “Grupo de Pesquisa em Educação e Diversidade” (GPED/Unespar), “Psicologias, Coletivos e Culturas *Queer*” (PsiCUqueer/Unesp de Assis) e o “Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Educação” (NUDISE/Unesp de Marília). Atua na área de Educação, em especial Educação Sexual, com ênfase em LGBTfobia, Masculinidades, Sexualidades, Educação-diversidade e Educomunicação/TICs. Contato: linktr.ee/ogabrielmota

Josiane Cristina Bocchi - Psicóloga pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP, 1999). Fez aprimoramento em Psicologia Clínica no Depto de Neurologia,

Psiquiatria e Psicologia Médica (HCFMRP-USP, 2000-2002). Mestre em Ciências (FFCLRP-USP, 2005). Doutora em Filosofia pela UFSCar (2010), com estágio doutoral na Paris 7, pela *École Doctorale Recherches en Psychopathologie et Psychanalyse* (2008-2009). Fez pós-doutoramento no Depto de Psicologia (UFSCar, 2010-2012), onde foi docente colaboradora (2011-2012). É Professora Assistente Doutora (em RDIDP) na UNESP, lotada no Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências de Bauru e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual (Mestrado profissionalizante) da UNESP/Araraquara. É co-autora de *Ontologia Sem espelhos: Ensaio sobre a realidade* (Editora CRV, 2015), *Psicanálise e sociedade hoje* (Selo Cultura Acadêmica e CRV, 2015) e *Ontologie sans miroirs - Essai sur la réalité* Borges. Descartes. Locke. Berkeley. Kant. Freud (LHarmattan, 2019). É membro do GT "Filosofia e Psicanálise", da ANPOF, e do GT "Psicanálise e Clínica Ampliada", da ANPEPP. Tem experiência de atuação e supervisão em psicologia hospitalar e clínica psicanalítica. As suas principais áreas de conhecimento como pesquisadora e docente são psicopatologia, psicossomática e epistemologia da psicanálise. Atualmente, pesquisa as relações entre psicanálise e a fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty.

Juliana Aparecida Pereira Costa - Mestranda no Programa de Educação Sexual pela Unesp de Araraquara. Graduação em Psicologia pela Universidade Paulista (2010). Especialista em psicopedagogia clínica e institucional pela UNAERP de Ribeirão Preto (2015). Docente efetiva no Instituto Taquaritinguense de Ensino Superior nos departamentos de Psicologia e Pedagogia. Psicóloga do CRAS pela prefeitura de Taiapu, atua em grupos de convivência e fortalecimento de vínculos com crianças, adolescentes e idosos (2016 até a presente data).

Mariane Pizarro de Souza - Graduada em História (2015) e Pedagogia (2019) pela Universidade do Sagrado Coração (atual Unisagrado/Bauru), possui especialização em História, Cultura e

Poder (2018) pela mesma instituição, e é especialista em processos didáticos-pedagógicos para cursos em modalidade a distância pela Univesp (2022). É mestra em Educação Sexual (2020) pela Unesp/Araraquara, e atualmente é doutoranda em Educação Escolar pela mesma instituição. Atua nos principais temas: História das Mulheres, gênero, História da sexualidade e livros didáticos.

Mariluce de Moraes - Mestranda em Educação Sexual pela UNESP-Araraquara, Pós-Graduada em Educação Sexual pela UNISAL-SP, Pós-Graduada em Fisioterapia Uroginecológica, Graduada em Gestão de Pessoas pelo Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios e licenciada em Ciências Biológica. Trabalho há mais de 15 anos na área da educação, atuo como Educadora Sexual, palestrante e massosexologista, trabalhos estes voltados à saúde e bem-estar do homem, tratando de disfunções sexuais através de técnicas orientais, e saúde da mulher. Meu interesse desde a adolescência sempre foi na área da sexualidade, cresci ouvindo a Marta Suplicy falar sobre sexualidade humana, um tema muito delicado naquela época e que se estende até os dias atuais, pois falar em sexualidade ainda é um tabu, infelizmente.

Paulo Rennes Marçal Ribeiro - Graduação em Psicologia (1985) pelo Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP; Graduação em Pedagogia (1983) e mestrado em Educação (1989) pela UNICAMP; especialização em Psiquiatria e Psicologia Clínica da Infância (1988) e doutorado em Saúde Mental (1995) pela mesma instituição e pós-doutorado em Saúde Mental (1996-1997) pela UFRJ. É Livre-Docente em Sexologia e Educação Sexual pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2007). Atua nas áreas de Educação e Psicologia, com ênfase na pesquisa em Sexualidade Humana, principalmente com os seguintes temas: educação sexual, história da sexualidade e da educação sexual, adolescência, sexualidade e sociedade.

Rayanny Zanetti Torquato de Lana - Graduada em Pedagogia (2021) pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Atualmente está realizando o Mestrado Profissional em Educação Sexual, pela Universidade Estadual Paulista. Atua como professora da Educação Integral em Belo Horizonte (MG), participa de um grupo de Estudos sobre Gênero e Feminismos pela Universidade Federal de São Paulo. E suas pesquisas estão voltadas para as violências de gênero contra crianças.

Shirlei Silva Moreira de Carvalho - Psicóloga CRP 06/149486 graduada pela Universidade Nove de Julho (Uninove), intitulada especialista em Psicopedagogia pelo CRP, Mestranda na Pós-Graduação do Curso de Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr) da UNESP (Araraquara). Pós graduanda em Neuropsicologia pela Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP. Estive como pesquisadora do Grupo de Iniciação Científica que integra o Núcleo de Investigações Clínicas e Educacionais (NICE) do Curso de Psicologia da instituição UNINOVE, especificamente associada ao tema: "Educação e Subjetividade" (sob orientação da Profa. Dra. Lucia Maria G. Barbosa). Finalizamos as pesquisas: "Universitários que cumprem dupla jornada: aspectos neurobiológicos, cognitivos e psicossociais relacionados ao processo de aprendizagem" "Universitários que estudam e trabalham: o impacto do tempo nas suas atividades acadêmicas e laborais" "Universitários que estudam e trabalham: uma pesquisa bibliográfica na área da Psicologia". Fui membro fundadora da Liga de Psicologia da Saúde (LIPS) e exerci a função de diretora adjunta de Pesquisa. Atuo como psicóloga clínica, psicopedagoga e supervisora, nas modalidades presencial e online, em clínica multiprofissional.

Vagner Sérgio Custódio - licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista (1995) licenciado em turismo pela UFRRJ (2018) especialista e mestre em Educação pela Unesp (2002), e doutor em Educação Física pela Unicamp (2009), sou professor

em dedicação integral da Unesp campus de Rosana onde ministro as disciplinas de lazer e recreação, atividades de ecoturismo, turismo adaptado a pessoas com deficiência, lazer na sociedade contemporânea, análise de percepção em turismo e Tecnologias da informação e coordeno o curso de libras e o curso de Turismo da Unesp (2019-2020), sou conteudista da Univesp na disciplina de Projeto integrador IV e fui orientador de turma em duas edições do curso de pedagogia da Unesp (EAD) também sou docente e orientador no programa de mestrado em educação sexual da Unesp de Araraquara além disso sou membro da ISP (*International Socyety for Psychophysics*) e atuo principalmente nos seguintes temas: sexualidade, análise de percepção, educação inclusiva, lazer e recreação, turismo, Educação Física Adaptada e Pedagogia.

Tanto os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) quanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não contemplaram a disciplina de **Educação Sexual**, delegando-a aos "Temas transversais" ou aos "Documentos Orientadores". Talvez por considerar um complemento dos conhecimentos obrigatórios para serem ministrados nas escolas ou por quaisquer outras razões. Foucault nos mostrou, em suas pesquisas de História da Sexualidade, que um movimento significativo ocorreu no século XIX ao transferir este tema da Igreja para a ciência e sendo tratado, a partir daí, como uma questão de saúde pública. Assim, a **Sexualidade** deixou de ser um assunto controlado pela religião e passou a ser objeto de pesquisa científica. Porém, até então, limitou-se a questões de controle populacional ou ISTs. Os demais tópicos específicos da humanidade continuaram esquecidos. Bauman, observando um fenômeno social que denominou de "Modernidade Líquida", enfatizou de maneira singular os aspectos da subjetividade e individualidade no final do século XX, fenômeno esse já classificado por outros pensadores de "Pós-modernidade". A partir dessas considerações pensamos ser relevante que a educação contemple o tema da **Sexualidade**, abordando não somente as problemáticas de ISTs e gravidez na adolescência, mas também analisando as questões humanísticas abordadas por diferentes visões e de maneiras multifacetadas acerca deste assunto. Nessa esperança, compartilhamos esta coletânea de artigos produzidos em 2021 a partir das reflexões do curso de Mestrado profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Unesp campus de Araraquara (SP).

Os organizadores

